



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CINTHIA MENDONÇA CAVALCANTE

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ATENÇÃO À
SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS RESIDENTES EM
LARES SUBSTITUTOS

FORTALEZA – CEARÁ
2006

CINTHIA MENDONÇA CAVALCANTE

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS RESIDENTES EM LARES SUBSTITUTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Saúde Pública. Área de Concentração: Políticas e Serviços de Saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Salete Bessa Jorge

FORTALEZA – CEARÁ

2006

Universidade Estadual do Ceará

Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública

Título do Trabalho: Relações Interpessoais na Atenção à Saúde Mental de Crianças Residentes em Lares Substitutos.

Autora: Cinthia Mendonça Cavalcante

Defesa em: 27/12/2006

Conceito Obtido: _____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Salete Bessa Jorge
Presidente e Orientadora

Prof^a Dr^a Marluce Alves Araújo de Assis
1º Membro

Prof^a Dr^a Maria Veraci Oliveira Queiroz
2º Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu esposo Silvio, que com seu companheirismo não somente esteve ao meu lado nas madrugadas produtivas, mas participou ativamente na construção e formatação desse trabalho.

A minha família, que torce por mim. Em especial aos meus pais, José e Sara, que têm me incentivado, desde criança, com seu profundo amor a buscar o caminho do conhecimento.

Ao meu sobrinho Eduardo, meu filho do coração, pois sua privação materna em tão tenra idade foi um dos principais motivos que me levou a buscar um entendimento maior sobre os efeitos da perda de uma mãe.

Às mães do Programa de Famílias Acolhedoras do Abrigo Tia Júlia, que confiaram em mim e compartilharam comigo suas experiências e suas emoções, tornando possível a realização desse trabalho.

Às crianças do Programa de Famílias Acolhedoras do Abrigo Tia Júlia, que me acolheram com seus sorrisos e me permitiram, através de seus desenhos, participar da intimidade de suas dores e alegrias.

Aos demais funcionários e às estagiárias do Abrigo Tia Júlia, sempre solícitos e acolhedores em meu processo de coleta de dados.

Aos colegas contemporâneos da UECE pela agradável e feliz convivência.

Aos funcionários do mestrado Acadêmico em Saúde Pública pela constante ajuda. Em especial a Mairla, que sempre foi solícita, gentil e, às vezes, cúmplice de minhas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e Senhor da minha vida, pois sem a sua condução nos meus caminhos, eu com certeza não teria chegado até aqui.

À Secretária de Ação Social, na pessoa do Dr. Raimundo Gomes de Matos, por me permitir utilizar a instituição de abrigo Tia Julia como campo de pesquisa desse trabalho.

À coordenação do Abrigo Tia Julia, na pessoa da Sra. Luci Nunes Verçosa, que com seu profissionalismo e acolhimento me deixou a vontade para realizar a pesquisa nessa instituição.

À Prof^a. Dr^a. Maria Salete Bessa Jorge pela confiança e entusiasmo. Sua pressa no fazer e sua doce “megalomania” me impulsionaram na concretização desse trabalho.

Às Professoras Lia Carneiro e Lorita Marlene Freitag Pagliuca pelas preciosas sugestões no processo de qualificação que muito contribuíram na realização dessa dissertação.

Ao querido colega Alexandre Carneiro, que leu minuciosamente esse trabalho e muito me incentivou.

A todos os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que me proporcionaram uma experiência rica de troca de conhecimentos.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

RESUMO

CAVALCANTE, C.M. **Relações interpessoais na atenção à saúde mental de crianças residentes em lares substitutos**. 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

O objetivo principal deste estudo foi compreender as relações interpessoais de mães substitutas com as crianças sem lar através da produção de vínculo e da prevenção e promoção da saúde mental dessas crianças. Participaram dessa pesquisa quatro das seis mulheres que compõe o universo de mães acolhedoras do Programa de Famílias Acolhedoras, promovido pela Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Ceará e realizado através do Abrigo Tia Julia. A metodologia de investigação caracterizou-se por realização de grupo focal com as mães acolhedoras, que foi complementado pela técnica de desenho com as crianças/adolescentes. O trabalho de campo teve duração de quatro meses incluindo as sessões de grupo focal e visitas às casas para realização dos desenhos com as crianças/adolescentes. Para análise dos discursos provenientes do grupo focal e dos desenhos foi utilizada a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur. Do processo de análise e interpretação surgiu a compreensão de o vínculo estabelecido entre a mãe acolhedora e a criança cuidada é fundamentado em sentimentos afetuosos e é gerador de vínculo. Muitas são as adversidades enfrentadas nesse tipo de relação, entre elas está o lidar com o não adotar, com as marcas do abandono e principalmente com a dor da separação. Assim, mesmo sabendo-se do sofrimento que se enfrentará na hora da separação cria-se um vínculo de amor. Contudo, essa é uma relação que traz ganhos não somente para a criança, mas também para a mãe, pois esta nessa função se sente feliz e realizada. Nesse sentido, essa é uma relação que mesmo com intuito de ser provisória contribui para minimizar os efeitos da privação materna que levou a criança a entrar nesse tipo de programa. A contribuição deste estudo aponta, portanto, essa modalidade de cuidado como sendo capaz de contribuir para a saúde mental de crianças abandonadas e em situação de risco.

Palavras-chave: Vínculo, crianças em lar substituto, família acolhedora, saúde mental.

ABSTRACT

CAVALCANTE, C. M. **Interpersonal relationship as an important factor for the foster children's mental health**. 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde - Estate University of Ceará, Fortaleza, 2006.

This research had as main goal to understand how foster mothers and their respective foster children experience their process of attachment, and how this attachment interferes on the foster children's mental health prevention and promotion. This study was composed by four, out of six mothers that work at the Government Program at the Abrigo Tia Júlia. The investigation method was characterized by focal group with the mothers complemented by their children's draws. The field work lasted four months including the focal group session and the visits at the homes to get the children's draws. Hermeneutic Phenomenology was used based on Paul Ricoeur's theory. Thus, the understanding that emerged from the analysis and interpretation process states that the relationship established in a foster situation is based on affect and promotes attachment. Although there are many adversities in this kind of relationship as the dealing with separation, abandonment wounds and the not adopting decision; this is a relationship that brings many gains not only for the children, but also for the mother involved. Therefore, a mother-child relationship even in a substitute way minimizes the maternal privation effects. This study contribution shows us that foster care may increase the quality of mental health of abandoned children that live in risky situation.

Key words: Attachment, foster care, interpersonal relationship, mental health.

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1	Desenho de Regina	67
Figura 2	Desenho da família de Xman	69
Figura 3	Batman desenha sua casa	70
Figura 4	Desenho da família de Super Homem	72
Figura 5	Desenho da família de Ursinho Gummy	76
Figura 6	A professora de Shrek	78
Figura 7	A mãe acolhedora de Shrek	78
Figura 8	A mãe de Ursinho Gummy	79
Figura 9	Desenho de Júlia	79
Figura 10	Batman antes no abrigo e agora na família acolhedora	80
Figura 11	Desenho da mãe acolhedora por Batman	81
Figura 12	Desenho da família por Homem Aranha	82
Figura 13	Cinderela	86
Figura 14	Desenho de Isabella	87
Figura 15	A família de Cinderela	89
Figura 16	A família de Robin	100
Figura 17	Desenho de Renata	108
Figura 18	O Coração de Robin	109

RELAÇÃO DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1	Percurso metodológico para coleta de informações	60
Fluxograma 2	Análise estrutural dos discursos (Paul Ricoeur)	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMDCA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEMCE	- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará
FUNABEM	- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUSESCE	- Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP	- Institute of Professional Practice
LOAS	- Lei Orgânica da Ação Social
PROAFA	- Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza
SAF	- Síndrome Alcoólica Fetal
SAS	- Secretaria de Ação Social
SETAS	- Secretaria do Trabalho e Ação Social
SUS	- Serviço Único de Saúde
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

1 A TEMÁTICA DO ESTUDO

1.1 Minha trajetória no entendimento do vínculo

Esse estudo foi proposto a partir do Mestrado em Prática Clínica em Psicologia, realizado no Estado de Connecticut, nos Estados Unidos da América, em 1999. Como se tratava de um mestrado profissional, a prática foi realizada em uma agência terapêutica a qual, dentre os vários trabalhos que realizava, estava o programa “Professional Parenting”, ou “Specialized Foster Care” cujo formato aproxima-se do que denominamos no Brasil de “Família Acolhedora”.

Porém, antes de abordar sobre a minha trajetória em relação ao tema em questão, acredito que é importante contextualizar a experiência que me levou a querer realizar esse estudo.

Há alguns anos os Estados Unidos da América criou o sistema de “Foster Care” no intuito de lidar com crianças impossibilitadas de estarem junto as suas famílias de origem. Numa tentativa de “desinstitucionalização, substituiu-se o sistema de abrigamento de orfanatos por um programa em que o governo assume a tutela de crianças abandonadas ou em situação de risco, e paga famílias previamente selecionadas e treinadas para cuidar dessas crianças como se as tivessem adotado; porém, tendo sempre a supervisão direta do próprio governo através do “Department of Children e Families” (DCF). Esse órgão é composto na sua grande maioria de assistentes sociais que são responsáveis por todo direcionamento dado aos casos e que se tornam representantes do tutor (Governo) em todas as situações que envolvam a criança.

De maneira geral, o governo lida com a maioria dos casos através do DCF; porém os casos que necessitam de serviços mais especializados são encaminhados para agências terapêuticas para que esses serviços sejam providos de maneira satisfatória. Nesse sentido, o “Institute of Professional Practice” (IPP), instituição na qual trabalhei, através do programa “Professional Parenting” recebe essas crianças no intuito de providenciar um cuidado mais especializado.

O “Institute of Professional Practice” é uma corporação sem fins lucrativos presente em vários estados do nordeste dos Estados Unidos e foi inspirado em 1981 pelo Serviço de Saúde Mental da Cidade de Washington. Seu principal propósito é oferecer um grande número de serviços especializados no desenvolvimento de tratamento, educação, treinamento e pesquisa. Desta forma, seus programas envolvem desde um trabalho mais profundo com indivíduos com doenças mentais até um trabalho de consultoria em questões como administração de estresse, programas de emprego e terapia familiar no tratamento do alcoolismo.

O “Professional Parenting” é um dos programas do IPP, cujo formato foi também adotado segundo o modelo reconhecidamente eficiente e premiado do Serviço de Saúde Mental da Cidade de Washington. Este programa é responsável por selecionar, treinar e acompanhar famílias dispostas a cuidar, em regime de lar substituto e provisório, de crianças sob a guarda do DCF com história de algum tipo de abuso ou negligência familiar e que estão a espera de adoção ou de retorno à família de origem. A faixa etária atendida nesse programa é de 0 a 18 anos, e todas apresentam algum tipo de distúrbio mental e/ou de comportamento circunscrito à situação familiar de origem. Assim, a diferença desse programa em relação ao “Foster Care” tradicional é a quantidade e a intensidade de treinamento, apoio, e em muitos casos, psicoterapia promovidos à família profissional pelo “staff” clínico e administrativo do IPP.

É importante ressaltar então que nesse sistema de “Foster Care”, as crianças com distúrbios de desenvolvimento e que, por conseqüência, apresentam uma variedade de diagnósticos clínicos e mentais são colocadas em famílias treinadas profissionalmente e as crianças que não apresentam algum tipo de distúrbio são acompanhadas diretamente pelas assistentes sociais do DCF, não necessitando, assim, dos serviços da agência terapêutica.

Apesar de nos Estados Unidos não haver mais orfanatos, as crianças impossibilitadas de viverem com suas famílias biológicas nem sempre são prontamente colocadas em uma família acolhedora, enquanto esperam a resolução de sua situação. É comum o seu abrigo em clínicas-escolas, aonde chegam a morar por até mais de um ano, em regime fechado. No entanto, apesar de apresentarem

propósitos diferentes dos orfanatos, essas oferecem um regime institucional muito parecido, pois muitas das crianças atendidas no programa de pais profissionais são provenientes dessas clínicas-escolas.

As crianças chegavam ao “Professional Parenting” em estados severíssimos de estresse pós-traumático, depressão, dentre outros distúrbios advindos de situações familiares abusivas e, apesar de a criança já ter passado por clínicas de recuperação, percebi a importância desse sistema de acolhimento para preservar a sua condição vincular. Mesmo não resolvendo os problemas sociais das crianças que sofrem abandono ou abuso, observei na minha experiência que o programa parece amenizar os efeitos sobre a saúde física e mental já debilitada através do estabelecimento de uma convivência familiar, mesmo sendo esta situação, assim como a dos abrigos, de caráter provisório.

Nesse trabalho, a minha função, assim como da maioria do “staff”, era de coordenador clínico o qual comportava conjuntamente as atribuições de terapeuta e administrador de casos. No entanto, é importante salientar que não era permitido atuar nas duas atividades em um mesmo caso, ou seja, eu não poderia ser terapeuta e administrador de caso para o mesmo cliente.

Na função de terapeuta, eu trabalhava com ludoterapia no atendimento às crianças e com terapia humanista às famílias. Como administradora de casos, eu coordenava todo o processo do cliente desde sua entrada no programa, o que incluía seu processo diagnóstico, seleção de “pais profissionais” e visitas preliminares com esses pais. Além disso, coordenava também o tempo e a necessidade desse período inicial até a mudança da criança para a nova família ou para a família de origem. O coordenador clínico também tomava a posição de representante do tutor (nesse caso, a assistente social do DCF responsável pelo caso) visitando a família semanalmente ou quinzenalmente, dependendo da necessidade, acompanhando todo o processo de integração da família com a criança e administrando qualquer imprevisto ou tomada de decisão em relação à criança. É importante ressaltar a necessidade de um clínico nessa posição, pois toda atitude tomada em relação à criança teria que ter como referência sua integridade psicológica e mental; e teria como objetivo as necessidades da criança e seu

funcionamento social e interpessoal. Portanto, mesmo decisões como visitar ou não os pais biológicos em um determinado momento ou a escolha de esportes específicos para a criança passavam antes por uma análise clínica do caso.

Assim, o trabalho realizado nessa prática me instigou a tentar compreender como as questões de um cuidado substituto e provisório podem influenciar no padrão vincular, e por conseqüente, na constituição da saúde mental do indivíduo que já traz marcas sérias de experiências dolorosas passadas.

1.2 O Objeto de investigação – vínculo de crianças em lares acolhedores e saúde mental

No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária...”(artigo 19). No entanto, esse é um direito que está longe de ser assegurado a um grande número de crianças brasileiras desde os séculos passados.

De fato, até o século XVII a criança era conceituada como algo sem valia e quase sem importância, representando para família um grande sacrifício, e se tornando facilmente vítima do abandono (MARTINS; SZYMANSKY, 2004). Segundo Trindade (1999), o século XIX apresentou algumas transformações desse conceito, pois, pelo menos, a segurança das crianças era assegurada, ainda que por meio do dever moral e da caridade. Contudo, os arquivos dos asilos que datam desse século mostram a dificuldade dessas instituições para o atendimento ao sempre crescente número de crianças abandonadas daquela época.

Atualmente, o nosso entendimento sobre infância em nada se parece com o do passado; porém, esse novo olhar não tem sido suficiente para que nossas crianças estejam asseguradas do seu direito básico de ser educado no seio de sua família de origem. Conseqüentemente torna-se importante a criação de medidas alternativas para que se garanta a convivência familiar mesmo em família substituta.

Os abrigos ou orfanatos, como conhecemos popularmente, devem ser de caráter excepcional e provisório (ECA, art. 101, parágrafo único); porém, essa proposta não condiz ainda com a realidade da assistência brasileira. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA/DISOC, 2003) grande parte das instituições de abrigo são administradas por entidades religiosas e/ou assistenciais regidas por suas próprias crenças, e não

necessariamente se aproximam dos princípios do ECA. A pesquisa ainda informa que apenas pouco mais de 20.000 crianças têm sido atendidas em abrigos da rede de serviços e ações continuadas (SAC) da assistência social, os quais, obrigatoriamente, devem prezar pelo cumprimento dos objetivos do ECA. Mesmo assim, constatou-se que menos de 1% das instituições da Rede SAC desenvolvem programas que visam a manutenção da convivência familiar. Um exemplo desse tipo de programa é o de famílias acolhedoras, o qual trabalha com famílias substitutas. O objetivo do citado programa é o estabelecimento de convivência familiar na impossibilidade ou espera pela adoção, respeitando, assim, aos princípios e objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao direito à família e garantindo o caráter provisório da instituição de abrigo, o qual deverá ser utilizado “...como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ECA, art. 101, inciso VII).

O intuito dessa proposta não é de que a família acolhedora substitua a família de origem, mas que seja utilizada como forma primeira de acolher a criança ou o adolescente em situação de abandono e/ou risco. Dessa forma, viabilizará o processo de transição através de um atendimento individual distante da frieza das relações que geralmente fluem nos corredores das instituições.

Por ser psicóloga, a saúde mental foi a área na qual prestei serviços à clientela com quem trabalhei na minha prática fora do país e, como consequência, é a escolha do meu enfoque nesse estudo.

É importante, portanto lembrar que o conceito de saúde mental é abrangente e que não podemos nos deter na simples ausência de um diagnóstico psiquiátrico. Nesse sentido, a OMS define saúde mental como “a capacidade de estabelecer relações harmoniosas com os demais e a contribuição construtiva nas modificações do ambiente físico e social” (ESPINOSA, 1998: 16). Dessa forma, ao falar de saúde mental me refiro aqui do estabelecimento de vínculos saudáveis, nos quais poderemos ser protagonistas da construção do nosso meio. No entanto, para que esses vínculos se estabeleçam é necessário que as relações primárias que se constituem nos primeiros cuidados recebidos pelo bebê sejam harmoniosas. Isto é

confirmado por Bowlby (2001) quando diz que “a qualidade dos cuidados parentais que uma criança recebe nos seus primeiros anos de vida é de importância vital para a sua saúde mental futura”. Não só isso, mas o vínculo afetivo desenvolvido entre mãe e filho, através desses cuidados primários, será essencial e responsável pelas relações que a criança venha a desenvolver com outros (SILVA, 2004).

Nesse sentido o estudo se deterá na análise das relações que, de forma especial, estão produzindo a saúde mental daqueles que utilizam os serviços de lar substituto ou família acolhedora. Para isso, deteremos nosso olhar em aspectos importantes das relações, como o cuidado e o vínculo. O enfoque que será dado envolverá a tecnologia do trabalho em saúde do tipo leve, que considera a produção de vínculo, acolhimento e gestão (MERHY, 2002). Segundo este autor, há dois outros tipos de tecnologia que fazem parte das operações em saúde, a saber, “leve-dura”, a qual trata dos saberes que fazem o processo de trabalho (como a clínica e a epidemiologia); e “dura”, operacionalizada por máquinas e equipamentos tecnológicos, assim como estruturas organizacionais, normas, dentre outros.

Através da vivência do vínculo e acolhimento essa produção de tecnologia leve implicará em conseqüências para o desenvolvimento da personalidade e saúde mental do indivíduo. Irei transpor, então, essas conclusões para o entendimento desse desenvolvimento no contexto das instituições.

Assim, percebo que o cuidar gerado em instituições de abrigo ou orfanatos – como são chamadas popularmente – não substitui o cuidar de uma relação tão importante e que gera características tão essenciais para o bem-estar emocional e o desenvolvimento de relações interpessoais. Um exemplo importante é o trabalho clássico realizado por René Spitz (1945), que estudou em um orfanato as relações vinculares através da observação de bebês que eram supridos de suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, dentre outros), mas que não recebiam afeto, nem eram embalados ou segurados no colo. Esses bebês acabavam desenvolvendo o que o autor denominou de “síndrome do hospitalismo”, que se

caracterizava por dificuldades no desenvolvimento físico, falta de apetite e perda de interesse em se relacionar, levando ao óbito a maioria dos bebês. Spitz (1945), portanto, concluiu que esse prognóstico se dava em consequência da ausência de afeto.

Essa falta de afeto não produz somente efeitos fisiológicos, mas as consequências acarretadas na saúde mental daqueles que experienciam a vida em instituições desde muito jovens são também muito graves. Segundo Abreu (2001), em um estudo realizado com crianças e adolescentes que vivem em orfanatos, estes têm seis vezes mais chances de desenvolver transtornos psiquiátricos do que aqueles que vivem com suas famílias. Nesse estudo, os transtornos mais comuns foram depressão e deficiência mental (encontrados tanto em crianças que viviam em instituições como em suas famílias), hiperatividade, ansiedade e transtorno de conduta (encontrados somente na população residente em instituição).

As instituições de abrigo ou orfanatos têm sido, por muito tempo, a opção mais comumente usada em vários países para “acolher” e “cuidar” de crianças a espera de adoção. No entanto, nos últimos anos alguns países têm adotado uma proposta alternativa desse cuidar, estabelecido no formato de lares substitutos/famílias acolhedoras. Esses têm se tornado em muitos países – de uma maneira mais significativa nos Estados Unidos e Canadá – uma proposta de “desinstitucionalização” do cuidar de crianças que de alguma forma foram apartadas de suas famílias biológicas. Nesse sentido, retira-se a criança da instituição, colocando-a em um lar que, mesmo não sendo adotivo, deve estar comprometido no intuito de lhe promover as experiências relacionais de proximidade e afeto.

O intuito primeiro desse sistema alternativo é suprir, pelo menos em parte, a carência da vivência familiar, bem como diminuir, ao máximo, seus efeitos negativos no desenvolvimento biopsicosocial do indivíduo. Objetiva, ainda, com a

retirada da criança da instituição, dar-lhe mais segurança e estabilidade através da experiência de relações vinculares mais próximas para um desenvolvimento mais saudável em todos os níveis.

Algumas pesquisas têm sido realizadas na tentativa de verificar e comparar os efeitos gerados através dessas duas diferentes propostas de trabalho. Por exemplo, um estudo realizado pela Beijing Normal University, Shang *et al.* (2001), mostrou que as crianças residentes em lar substituto (programa relativamente recente naquele país) apresentaram diferença significativa em termos de desenvolvimento emocional e social em relação àquelas que estavam nas instituições. E as crianças residentes em lares substitutos disseram estar mais satisfeitas com a vida do que crianças residentes em orfanatos.

Outro estudo realizado por Barth (2002), da Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, observou os efeitos gerados do cuidar em crianças residentes em instituições do tipo abrigo e crianças em lares substitutos e concluiu que as instituições além de serem menos seguras, menos estáveis e menos capazes de produzir efeitos positivos para as crianças, também se mostraram mais dispendiosas do que o sistema de lares substitutos.

Festinger (1983) concluiu que crianças em lares substitutos atingem melhores níveis de educação, apresentam menor probabilidade de se envolver com problemas com a lei e maior tendência a ter amigos próximos. Jones e Moses (1984) observaram que crianças em instituições quando adultos mostraram menos contato negativo com suas mães biológicas e mais tendência a quererem casar ou constituir família; porém apresentaram mais problemas de adição do que aqueles em lares substitutos.

No Ceará, a Secretaria de Ação Social, em colóquio técnico da rede nacional de abrigos (SAS) apresentou alguns resultados sobre as diferenças entre crianças residentes em abrigos daquelas residentes em famílias acolhedoras em vários aspectos (CARREIRÃO, 2005). Dentre esses aspetos, relatou-se o emocional por mostrar que crianças em famílias

acolhedoras recebem afeto e têm semblante alegre e auto-estima maior do que as que residem em abrigos.

Diante de todos esses resultados, pude perceber mais uma vez uma tendência indicadora de prejuízo da saúde mental a partir de situações em que o vínculo primário não é estabelecido de forma adequada, aqui enfocada de uma forma mais específica em indivíduos que residem certo tempo em instituições. Isto é, a literatura é uníssona em relação aos efeitos negativos gerados em indivíduos advindos de orfanatos, chegando a ser, inclusive, nocivos à saúde mental do indivíduo gerando conseqüências sobre a sociedade e, de certa forma, sobre a saúde pública.

Em contraponto a esse sistema, hoje em dia apresenta-se o sistema de lar substituto, já citado anteriormente, como uma nova proposta a qual parece estar se tornando, segundo as pesquisas aqui descritas, uma maneira preventiva de, pelo menos, atenuar os efeitos nocivos sobre a saúde mental daqueles que de alguma forma foram privados de suas famílias de origem.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em conjunto com a Lei Orgânica de Ação Social (LOAS) asseguram essa forma de cuidar em alguns municípios, dando assim ao poder público a responsabilidade não só de prover uma receita para as famílias substitutas, mas também ajuda médica, educacional e psicológica, facilitando, assim, a adaptação das crianças à nova situação e auxiliando-as na superação de traumas (IPEA/DISOC). Com essa ação o Estado confirma os princípios do SUS, o qual tem como base a saúde como direito de todos e dever do Estado, agindo em prol da saúde mental.

No entanto, não tenho encontrado na literatura acadêmica brasileira, sob o enfoque da saúde coletiva ou da psicologia, nenhum trabalho sobre o sistema de lar substituto, e de forma específica do programa de famílias acolhedoras. Acredito então ser importante a realização de um estudo que analise a proposta supracitada em Fortaleza, em que as informações colhidas poderão, então, subsidiar discussões sobre a importância de fomentar novas políticas no âmbito da saúde pública e ação

social, com o intuito de melhorar a saúde mental daqueles que, por algum motivo, foram segregados de seu meio familiar de origem.

Dessa forma, defini como objetivo nesse estudo compreender as relações interpessoais das mães substitutas com as crianças na produção do vínculo das mesmas, bem como a forma como essa produção se dá na prevenção e promoção da saúde mental dessas crianças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Historicidade da criança abandonada: do infanticídio às políticas de proteção.

É importante entender-se que o conceito de infância que temos hoje como uma fase importante no desenvolvimento biopsicosocial do indivíduo e merecedora de cuidados e mimos por parte dos adultos foi desenvolvido ao longo dos séculos. Na verdade, “foi necessária uma grande evolução para que o sentimento de infância realmente se arraigasse nas mentalidades” (BADINTER, 1985:53). No passado, não se dava importância à infância e como consequência o tratamento por ela recebido era não somente de negligência, mas de maus tratos e abandono. A citada autora ainda afirma que a criança era percebida como um grande sacrifício pela família e esse abandono não se devia apenas a questões econômicas, mas também ao egoísmo dos pais que raramente se preocupavam com a criação dos filhos. “Os cuidados com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática. As crianças eram consideradas pequenos animais, não objetos de amor e afeição” (POSTER, *apud* MARTINS; SZYMANSKY, 2004: 179).

Segundo Orlandi (1985), era muito comum se usar crianças como objetos de rituais de magia e sacrifício na Antiguidade. O infanticídio, o abandono, castigos e espancamentos eram práticas usuais cometidas contra crianças nessa época. Na Grécia e Roma antigas o infanticídio também era muito comum. Crianças eram colocadas em vasos com tampas para que morressem por asfixia, outras eram abandonadas pelos caminhos, outras eram jogadas às feras selvagens, ou ainda deixadas à beira dos rios em cestos.

De acordo com o que afirma Silva *et al* (2004), na Idade Média, a prática do infanticídio teve seu número reduzido em relação à Antiguidade pela implementação das leis canônicas da Igreja Católica, pois essas ameaçavam com punição e castigo de Deus aqueles que o cometessem. “No entanto, era praticado em segredo, correntemente, talvez camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam” (ÁRIES, 1981:15). Como afirma esse autor, o infanticídio apesar de não ser aceito e ser considerado crime, foi uma prática tolerada até o final do século XVII.

O abandono por sua vez não era percebido como crime, o que o tornava um mal sem muitas conseqüências deixando-o assim ainda muito comum. A resposta então para essa prática foi a utilização, pela Igreja, dos mosteiros como locais de abrigo para os chamados enjeitados ou expostos. As crianças deixadas nesses locais recebiam alimentação, educação, roupas e “salvação”. Assim, os pequenos que viviam nos mosteiros não tinham opção de vocação, mas deveriam fazer os votos de pobreza, obediência e castidade (SILVA, 2004).

No século XIII, em 1203, um acontecimento em que um grupo de pescadores pegou em suas redes um grande número de bebês afogados no Rio Tibre fez com que o Papa Inocêncio III decidisse constituir o Hospital de Santo Espírito em Saxia, Roma para o atendimento das crianças abandonadas. Isso determinou que o foco do atendimento dos religiosos gerasse assistência e fosse além da atenção à salvação da alma. Apesar de poder abrigar até seiscentas crianças, não havia atendimento específico e direcionado para a faixa etária infantil. As crianças eram cuidadas por amas de leite ou por religiosos e conviviam com adultos portadores das mais diversas patologias, dentre elas estava a lepra. Esse tipo de hospital começou a se disseminar por toda a Europa e com eles os altos índices de mortalidade infantil. Dessa forma, “as instituições criadas para acolher e assistir os abandonados se constituía em agências para eliminação da infância indesejada” (TRINDADE, 1999:6). A autora ainda afirma que é necessário a realização de pesquisas para identificar as causas de tão alta mortalidade, mas algumas podem ser identificadas como a carência nutricional, as condições familiares precárias, e doenças como gastroenterites, sífilis, infecções gerais e doenças oftálmicas.

Associada a esses hospitais e aos mosteiros que recebiam crianças abandonadas estava a “roda”, objeto constituído por uma caixa cilíndrica que girava sobre um eixo vertical. Inicialmente a roda tinha a função de transportar doações de remédios e alimentação assim como mensagens que ao serem colocadas na caixa cilíndrica era girada e assim enviava seu conteúdo para o interior do hospital ou mosteiro. Dessa forma o anonimato do doador era preservado.

Esse objeto foi com o passar do tempo utilizado pelas mães que colocavam lá seus filhos no lugar de abandoná-los a sua própria sorte. Assim, foi necessária a criação de uma roda especial para o transporte das crianças chamada de roda dos expostos (TRINDADE, 1999). Esta autora nos informa que, ao que se sabe, a primeira roda desse tipo foi construída em Roma no ano de 1198.

Com o Concílio de Trento (entre século XVI e XVII) a Igreja cria normas rígidas e moralistas apoiadas em uma inquisição implacável. Com isso a prática do abandono é reduzida, mas ainda comum, pois a condenação do adultério e como consequência a abominação dos filhos da relação de pecado estariam de certa forma induzindo essa prática (MESGRAVIS, 1976).

Os índices de mortalidade infantil como consequência das endemias e epidemias do século XVII chegava a 80% ou até 90%, e estes não condiziam com o intuito da época de se ter uma população produtiva para o trabalho que ganha nessa época um novo conceito. Dessa forma, a medicina então se propõe a curar e evitar a morte prematura dos pequenos, o que faz com que haja uma mudança no lidar com a criança em termos afetivos. Pois, os grandes números da mortalidade só aumentavam a distância na relação da sociedade com a infância, assim como afirma Áries (1981:10) “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade”.

No Brasil, por exemplo, as grandes taxas da mortalidade infantil geraram um “imaginário justificador” que assemelha a criança morta a um anjo, e dessa forma

o sofrimento era minimizado e entendido não como uma perda, mas um ganho para a família de um anjinho no céu (TRINDADE, 1999). Segundo Flandrin, citado por Áries (1981), essa mudança no lidar com a criança afetivamente irá justificar os números reduzidos da mortalidade infantil ainda mais que as medidas médicas e higiênicas, pois as pessoas começaram a não deixar as crianças morrerem ou de auxiliar a morrer aquelas que não tinham interesse de conservar a vida.

A escola nessa época tem função importantíssima na distinção da infância em períodos que surgiu a partir de sua necessidade de classificar as classes escolares por faixa etária (ÁRIES, 1981). Dessa forma, um outro olhar começa a ser lançado sobre a infância, um olhar individualizado que distingue esse período em fases exigindo assim tratamento diferenciado. Áries ainda afirma que “sem o colégio e suas células vivas, a burguesia não dispensaria às diferenças mínimas de suas crianças a atenção que lhes demonstra, e partilharia nesse ponto da relativa indiferença das sociedades populares” (1981: 177).

A partir dessa compreensão da distinção entre criança e adulto, a família então acolhe a infância de forma diferenciada, percebendo-a como possuidora de direitos e merecedora de cuidados (TRINDADE, 1999). Dessa forma, a partir do século XVII, o sentimento de infância começa a existir à medida que a família nuclear se forma, pois esta começa a se transformar e existir como “o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes” (ÁRIES, 1981:11). Até então era comum que quando as crianças atingiam certa idade iam morar em outra casa, que não a de sua família. Esse tipo de formação familiar tinha o objetivo de, por exemplo, ensinar um ofício. Não tinha função afetiva, se houvesse afetividade seria ótimo, porém não era essa uma condição essencial.

Com essa nova formação familiar afetuosa, o sentimento de luto de quando uma criança morre também muda, pois agora é vivenciado da mesma forma de como se fazia com um adulto. Antes quando uma criança morria alguns poderiam ficar abalados, mas em termos gerais não se sentia muito, pois o pensamento era que poderia ser substituída por outra. A criança é segundo Perrot (1992) a partir de

1850 pranteada na sua perda de forma concreta, com, por exemplo, o costume de contemplar-se um medalhão com mechas de seu cabelo.

Contudo, apesar desse sentimento de infância tomar agora uma outra conotação, o abandono no século XVIII ainda chega a números absurdos. Nessa época, segundo Trindade (1999), os estudos afirmam que há uma concentração dos abandonos na zona urbana, pois as vilas se tornavam o refúgio para mulheres com gravidez indesejável que certamente sofreriam preconceito e condenação social maior na zona rural. Além do escândalo que a situação causaria, a mãe teria dificuldade de encontrar alojamento e trabalho, o que não aconteciam nas vilas, pois lá estavam os locais que iriam acolher as crianças enjeitadas e pessoas que prestavam serviços a moças grávidas. Esses serviços eram pagos, mas incluíam não somente a hora do parto como também assessoravam o abandono. Assim, toda a estrutura que se forma para atender à prática do abandono, assim como a casa dos expostos que nasce com o intuito de proteger a infância abandonada, começa a adquirir um sentido de incentivo ao abandono, pois “dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro para suas transgressões sexuais (...). De protetora da honra, a Casa tornou-se incentivo à libertinagem” (COSTA, 1989: 164).

No Brasil, a primeira roda dos expostos foi instalada somente no século XVIII, na Bahia em 1726, depois outras cidades seguiram seu exemplo como o Rio de Janeiro, em 1738; São Paulo, em 1825, e Florianópolis, em 1828. Até então no Brasil as crianças abandonadas eram jogadas no lixo ou em locais públicos; ou ainda, eram deixadas para serem criadas por parentes ou por pessoas reconhecidas por serem caridosas (MESGRAVIS, 1976). Esse modelo assistencialista perdurou no país até o período republicano, daí pelo grande número de crianças abandonadas foram criados os orfanatos, patronatos e seminários, que, dirigidos por congregações religiosas, tinham o objetivo de cuidar dessa população de “enjeitados” de maneira coletiva (MARCÍLIO, 1997). Na Europa, a mãe solteira além de deixar seu filho em um lugar onde sabia que seria cuidado, também se oferecia para trabalhar como ama de leite e ainda ganhava um salário por isso. E foi o trabalho das amas de leite que salvou muitas crianças da mortalidade que assolava as crianças abandonadas.

No final da Idade Média, começou-se a adquirir um conceito de trabalho positivo e com ele a necessidade de uma população saudável e produtiva, o que gerou para o século XVIII modificações políticas, sociais e econômicas culminando na Revolução Burguesa. No meio dessas mudanças estaria também a relação com a criança que agora representa um futuro trabalhador (ORLANDI, 1985). Isso fez com que se observasse um número maior de abandono de meninas, pois estas representavam para a família um fardo até o casamento, que ainda dependeriam na grande maioria das vezes de um dote. Já os meninos eram percebidos como uma força de trabalho em potencial e conseqüentemente possibilidade de lucro.

Com os números do abandono sempre crescentes os orfanatos ou asilos como também eram chamados os locais criados especificamente para receberem crianças abandonadas, passavam de lugar temporário para definitivo ou temporário; pois tornaram-se a garantia de sobrevivência e esperança de um dote para as moças e profissionalização para rapazes.

Em termos gerais, o atendimento feito nesses locais criados para receberem as crianças abandonadas não era na sua maioria de responsabilidade do Estado ou da Igreja, mas era estimulado pelas confrarias, e irmandades ou pela chamada “igreja dos leigos” que deu origem também às Santas Casas de Misericórdia, assumidas por pessoas cristãs e caridosas, e que acabaram por desenvolver um papel importante nessa estrutura de serviço de abandono. É importante ressaltar que esses serviços nos moldes das Santas Casas aconteceram em paralelo aos serviços prestados pelas congregações religiosas e pelos hospitais. O primeiro asilo para crianças abandonadas foi criado em Milão no ano de 787 (TRINDADE, 1999).

De qualquer forma, toda tentativa de lidar ou de esconder o abandono até então não diminuía os números sempre crescentes dessa prática e como conseqüência da mortalidade infantil que a acompanhava. Segundo Trindade (1999) os arquivos dos asilos mostram que não importava as medidas tomadas pela igreja ou pelo Estado, essas instituições não conseguiam dar conta do número de crianças abandonadas. Assim, procuraram-se meios de exterminar essa prática dando-se

mais atenção às mães, e procurando conscientizá-las, assim como aos seus familiares, para que não abandonassem seus filhos. Daí, no final do século XVIII surgiu o conceito de boa mãe, e a mulher, fosse ela pobre ou rica, começou a se inserir nesse novo papel. Como afirma Badinter “a era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva e viva melhor junto dela” (1985: 201).

Dessa forma, no século XIX, a infância começa a ser reconhecida na sua importância. Nasce a pediatria social e junto com ela teorias que descrevem os sentimentos infantis. Freud, através dos seus estudos, mostra a infância como fase essencial para o crescimento e desenvolvimento humano (SILVA *et al*, 2004). Assim, como afirma essa autora, o abandono recebe a partir dessa época uma conotação moral de “depravação dos costumes” na grande maioria dos países da Europa.

A infância e o abandono então ganharam destaque como problema e países como França, Itália e Inglaterra, onde essa prática é muito utilizada se caracterizam por publicarem um grande número de trabalhos sobre o tema. A partir daí surge uma nova forma de abandono, a qual consiste em colocar crianças, não necessariamente recém-nascidas, em asilos e orfanatos, fazendo então surgir o termo “criança abandonada”. É interessante, pois até então a existência do abandono não era assim admitida pela sociedade, porém, “nesse sentido, desde o século XIX está admitido o óbvio, ou seja, a existência do abandono” (TRINDADE, 1999:09). Com a admissão do óbvio acontece então a institucionalização do abandono e de sua assistência. Contudo há então uma democratização do ato de entregar o filho à ama de leite, comum entre os séculos XVII e XIX, para então entregá-lo a uma instituição, especialmente nas grandes cidades e pelas classes mais populares. Essa nova forma de abandono se apresentava como solução, mesmo sendo ele temporário ou definitivo, para os custos financeiros gerados pela infância (AYMARD, 1991).

Outras formas de atendimento às crianças surgiram como equipamentos de combate à pobreza e à mortalidade infantil como os jardins da infância e as creches. O primeiro jardim da infância surgiu na Alemanha no ano de 1837, já as

creches apareceram na América do Norte e depois na Europa, também no século XIX. Com o desenvolvimento do capitalismo esses instrumentos ajudaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e a creche especificamente não servia apenas como um local para guardar os filhos, mas auxiliava as mães na orientação ao cuidado com os filhos (TRINDADE, 1999). Em relação à morbidade e mortalidade infantil, fatos importantes geraram certa mudança nesse quadro segundo a mesma autora. Um deles é a presença da medicina higienista que interferiu em questões como a seleção de amas de leite, condutas de amamentação natural e discussão sobre lactação artificial. Outros fatos importantes que influenciaram a queda dos índices de mortalidade no primeiro ano de vida foram o aproveitamento do leite animal pelos humanos e a adaptação do leite de vaca para bebês.

Em termos de atendimento, é importante ressaltar que na passagem para o século XX a assistência foi sendo reforçada pela ênfase na educação e especificamente uma educação orientada para o trabalho, e a criança que de alguma maneira ainda estava fora da família ganha com a urbanização e o capitalismo um olhar de preocupação. Iniciou-se uma distinção entre criança abandonada e menor delinqüente, pois aquela que no passado foi percebida como ser desprotegido agora ganha um novo sentido. “É vista, então como futuro trabalhador e, portanto, cidadão, ou então futuro delinqüente e eminente perigoso” (TRINDADE, 1999:11). Ao mesmo tempo a criança é vista como obra inacabada que reflete seu passado, herança genética e meio onde vive assim como o futuro e a esperança do que virá (DIDONET, 1993).

Essa então nova compreensão de infância que gera junto com ela um novo entendimento familiar se apresenta nos moldes da família nuclear no Brasil. E segundo Silva (2005) esse modelo europeu, que subsistiu mesmo em meio aos modelos da tradição indígena e negra existente no país, foi assegurado pelo Código Civil Brasileiro de 1916 como padrão hegemônico de organização familiar. Ao mesmo tempo em que isso legitimou socialmente a mulher e os filhos com o casamento também institucionalizou aqueles que não se enquadravam no modelo hegemônico como a amante, a concubina, a mãe solteira e o filho ilegítimo.

Dessa forma, como ainda afirma o supracitado autor, se constituiu a teoria do desvio, onde esse desvio acontece em relação ao padrão de família constituído e considerado hegemônico. O autor ainda nos lembra que esse padrão é baseado no modelo europeu de homem branco, cristão, proprietário e letrado. Sendo assim, muitos na sociedade se encontravam na situação de desvio e dentre eles estavam os órfãos e abandonados, caracterizados em grande parte por crianças afro-descendentes, e aos quais havia sido negado um papel dentro dessa organização familiar. Ao mesmo tempo o sentido de desvio nos dá a sensação de necessidade de reparo, de que algo tem que ser colocado de volta na rota. Com base nesse sentimento, a sociedade criou então mecanismos para lidar e atender as necessidades daqueles que se encontrava em situação vulnerável.

Segundo Neder (2000) no Brasil, a assistência social, de forma especial em relação à família, iniciou-se a partir dos esforços da Igreja que criou o conceito de serviço social baseado no sentido de serviço na denominação católica. Com base nas experiências das Santas Casas, a Igreja pareceu estar em condições para assumir esse trabalho, ainda que esse serviço fosse realizado com base na caridade cristã e muito fundamentado no modelo hegemônico familiar. Segundo a mesma autora, somente na década de 80 com a crise do Estado os sociólogos, antropólogos e historiadores foram se dedicar aos temas dos micropoderes, dentre eles a família.

De qualquer forma, independente de quem se responsabilize pelo cuidado dessa população “desamparada”, e aqui tratamos de forma específica a criança abandonada, inicia-se um entendimento de que o Estado necessita intervir; pois, “quando a família (...) e a comunidade não dão conta de garantir a vida dentro dos limites da dignidade (...), cabe ao Estado assegurar aos cidadãos tais direitos para que a criança desfrute de bens que apenas a dimensão afetiva pode fornecer”. (VICENTE, 2000). É importante que a comunidade e a sociedade civil participem e colaborem, porém o Estado é visto como aquele que tem o dever de proteger aqueles que por tanto tempo têm sobrevivido a sua própria sorte.

A partir dessas compreensões do desvio de um modelo familiar padrão e do entendimento da necessidade de proteção dos que se encontram nessa situação

poderemos então entender melhor a questão do abrigo, e da família substituta como possível oportunidade de recolocar o sujeito nesse padrão vigente de cultura familiar e social.

No entanto, segundo Silva (2005), durante muito tempo, de maneira especial enquanto estavam em vigor os códigos de menores de 1927 e 1979, as instituições de abrigo não funcionavam em aspecto transitório com o intuito de restabelecer a organização familiar, mas de forma definitiva e colaboradora do processo de desvio sociofamiliar. E isso acontecia de forma mais contundente para meninos afro-descendentes, pois meninas brancas e recém-nascidas se encaixam, até hoje, melhor no perfil do modelo familiar hegemônico. Como ainda afirma o autor, “meninos e meninas afro-descendentes foram e ainda são condenados a viver em abrigos até a maioridade, assumindo o abrigo a função de um substitutivo para a família” (SILVA, 2005:290).

Em termos de legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 apresenta no seu artigo 90, inciso IV, o intuito de abolir essa prática quando assegura o abrigo como instituição de caráter excepcional e provisória, tendo como objetivo primeiro reintegrar a criança à família de origem ou mesmo substituta. Pois, como assegura Vicente (2005: 52) “a família natural ou substituta é sempre melhor do que qualquer instituição de internação. A institucionalização tem historicamente produzido crianças analfabetas e sem perspectivas de vida autônoma”.

O Código de Menores de 1927 teve a função de consolidar a legislação a respeito da infância que até então emanava de Portugal. O Código caracterizou o atendimento à criança baseado nos “efeitos de ausência”, dando assim ao Estado a tutela do órfão e fazendo disponíveis os direitos de pátrio poder dos pais ausentes (SILVA, 2005). O Código de 1927 ainda estabeleceu como serviço gratuito guardado em segredo de Justiça, ou seja não poderia ser publicado seus dados, tanto o processo de internação da criança abandonada como a destituição do pátrio poder.

O Código Penal de 1940 que ainda está em vigor estabelece pena para quem abandona crianças de seis meses a três anos. Se do abandono decorrer algum tipo de lesão grave a pena será de um a cinco anos, e se causar a morte da

criança, a pena passa de quatro a doze anos que será agravada se o ato for realizado em lugar de difícil acesso impossibilitando qualquer ajuda à criança.

O Código de Menores de 1979 é caracterizado pela Doutrina da Situação Irregular que substituiu a Doutrina do Direito do Menor. Essa nova doutrina baseava-se no entendimento de que só seria necessário se tomar conhecimento do problema da criança quando fosse realmente confirmada sua situação irregular na família. Dessa forma, o Código de 1979 passou então a considerar as seguintes situações na infância: crianças privadas das condições essenciais de sobrevivência; vítimas de maus tratos e castigos severos; crianças que se encontrasse em perigo moral como as vítimas de exploração por terceiros; crianças privadas de representação legal pela ausência dos pais; e crianças que apresentassem desvios de conduta assim como as autoras de atos infracionais (SENADO FEDERAL, 1984).

No período da transição de um Código de Menor para outro foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964. Conta Silva (2005) que a proposta da fundação teria sido rejeitada em 1961 quando apresentada à Câmara dos Deputados, porém com a morte do filho do ministro da Justiça, Milton Campos, que foi assassinado de maneira violenta por adolescentes que moravam nos morros do Rio de Janeiro em 1964 o próprio ministro junto com outros juristas convenceu o então presidente a criar por decreto a Fundação. Dessa forma a Funabem foi criada dentro do espírito da Doutrina da Segurança Nacional com o intuito de resolver um problema nacional: o menor. Segundo o seu primeiro presidente Mário Altfender (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1971:476) “o problema do menor não poderia ser solucionado com a idéia ingênua de construir abrigos”. Esse entendimento tornou a problemática do menor não mais da competência do Poder Judiciário, mas do Poder Executivo.

É importante lembrar que assim como o Código de Menores de 1927 não levou em consideração a Declaração dos Direitos da Criança de 1924, O Código de 1979 também não se deixou influenciar pela Declaração sobre os Direitos da Criança de 1959, mesmo tendo sido o Brasil sensível à agenda de discussões da OEA adotando a Doutrina da Proteção Integral enunciada na Declaração de 1959. Somente em 24 de setembro de 1990, depois da aprovação do Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA) foi ratificada no Brasil a Convenção sobre os Direitos da Criança de 20 de novembro de 1989. De qualquer forma, o ECA é considerado hoje o tratado internacional mais completo sobre os direitos da criança, considerando-a prioridade no estabelecimento das políticas públicas.

Nesse sentido de criança colocada como prioridade absoluta o ECA abrange os direitos da criança na sua completude especialmente no que se refere à família e às alternativas nos casos de impossibilidade desse direito nos seus termos naturais. Essa compreensão fica clara no artigo 19 onde afirma que:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

É também especificado no artigo 92 do ECA que é função das instituições de abrigo a preservação dos vínculos familiares (Inciso I) e a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem (Inciso II). Esses princípios garantem assim o caráter provisório e excepcional da instituição de abrigo. No entanto, esses direitos não têm sido assegurados na prática. De acordo com os estudos feitos a partir do “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” (IPEA/DISOC, 2003) as ações municipais não tem dado a prioridade devida à prevenção dos laços familiares. Na percepção dos dirigentes dos abrigos, nessa mesma pesquisa, muitas são as dificuldades que intervêm no retorno das crianças e adolescentes para suas famílias dentre elas a mais enfatizada foi a condição socioeconômica da família (35,4%), depois a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,64%), ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,79%), envolvimento com drogas (5,65%) e violência doméstica (5,24%).

De qualquer forma, apesar das dificuldades encontradas para fazer valer o direito da criança à convivência familiar e comunitária, é importante apresentarmos como hoje o programa de abrigo é operacionalizado, e de forma especial com foco na modalidade de família acolhedora. É ainda importante ressaltar que esse programa faz parte do Sistema de Proteção Integral caracterizado pela ação

articulada entre União, estados e municípios - responsáveis pela promoção dos direitos - Ministério Público, Juizados da Infância e Juventude, Conselhos tutelares e os Centros de Defesa de Direitos – responsáveis pela defesa dos direitos – e os conselhos nacional, estaduais e municipais – responsáveis pelo controle da execução da Política de Proteção Integral (CARREIRÃO, 2005).

Dessa forma temos casa-lar ou abrigo domiciliar; república; casa de passagem, acolhida, transitória, albergue; abrigo institucional e família acolhedora. Não importa que modalidade seja aplicada o importante é que o ECA no seu artigo 92, inciso III, seja cumprido, ou seja, que a estrutura possibilite um atendimento personalizado e em pequenos grupos.

A casa-lar ou abrigo domiciliar como o próprio nome sugere acontece dentro da estrutura de uma residência privada podendo ser essa própria da instituição responsável ou alugada. A coordenação fica a cargo dos chamados pais sociais, casal social, mãe social ou por educadores que se revezam. Apesar da importância de que a vizinhança seja avisada sobre a existência do programa, aconselha-se que não haja nenhuma indicação, como placas, na casa de que ali funciona um abrigo. Os números de crianças e adolescentes acolhidos nesse tipo de abrigo vão variar de acordo com o tamanho da casa, porém sugere-se um número máximo de 12.

A república, assim como a casa-lar não deve ser sinalizada com placas, porém a grande diferença é de que ela tem o intuito de abrigar adolescentes maiores de 18 anos, os quais não puderam retornar às suas famílias de origem assim como não tiveram a oportunidade de terem sido acolhidos em famílias substitutas. Nesse tipo de abrigo não tem educadores residindo com os adolescentes, mas apenas dando suporte em alguns momentos do dia, pois é importante que o adolescente contribua para a manutenção da casa através de realização de tarefas domésticas, acompanhamento das despesas da casa e participação das compras do mês e isso em conjunto com a inserção do jovem no mercado de trabalho ajudará a criar autonomia para que se dê o processo de desligamento do abrigo.

A casa de passagem, acolhida, transitória, albergue tem o objetivo de abrigar especialmente meninos de rua que na grande maioria são levados por educadores

que os abordam na rua com o intuito de estabelecer um vínculo com a criança para depois tentar encaminhá-lo para sua família de origem, ou se não for possível, enviá-lo para outro tipo de programa. Apesar de esse ser um local onde a criança encontra proteção, alimentação, cuidados básicos e orientação de profissionais qualificados como psicólogos, assistentes sociais, arte educadores e pedagogos, não se constitui realmente uma instituição de abrigo. Pois, caracteriza-se pela sua flexibilidade em relação à estadia da criança estando vinculado a Programa Sócioeducativo em Meio Aberto.

O abrigo institucional é o tipo de modalidade que recebe o maior número de crianças e adolescentes e, portanto, a instituição que menos proporciona o esperado atendimento individualizado e em pequenos grupos dificultando o estabelecimento de vínculos e prejudicando seriamente o desenvolvimento emocional e saúde mental da criança ou adolescente institucionalizado (BOWLBY, 2001). Vicente (2000) cita um pensador italiano que experienciou a institucionalização e a traduziu com o conceito de que ele chama de homem vazio:

Imagine-se agora um homem vazio ao qual, junto com as pessoas amadas, lhe são levados sua casa, seus hábitos, suas roupas, tudo enfim, literalmente tudo o que possui: será um homem vazio, condenado a sofrimento e necessidade, esquecido da dignidade e discernimento, já que acontece facilmente a quem perdeu tudo de perder-se a si mesmo. (p.52)

Percebe-se então que esse tipo de abrigo não prima pela individuação e que faz da criança ou adolescente atendido mais um número não estabelecendo relações interpessoais. Conseqüentemente essa modalidade não tem propiciado a experiência de um convívio familiar e comunitário.

Antes de tratar da modalidade de família acolhedora é importante, se fazer aqui um parêntese em relação à nomenclatura, pois esta pode se referir a essa modalidade de cuidado com os termos substituta e/ou acolhedora, porém aqui no Brasil o termo substituta tem sido relacionada mais comumente à adoção, e por isso tem se utilizado mais o outro termo. De qualquer forma, nesse trabalho ainda se verá o termo substituta quando se tratar da fala de algumas mães ou de alguns autores.

A família acolhedora é a modalidade que tem como base uma família já constituída e recebe a criança ou adolescente em sua casa para cuidar a partir de relações mais estreitas. Como em todas as modalidades aqui já descritas, a família assume as atribuições de guardiã sob termo de responsabilidade através de acordo de co-responsabilidade sobre o atendimento que será realizado com a instituição que executa o programa.

Para isso, a família recebe um incentivo cujo valor, no programa do Ceará, corresponde a R\$ 80,00 por criança por mês. A existência desse pagamento que tem recebido críticas e questionamentos por parte de alguns profissionais e algumas entidades governamentais é defendida por Bowlby (2002:138-139) quando afirma que:

Temer que o pagamento a mãe substituta vá influir na sua afeição natural e no seu interesse pelas crianças é tão absurdo quanto achar que um médico ou dentista possa ter menos interesse por seu paciente se ele esperar ser pago pelos seus serviços.

Pois segundo este autor, o pagamento é fator importante para que se obtenha pais substitutos mais responsáveis e com nível melhor de educação.

É importante ressaltar que a instituição executora do programa deve estabelecer critérios de seleção para as famílias acolhedoras as quais devem compor um projeto que será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e ao Juizado da Infância e Juventude. No entanto, sugere-se que os pais acolhedores tenham faixa etária superior a 25 anos, que a residência tenha condições de receber mais de uma criança / adolescente no caso da possibilidade de grupo de irmãos, e que esteja próxima a posto de saúde, escola e outros equipamentos que facilitem o atendimento. É importante colocar que no caso de um grupo de irmãos grande a instituição executora do programa deve tentar colocá-los em casas na mesma vizinhança.

Em relação ao estado civil dos pais acolhedores não há nenhuma restrição. No entanto, existem algumas questões que podem se colocar como obstáculos no processo de seleção como: o candidato estar em processo de luto, ser candidato à adoção, mesmo que ainda não formalizado, e / ou se encontrar registrado em órgão de proteção e defesa da criança e do adolescente como agente

de ameaça. Em relação a ser candidato à adoção, o obstáculo se refere à intenção primeira dessa modalidade que é a de preservar o caráter provisório da condição de separação da criança e sua família de origem, objetivando assim a reintegração das mesmas assim que possível.

Todas essas exigências se explicam na importância de que a família acolhedora esteja em condições adequadas para receber a criança / adolescente advindo de situações de risco. Essa família, ao mesmo tempo em que reproduzirá um novo modelo familiar, o fará de forma provisória. Por isso, espera-se que ao estabelecer relações saudáveis, isso possa ser feito de maneira adequada, pois a proposta dessa forma de abrigo é aproximar-se ao tratamento individualizado e ao suprimento do direito à convivência familiar e comunitária.

É importante ressaltar que o programa de abrigo não é suficiente para lidar com a violação do direito à convivência familiar e comunitária, mas é necessário que a ação municipal seja eficaz quando confirmada a ameaça ou violação desses direitos (CARREIRÃO, 2005). Se isso não acontece, a autora supracitada afirma que “reinventaremos a roda dos expostos, os internatos, orfanatos, os educandários que cumpriram suas finalidades numa época em que a ‘situação irregular’ era a marca das crianças e adolescentes tratados como menores (...)” (p. 308). É verdade que ações políticas se fazem necessárias para que esse direito seja promovido, especialmente porque muitas das crianças que estão nas ruas ou mesmo nos abrigos estão lá não porque não têm vínculos familiares, mas devido às condições socioeconômicas de suas famílias (IPEA/DISOC, 2003). Becker (2000: 63) então conclui que “os motivos que as [crianças] levam a essa situação de risco não é, na maioria das vezes, a rejeição ou a negligência por parte de seus pais, e sim as alternativas, às vezes desesperadas, de sobrevivência”. Portanto, um conjunto de políticas sociais precisa ser efetivado para que o sistema de abrigo faça sentido e possa cumprir seus objetivos.

2.2 Tecnologia leve do vínculo e saúde mental.

Quando se fala em tecnologia geralmente o que se pensa imediatamente é em novos recursos de hardware, máquinas modernas e avançadas. Em saúde,

esse pensamento é associado a máquinas de diagnóstico, recursos laboratoriais e técnicas mais precisas. Complementando esse sentido, Lalande (1993) nos lembra que tecnologia é um termo que muitas vezes substitui o termo técnica e o define como:

Conjunto dos procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados considerados úteis...São tradições que se legam de geração em geração, pelo ensino individual, pela aprendizagem, pela transmissão oral dos segredos de ofício e de processos (p.1109).

Pode-se perceber então como esse autor centra sua definição em procedimentos claros e universais com objetivos definidos e percebidos como importantes e passíveis de transmissão através do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o conceito de Lalande fortalece o entendimento de tecnologia como saber fazer de maneira estruturada, universal e objetiva sem muito espaço para a subjetividade e particularidade.

Em contrapartida Santos *et al* (s.d) ao parafrasear Mendes-Gonçalves conceitua tecnologia como:

Um conjunto de saberes e instrumentos que expressa nos processos de produção dos serviços, a rede de relações sociais entre agentes e práticas, conformada em uma totalidade social, que é constituída não apenas pelo saber, mas também pelos seus desdobramentos materiais e não-materiais (p. 03).

Nesse sentido, as relações interpessoais são evidenciadas e percebidas na expressão da produção do serviço, e esse excede a definição de tecnologia baseada somente na objetividade do saber fazer, pois compõe o conceito com a inclusão da compreensão da subjetividade e do não-material, ou seja daquilo que não se pode medir ou palpar assim como as relações.

Dessa forma, a classificação apresentada por Merhy (2002) complementa esse novo enfoque sobre tecnologia que abrange, mas, ao mesmo tempo, vai além daquela que comumente referimos às máquinas. Para o autor é importante considerarmos três tipos de tecnologia as quais são: dura, leve-dura e leve.

O que Merhy (2002) denomina de tecnologia dura é o que envolve a compreensão mais comum do termo. Isto é, é tudo aquilo que inclui a

operacionalização de máquinas e equipamentos, assim como normas, estruturas organizacionais, entre outros, que compõem o serviço em saúde.

Tecnologia leve-dura é aquela que compreende os saberes que atuam no processo de trabalho em saúde. Como o próprio autor comenta, é menos dura, por não se tratar de ferramentas e aparelhos. Dessa forma, é considerada leve por se tratar de saberes que, a partir do momento que se adquirem, fazem parte do indivíduo e de como ele atua sua prática. E ao mesmo tempo é dura, por se tratar de saberes estruturados, padronizados, normalizados e organizados. E nessa classificação se encontram o saber do médico, do psicólogo, do enfermeiro, dentre outros.

Já a tecnologia denominada como leve é aquela que considera as relações resultantes do trabalho em saúde através da produção de vínculo, acolhimento e gestão. Essas relações vão surgir a partir do cuidado implícito à produção do trabalho em saúde que se feito de forma humanizada, suscitará essa tecnologia não-material tão importante para a satisfação do serviço produzido. Assim ela acontece a partir de:

...um encontro entre duas “pessoas”, que atuam uma sobre a outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se inter-subjetivamente alguns momentos interessantes, como os seguintes: momentos de falas, escutas e interpretações, no qual há a produção de uma acolhida ou não das intenções que estas pessoas colocam neste encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação (MERHY, s.d:05).

Tudo isso segundo Merhy (2005) caracteriza o trabalho vivo em ato na saúde. E de forma especial, a produção de vínculo que surge através do encontro de dois sujeitos que experienciam confiança e esperança é aqui nesse trabalho considerada na sua relação com a produção de saúde mental e de como essa relação acontece na sua origem de desenvolvimento assim como em relações posteriores.

A palavra vínculo tem origem no latim e significa algo que junta, une, ou liga as pessoas. Quer dizer que quando há vínculo há ligação, há uma relação. Há segundo Campos (2003) uma interdependência, e por isso a construção de um

vínculo depende de uma interação complementar. No sentido do cuidado, o vínculo se inicia quando há um que necessita e outro que se dispõe a ajudar.

Assim, ao falar de vínculo é importante ressaltar que diferente da grande maioria dos animais, o homem ao nascer é completamente dependente e necessita de cuidados intensos para sua sobrevivência. Em termos fisiológicos essa relação de dependência fica clara para nós. Porém, somente com o passar do tempo foi-se entendendo também os efeitos emocionais e psicológicos gerados através desse cuidar ou da privação dele, os quais constituem fatores importantes para o desenvolvimento da personalidade de um indivíduo.

Através da relação de dependência, a mãe (ou pessoa que faria seu papel) sendo aquela que satisfaz as primeiras necessidades fisiológicas, principalmente de alimento e conforto, torna-se assim a primeira relação afetiva do indivíduo de intimidade (FREUD, 1949). Como afirma McAdams (1989), o ato de sugar o leite se constitui a maneira primeira e mais primitiva de conhecer o outro na sua intimidade. Portanto, a necessidade fisiológica gera contato, que produz conhecimento, intimidade, e conseqüentemente, afeto. Assim, “o sujeito tem de aceitar como condição indispensável da vida esta extrema dependência inicial que marcará para sempre seu desenvolvimento psicológico” (KUSNETZOFF, 1982: 35).

Ao resgatar-se tal visão teórica, é importante lembrar o experimento de Harlow com macacos e as mães de arame e de toalha com o objetivo de estudar o desenvolvimento de respostas afetivas. Harlow separou macacos de suas mães após o nascimento, dando a cada um acesso a duas mães artificiais, uma delas sendo uma armação de arame com rosto de madeira e uma mamadeira à altura do peito, e a outra mais ou menos semelhante, mas revestida de um tecido felpudo. Nesse experimento Harlow observou que eles mamavam na mãe de arame mas permaneciam o restante do tempo com a mãe felpuda. Ele percebeu então a preferência pela mãe de material mais confortável mostrando a necessidade de contato e conforto (HARLOW; ZIMMERMAN, 1959). McAdams (1989) confirma esse experimento ao afirmar que a necessidade de segurança e conforto atua de maneira muito importante na constituição das interações com a mãe ou pessoa substituta. Portanto, percebemos que o papel do cuidador se estabelece em um nível que vai

muito além do fisiológico, e que, condições como contato e conforto, parecem ser tão essenciais como alimentação e outros cuidados físicos.

Erikson (1950) complementa esta idéia em sua teoria do desenvolvimento psicossocial ao reforçar que os dois primeiros anos de vida são essenciais para se construir sentimentos de segurança e autoconfiança gerados à medida de que a criança recebe os cuidados esperados. Isto é, à medida que a mãe provê o que é necessário para o desenvolvimento de seu bebê, apresenta a ele um mundo previsível, fazendo assim com que ele desenvolva o sentimento de que o mundo é um local seguro, gerando então a autoconfiança necessária para seu desenvolvimento emocional. Portanto, a forma como a mãe responde “adequadamente” às necessidades do bebê pode gerar nele o que Rothbard e Shaver (1994) chamam de estilo “seguro” de vinculação que vai gerar indivíduos auto-confiantes que, conseqüentemente, vão tender a se relacionar com mais facilidade. Vondra et al (2001) realizaram um experimento que correlacionou o vínculo com a regulação emocional e comportamental, demonstrando em seus resultados que indivíduos seguramente ligados têm mais controle sobre suas emoções e seus comportamentos; e que, em contraponto, indivíduos considerados inseguramente ligados se tornam menos flexíveis na regulação de suas experiências emocionais e comportamentais. Esse controle sobre as emoções é importante, inclusive no estabelecimento de vínculos saudáveis e tendência a envolvimento em comportamentos de alto risco.

Ainsworth *et al* (1978) em seus estudos perceberam uma relação entre o tipo de vínculo que a criança tem com a mãe e a reação que a primeira tem em uma situação de separação, e assim classificaram três tipos de padrão: apego seguro, apego inseguro/esquivo e apego inseguro/resistente.

Apego seguro é demonstrado quando as crianças se mostram serem participativas nas brincadeiras, e em uma situação de separação breve procura contato com a mãe sendo confortadas com facilidade, voltando a se envolver em suas brincadeiras. Dessa forma, desenvolvem expectativas positivas em relação ao mundo. Já o apego inseguro / esquivo incluiu aquelas crianças que após uma breve separação da mãe, evitaram se aproximar dela depois de sua volta. Crianças com

esse tipo de padrão podem desenvolver agressividade, belicosidade, e transtorno de conduta. E o apego inseguro / resistente classifica crianças que apresentaram, na situação experimental de separação, um movimento ambivalente entre a busca de contato com sua mãe e a resistência ao contato com esta após o retorno. Ao mesmo tempo crianças com esse tipo de comportamento se mostraram mais coléricos ou passivos que as crianças com os padrões de apego anteriormente descritos.

No entanto, nem todos os indivíduos têm em seu ambiente quando nascem condições favoráveis para gerar padrões de vinculação seguros. Crianças separadas da mãe por algum motivo (internação hospitalar, falecimento da mãe, e outros) passam por diferentes reações emocionais (protesto, desespero e desapego) que podem levar ao que Bowlby (1980) denominou de síndrome do desapego. Essa síndrome pode acarretar inúmeras conseqüências para a saúde mental da criança que irão variar de apatia, insegurança e depressão até agressividade, problemas de conduta e comportamento anti-social.

De uma forma mais específica, Bowlby (2002) percebe a “privação materna” como um dos fatores determinantes para a geração de problemas na saúde mental dos indivíduos. Antes de apresentar a definição desse conceito, é importante ressaltar que o autor entende que esse como um termo amplo que pode servir tanto para a situação em que a mãe está fisicamente próxima à criança, mas não proporciona os cuidados amorosos que esta necessita; assim como para os casos em que a criança é separada da mãe por qualquer motivo. Assim, Bowlby classifica os tipos de privação materna como total, quase total e parcial.

A privação total se caracteriza quando a criança fica completamente sem os cuidados de sua mãe ou substituta permanente, e nesse caso os efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade podem inclusive anular completamente a capacidade do indivíduo de se relacionar com outras pessoas.

A privação quase total acontece em instituições, creches residenciais e hospitais, locais onde a criança comumente não tem uma única pessoa responsável por seu cuidado e para que possa assim estabelecer uma relação de segurança. É

muito comum que crianças que passaram por essa experiência tenham dificuldade de ajustar-se a outras pessoas.

No caso da privação parcial, se a criança passa a ser cuidada por uma pessoa a quem ela já conhece e confia é melhor do que se a mãe substituta é totalmente estranha à criança. No caso desse tipo de privação, Bowlby (2002) afirma que angústia, necessidade de amor excessiva, fortes sentimentos de vingança e, culpa e depressão como consequência são comuns.

Bowlby (2002) ainda afirma que as consequências da privação vão variar de acordo com o grau da mesma, assim como também é importante considerar a idade da criança no tempo em que ela sofre a perda e o tempo de duração da privação.

Complementando esses estudos McAdams (1989) assegura que a ligação primária que experienciamos serve de protótipo e gera em nós padrões de relacionamentos íntimos que poderemos utilizar por toda a vida. Dessa forma, se essa nossa primeira experiência relacional acontece de forma “adequada” provavelmente iremos, no decorrer de nossa vida, desenvolver relações interpessoais saudáveis, repetindo de certa forma o modelo primário. Contudo se experienciarmos relações parentais negligentes, ou mesmo de abandono e rejeição poderemos nos tornar pessoas ansiosas e desconfiadas em relação aos outros, o que naturalmente comprometerá essas próximas relações. Assim, mesmo que de forma consciente desejemos nos livrar desses padrões anteriores eles estão internalizados e nos acompanham, mesmo nos fazendo sofrer.

Contudo, é importante salientar que, mesmo não sendo foco do estudo em questão, para entender os casos individuais é preciso analisar além da relação inicial com a mãe, as diversas situações que o sujeito experienciou e as inúmeras variáveis ambientais, sociais e psicológicas.

No entanto, percebo como os estudos de Bowlby, Ainsworth, Rothbard e Shaver e tantos outros, demonstram que o vínculo inicial que parte dos cuidados maternos primários tem influência direta para o desenvolvimento da personalidade

nas áreas social, emocional, interpessoal. Isto é, as marcas geradas em um indivíduo através dos vínculos realizados nos primeiros anos de vida, ou da não realização desses vínculos, podem constituir conseqüências sérias no desenvolvimento de sua personalidade e conseqüentemente no estabelecimento de sua saúde mental. Assim, no intuito de prevenir esses efeitos deveria se poder evitar a privação materna, o que de forma geral parece ser algo difícil. No entanto, Bowlby (2002) acredita de que se pode evitar a privação se pudermos evitar o que ele chama de fracasso familiar ou divisão da família e garantir que a criança seja cuidada por familiares e para isso devem ser criadas condições para que haja assistência médica, social, e econômica aos cuidadores responsáveis.

Contudo, há situações como as de morte e doença grave da mãe, ou de rejeição total da criança por parte da família onde não se pode evitar o fracasso familiar, e nesses casos o ideal seria que a criança pudesse ser adotada o mais cedo possível, para se reduzir os danos gerados na saúde mental pela privação materna. Porém, há momentos em que a criança necessita de cuidados urgentes, e nesses casos, especialmente no tocante a crianças pequenas deverá ser utilizado o sistema de família acolhedora para um cuidado mais especializado e individualizado (BOWLBY, 2002).

3 CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 Natureza do Estudo

O estudo é de natureza qualitativa, que como afirma Leopardi (2001:223) “baseia-se no fato de que o agir humano visa um sentido, um valor, que não pode ser captado por uma explicação nomológica, ou seja, por relações simples de causa e efeito ou uso de instrumental estatístico”. Entendo que há muitas formas de pesquisa qualitativa, e a abordada aqui nesse estudo é de base hermenêutica fenomenológica segundo a proposta de Paul Ricoeur.

Segundo Caprara (2005), a hermenêutica nasceu como arte de interpretar, mas com o tempo se tornou através da filosofia uma teoria de interpretação apresentada em diversas maneiras. Schramm (2002) classifica as formas de hermenêutica e nos lembra que uma das primeiras formas foi a hermenêutica metodológica de Dilthey a qual se propõe a uma interpretação científica e sistemática. Depois viria a hermenêutica filosófica de Heidegger e Gadamer que retira o foco da interpretação e evidencia a compreensão existencial percebida pelos autores não como forma de conhecimento, mas de ser-no-mundo. Daí Habermas cria o que ele denomina de hermenêutica crítica que propõe uma reconstrução compreensiva entre as bases sociais do discurso e a compreensão intersubjetiva. Finalmente, Paul Ricoeur em sua hermenêutica fenomenológica sugere uma síntese das diversas correntes. Sodré (2004) nos mostra historicamente que em termos de fenomenologia há uma passagem de uma fenomenologia descritiva para uma fenomenologia hermenêutica, onde a primeira estaria mais interessada no aspecto cognitivo da consciência enquanto a segunda foca na experiência de vida e no social. Em termos gerais, essa autora considera que “a fenomenologia hermenêutica

de Ricoeur permite uma nova visão da dinâmica da consciência, da linguagem e das significações intencionais, da relação do si-mesmo e da alteridade, levando em conta a perspectiva das comunidades históricas” (SODRÉ, 2004:62).

Portanto, a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur é um modelo de compreensão através do qual podemos entender o significado da experiência vivida, pois em seu processo interpretativo, Ricoeur propõe não uma interpretação da intenção do autor, mas a compreensão do sentido do texto, o qual faz analogia à experiência de vida, promovendo assim um conhecimento intersubjetivo (CAPRARA, 2005). Pois o intuito é compreender o que está nas entre linhas e assim capturar a experiência vivida pelo sujeito através do que foi dito por ele.

3.2 Campo da Pesquisa

A matriz institucional do Abrigo Tia Julia, local em que foi realizada a pesquisa é constituída da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará (SAS) /Ministério Público, Justiça da Infância e Adolescência, Defensoria Pública, Delegacia Especializada, e Conselho Tutelar. Funcionam no local dois sistemas operacionais: abrigo e lar substituto, no entanto a pesquisa foi realizada apenas no âmbito do lar substituto o qual fundamenta-se no programa família acolhedora.

A Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará (SAS) foi criada em 01 de abril de 1987, através de Lei Nº 11.306, com o intuito de coordenar todas as ações da área social. Nesse sentido foram vinculados a ela os seguintes órgãos: Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUSESCE), Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA), Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE), e a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil que passou a compor a estrutura organizacional da secretaria em outubro do mesmo ano. Em 22 de maio de 1991, através da Lei Nº 11.809, passou a chamar-se Secretaria do Trabalho e Ação Social (SAS) agregando a missão de providenciar oportunidades de emprego e renda para todos vinculada a Fundação de Ação Social (resultado da incorporação da PROAFA pela FUSESCE em 1990) e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE). Através da Lei 12.961 de 03 de novembro de 1999 e Decreto Nº 25.706 de 15 de

dezembro de 1999 a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS incorporou o quadro funcional e estrutura organizacional da FAZ e FEBEMCE que foram extintas em novembro de 1999. Em março de 2003, passou a ser denominada de Secretaria da Ação Social – SAS com as funções de planejar, executar, coordenar, avaliar as Políticas de Assistência Social e da Criança e do Adolescente.

Nesse contexto se trabalha no Abrigo Tia Júlia os objetivos de atendimento integral a crianças de faixa etária de 0 a 6 anos, ambos os sexos, na condição de abandono ou impossibilidade de estar com suas famílias em situação de risco pessoal e social, enquanto são viabilizadas medidas para possível adoção ou retorno ao lar. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que funciona no local o sistema de abrigo institucional em regime de internato, a equipe técnica do abrigo também administra o sistema de lar substituto fundamentado no programa “família acolhedora”, sendo este último o foco do estudo em questão.

O programa de famílias acolhedoras criado pela SAS – CE, que compreende hoje uma faixa etária mais extensa variando hoje em dia dos quatro (04) aos vinte e um (21) anos apesar do abrigo lidar com crianças de 0 a 6 anos, tem como objetivo geral atender dentro de um modelo familiar às necessidades básicas das crianças como cuidar da alimentação, higiene, levar à escola, atendimentos médicos e lazer. Associado a esses cuidados básicos é importante que haja o estabelecimento de um relacionamento afetivo entre a criança e a família e assim minimizar os efeitos da experiência perniciosa com a família biológica.

O surgimento desse programa como nova modalidade de atendimento no Ceará constitui-se a partir de um processo de discussão com outras instituições e aprendizagem através da experiência de outras realidades.

Vale ressaltar que o mesmo trabalho que hoje é denominado pela SAS – CE de programa de famílias acolhedoras, surgiu inicialmente com o nome de Projeto Lar Substituto caracterizado pela então FEBEMCE.

De acordo com o Manual do Projeto Lar Substituto, os debates sobre a importância e necessidade dessa nova demanda aconteceram primeiro dentro da

FEBEMCE, para daí se realizar reuniões com outros órgãos interessados como o Juizado da Infância e a Divisão de Proteção e Segurança do Menor. Após esse primeiro momento de discussão, decidiu-se então visitar a experiência de Lar substituto da FEBEM do Rio Grande do Sul chamado “Projeto Colméia” com o intuito de conhecer melhor o funcionamento do programa (ALBUQUERQUE ; FONTENELE, 1985).

Depois da instalação do programa em Fortaleza a equipe técnica da FEBEMCE foi treinada para participar de uma pesquisa com o título de “Estudo Longitudinal Comparativo do Desenvolvimento Físico e Mental de Crianças Atendidas em Lares Substitutos e Internos” conduzida pelo Instituto de Pesquisa Heloísa Marinho (IPHEM) com o apoio do UNICEF. Essa pesquisa tinha a finalidade de buscar o entendimento de que a criança que vive em um meio familiar apresenta desenvolvimento infantil mais estável que a criança que cresce em instituição. Infelizmente, a instituição não guarda os resultados dessa pesquisa.

Dessa forma, consolidou-se a importância do programa de famílias acolhedoras em Fortaleza, e assim, tem sido efetivado pelo governo do Ceará desde junho de 1985 até os dias de hoje.

Em relação aos objetivos do programa Menezes (1997:20) relaciona os seguintes a partir da compreensão das diretrizes do Projeto Lar Substituto:

- Oferecer atendimento à criança em tempo integral num ambiente familiar, proporcionando-lhe experiências de relacionamento que promoverão crescimento mental sadio.
- Prover atendimento de qualidade de forma individualizada às necessidades e aos cuidados básicos da criança, possibilitando seu desenvolvimento biopsicossocial.
- Provocar sistemáticos contatos com a família de origem, a fim de garantir o fortalecimento dos laços afetivos, na tentativa de evitar o abandono por parte dos pais.
- Incentivar o fortalecimento do vínculo afetivo da criança com a família de origem, objetivando seu breve retorno ao convívio familiar.
- Garantir às crianças abandonadas o direito de serem adotadas legalmente por uma família, onde possam ser supridas suas necessidades de sobrevivência, segurança e afeto.
- Assegurar às crianças uma convivência na vida da comunidade, através da utilização e participação dos recursos comunitários.

Além desses objetivos supracitados, o Manual do Projeto Lar Substituto adiciona o intuito que o programa tem de “evitar de imediato a institucionalização da

criança satisfazer de forma harmônica e equilibrada a integridade física, mental e social da criança atendida no programa” (ALBUQUERQUE; FONTENELE, 1985:25).

As famílias são selecionadas na área de convivência do abrigo, não havendo no manual muitos critérios para a seleção da família. A clientela atendida deveria ser inicialmente crianças de 0 a 6 anos em situação de risco e/ou abandono, podendo ficar na modalidade de atendimento até 13 anos. No entanto, hoje esse limite de faixa etária não é real, compreendendo uma clientela de até 21 anos.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Em termos gerais o quadro de funcionários do abrigo é extenso contando com um total de 132 funcionários entre terceirizados e funcionários do governo do estado, os quais dentre eles estão: 01 Diretor Geral do Serviço, 66 Atendentes Infantis, 01 Psicólogo, 01 Médico, 01 Nutricionista, 01 Fonoaudióloga, 01 Dentista, 01 Atendente de Odontologia, 01 Terapeuta Ocupacional, 04 Enfermeiras, 08 Auxiliares de Enfermagem, 02 Assistentes Sociais, 01 Pedagoga, 01 Economista Doméstica, 05 Assistentes Administrativo, 05 Lactaristas, 05 Cozinheiras, 05 Lavadeiras, 05 Motoristas, 04 Vigias, 13 Auxiliares de Serviços Gerais.

No entanto, foram sujeitos dessa pesquisa as crianças residentes em lar acolhedor e suas mães substitutas, que hoje compreende o número total de 06 Mães Acolhedoras e 10 crianças/adolescentes entre 4 e 21 anos. Desse universo, 4 mães aceitaram fazer parte da pesquisa, as outras 2 estavam impossibilitadas fisicamente de comparecer à reunião inicial e às sessões de grupo focal. No que diz respeito às crianças, fizeram parte do estudo todas as que estão sendo cuidadas pelas 4 mães, o que soma um total de 8 crianças.

É importante ressaltar que trabalhou-se com amostragem conceitual para iniciar a obtenção dos primeiros discursos e utilizou-se o processo de saturação teórica na coleta e análise dos discursos.

De acordo com as normas éticas, os participantes não foram identificados por seus nomes. As mães escolheram nomes para si que gostariam de ter, tais

como: Renata, Regina, Isabella e Júlia. Em relação às crianças atribuí nomes de personagens de história infantil, como: Homem Aranha, Cinderela, Super-Homem, Ursinho Gummy, Batman, Robin, Shrek e X Man.

No que diz respeito ao perfil geral das mães acolhedoras três delas são casadas, e apenas uma delas é solteira. A religião predominante no grupo é católica tendo uma evangélica. O nível de escolaridade da maioria delas é fundamental, e o perfil sócio-econômico de todas elas é de renda baixa proveniente da aposentadoria ou do trabalho do cônjuge, complementada pela ajuda dos filhos e da quantia recebida do governo pelo trabalho de mãe acolhedora. A maioria delas faz parte do programa desde o início, onde a mais nova tem 9 anos de experiência como mãe acolhedora.

Do perfil das crianças, é importante ressaltar que a maioria está no programa há mais de 5 anos e que foram inseridas nele por apresentar necessidades especiais e/ou problemas de comportamento. As necessidades especiais na sua maioria derivam das situações de exposição e risco vividas por elas na gestação ou na primeira infância, e variam entre físicas e mentais, sendo dois deles portadores de síndrome de down.

Apresentando as mães acolhedoras:

1. Renata: 42 anos, casada, dona-de-casa, religião católica, mora com o esposo, três filhos, uma sobrinha, e o adolescente que cuida, o qual recebeu nessa pesquisa o nome de Super-Homem. O cônjuge é o responsável pela subsistência da família que é complementada pela quantia que ela recebe do governo por seu trabalho de mãe acolhedora. Gosta de viajar com a família para casa de praia da companhia que o esposo trabalha. É de estatura mediana, corpulenta, mas muito e de movimentos rápidos. Apesar de bastante comunicativa, apresenta voz nasal como consequência de cirurgia para correção de lábio leporino. Em um primeiro momento essa é uma característica que parece tornar seu entendimento um pouco difícil, mas que em termos gerais não interfere na compreensão do que diz. É a líder natural do grupo. Gosta sempre de falar de seus direitos e de buscar condições mais justas para que seu trabalho aconteça, e isso acaba influenciando as outras mães. Está no

programa há 9 anos, e durante esse tempo já cuidou de 17 crianças, desse total apenas um não foi adotado e vive com ela até hoje.

2. Regina: 50 anos, solteira, dona-de-casa, religião católica, mora com o único filho e o adolescente que cuida há 15 anos e, que por fins éticos, chamo aqui de Robin. Sua renda é composta pelo salário do filho e o que ela recebe do programa. Hoje ela acaba de se mudar para a casa que o filho comprou para eles, até então ela vivia de aluguel. Regina é magra e de estatura baixa. Tem nível de escolaridade fundamental incompleto. Fala pouco e apresenta certa dificuldade em se expressar. Regina é uma das mães que está no projeto desde que começou, e por isso não sabe dizer quantas crianças já cuidou durante esse tempo. Ela começou a trabalhar para o abrigo no programa de lar conjunto. Nesse programa as crianças dormiam nas casas das mães substitutas e de manhã elas deixavam no abrigo, no fim de semana as crianças iam para as casas delas. Caso a mãe não pudesse vir buscar as crianças ficavam com as mães substitutas. Regina tem hoje um adolescente que cuida há 15 anos e durante 12 anos ela cuidou somente dele devido aos muitos problemas de saúde que ele apresentava.

3. Isabella: 67 anos, casada, religião protestante, mora com o esposo, duas filhas adotivas, o esposo de uma das filhas, uma neta, uma criança e dois adolescentes do programa. A renda familiar é composta da aposentadoria do esposo, do salário do genro, e do que ela recebe do programa. Isabella é de estatura baixa, magra, e simpática. Apresenta nível de escolaridade fundamental incompleto. Tem 5 filhos legítimos, dos quais o mais novo tem 40 anos. Isabella se apresenta como a primeira mãe do programa. Porém, antes ela trabalhou no lar conjunto e foi mãe creche lar. Nesse último, as crianças passavam os dias na casa da mãe substituta e de noite dormia com as mães biológicas. Isabella está no programa há tantos anos que não lembra quantas crianças já cuidou durante esse período. Das crianças que cuidou, Isabella adotou duas meninas. Hoje cuida de 3 meninos, dos quais X Man, um menino de 10 anos, com síndrome alcoólica fetal (SAF), Shrek, um rapaz de 21 anos com síndrome de down, e Batman, um adolescente de 17 anos com dificuldade de aprendizagem.

4. Júlia: 54 anos, casada, religião católica, mora com o esposo, a filha adolescente,

um rapaz de 18 anos que cuidou e que não está mais ligado ao programa, e três crianças que hoje cuida. Sua renda é composta pelo salário do esposo, e a quantia que recebe do programa. Júlia é de estatura mediana e magra. Muito simpática, pontual e sempre disponível a colaborar. Vai fazer 20 anos que ela está no programa, e durante esse período já cuidou de 62 crianças. É conhecida no programa como aquela que lida bem com crianças com dificuldade de relacionamento e se sente muito orgulhosa por isso, diz que o segredo é paciência. Hoje ela cuida de Cinderela, uma menina de 13 anos com síndrome de down, há 8 anos; Homem Aranha, um menino de 10 anos com atrogripose, há 5 anos; e Ursinho Gummy, um menino de 5 anos com dificuldades de relacionamento, há 6 meses.

Apresentando as crianças:

1. Super-Homem: Nascido em 20/06/1992, ele foi admitido no abrigo Tia Julia em 10/06/1996 advindo do SOS Criança. Segundo relatório elaborado pelo SOS a genitora solicitou abrigo para o filho por alegar não ter condições de assumir seus cuidados, posto que estava convivendo com um companheiro que rejeitava a criança por ser fruto da relação incestuosa da mãe com seu genitor. Em 05/05/1996 Super-Homem foi transferido para a creche Luíza Távora, sendo engajado no projeto Lar substituto. Muitas visitas foram feitas à mãe biológica, porém mesmo depois de ser abandonada pelo companheiro com mais dois filhos, ela insistia em abdicar de seu pátrio poder e liberar Super-Homem para adoção. Em 29/12/1997, em virtude da extinção da creche Luiza Távora Super-Homem foi transferido para o abrigo Tia Julia. Em 15/04/1998, ele foi para o lar de Renata. Em 23/02/1999 foi concluído o processo de destituição do pátrio poder através do ofício 259/99, ficando ele liberado para adoção. Durante todo esse período a mãe biológica nunca realizou nenhuma visita a criança. Em 02/04/2001 seu irmão foi enviado às Casas Abrigo. No final de 2001, Super-Homem é desligado do programa de família acolhedora devido à sua faixa etária e é transferido para a Casa da Criança. Durante esse período diz ter saudades de Renata, e ela começa então a recebê-lo para os fins de semana. Nessas visitas sempre apresentava náuseas quando Renata estava cuidando de outras crianças. As visitas continuam até voltar a morar com Renata em 14/06/2002, estando com ela até os dias de hoje.

2. Robin: Não se sabe ao certo sobre a data de seu nascimento, os documentos da instituição apresentam duas datas diferentes, as quais são 27/09/1983 e 14/03/1984. Segundo estudo de caso do abrigo Tia Julia, Robin apresentava quando chegou retardo neuromotor, dificuldade de interação e compreensão, ausência de espontaneidade, imaturidade, carência afetiva, baixo nível de concentração e percepção, e raciocínio lento. Em 27/08/1986, ele foi admitido ao serviço da FEBEMCE devido à situação de abandono na então “Creche Tia Julia”. Segundo informações do Serviço Social do Juizado, Robin foi pego em uma praça de um bairro de Fortaleza em companhia do pai alcoolizado pedindo esmolas, e que em 21/01/1987 o pai compareceu à creche retificando o nome verdadeiro de Robin e depois disso não retornou mais. Em 28/05/1987 uma suposta tia paterna compareceu à creche e declarou que não conhecia o paradeiro do sobrinho. Informou que o pai havia falecido havia dois meses por abuso de ingestão alcoólica e que a mãe também fazia uso de bebida alcoólica e tóxico, e vivia como pedinte nas ruas, não demonstrando assim condições para assumir o filho. A suposta tia declarou no momento que desejava acolher o sobrinho e que a família tinha condições de acolhê-lo, pois há muito tempo procuravam por ele. Em 28/05/1987 é feito o pedido ao Juiz para que Robin fosse transferido aos cuidados da suposta tia. Em 07/07/1987 ele volta para a creche, pois segundo a avó paterna a tia se enganou, Robin realmente parece com seu neto, mas esse já estava morando com uma senhora em um bairro de Fortaleza. Em 07/07/1987 Robin é então transferido para o lar acolhedor de Regina, o qual permanece até hoje. Em 12/05/2005 ele é declarado fora da legislação do ECA devido a idade, ficando assim o abrigo livre das obrigações de dirigir seus interesses. Em 29/05/2005 Regina foi informada sobre a condição atual de Robin devendo assim ser desligado do programa, e nessa ocasião Regina demonstrou interesse em assumi-lo. Assim, ela foi aconselhada a procurar a Defensoria Pública para solicitar a curatela de Robin. Também foi solicitada a apreciação do caso para dar entrada em sua aposentadoria tendo em vista seu atraso desenvolvimental, o que o faz necessitar companhia especial constante.

3. X Man: Em 06/11/1996 a Polícia Militar o trouxe ao SOS Criança com 3 meses de idade devido a exposição em situação de risco com genitora alcoolizada e possivelmente portadora de doença mental. X Man foi levado a um distrito policial após encaminhamento ao SOS Criança. Na ocasião a mãe declarou que tem mais

cinco filhos e que estava com X Man pedindo esmolas, pois o mesmo já havia sido hospitalizado com pneumonia. Passado esse episódio, a mãe biológica mostrou interesse em reaver a criança, porém se mostrou muito confusa nas entrevistas, com possíveis problemas mentais. E em visita à sua casa não foram percebidas condições de habitação adequadas. Além disso, a avó materna, que poderia ser uma possível cuidadora substituta, é segundo informação de terceiros também alcoólatra. Segundo avaliações de profissionais da instituição e contratados por ela, X Man apresenta diagnóstico de Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), o que pode estar provocando grande atraso no seu desenvolvimento. Também, apresenta dificuldades na fala, visão e desenvolvimento cognitivo, atraso do desenvolvimento neuromotor necessitando assim de estimulação precoce. Em relação aos comportamentos, é disperso e agitado, com dificuldade em aceitar regras e limites, apresentando conduta agressiva e necessidade de chamar atenção. Em 25/08/1997 foi liberado para adoção. Em 15/05/2000 foi transferido para um lar acolhedor. Em 22/05/2000 retornou ao abrigo conforme solicitação da mãe acolhedora por motivos pessoais. E em 21/11/2000 foi transferido então para o lar de Isabella, onde permanece até os dias de hoje.

4. Shrek: Nasceu em julho de 1985 apresentando síndrome de down. Segundo avaliação do terapeuta ocupacional e da fonoaudióloga, ele apresenta déficit de atenção, concentração e expressão verbal debilitada. De acordo com relato social encaminhado ao Juizado, Shrek foi colocado na porta de uma senhora em um bairro de classe média de Fortaleza, no dia 28/08/1985 entre 19:00 e 20:00 horas. A exposição aconteceu em uma caixa sem nenhuma informação sobre a procedência e data de nascimento. A senhora solicitou a uma vizinha que o levasse ao Juizado, pois alegava não ter condições físicas e psíquicas para cuidar da criança. Após período em internato na Casa da Criança D. Scylla Médici, ele foi colocado em um lar acolhedor. Em 1992 a mãe acolhedora foi residir em Cascavel e devido a excepcionalidade da criança não foi encontrada mãe que se colocasse a dispor para assumir os cuidados do garoto. Em 10/01/1992 foi transferido para o abrigo Tia Julia. Em 28/04/1993 foi para uma mãe acolhedora. Em 20/08/1999 retornou ao abrigo por motivo de saúde da mãe acolhedora. 01/09/1999 foi transferido para o lar de Isabella onde permanece até os dias de hoje. É importante ressaltar que de 25/12/1999 a 31/12/2000 ele passou as festas na casa da mãe acolhedora anterior, fato

importante para a manutenção dos vínculos. Hoje com 21 anos foi desligado judicialmente do programa, mesmo ainda vivendo com Isabella, pois ainda está sob a guarda do abrigo. Atualmente há incertezas sobre seu futuro, mas há a possibilidade de ir para o ADOC.

5. Batman: Nasceu em 15/01/1989. Foi admitido ao abrigo Tia Julia em 28/07/1992 com relatório do IPREDE comunicando sua situação de maus tratos pela mãe biológica que apresentava problemas mentais. Em 01/09/1994, ele foi encaminhado para a Creche Gentil Barreira. Em 13/04/1998, a Creche Gentil Barreira foi municipalizada, seus lares foram desativados e Batman retornou à Tia Julia. Nesse período ele se encontrava em lar acolhedor descrito no relatório como de muita afetividade, e mesmo depois de sair desse lar, a mãe ligou para o serviço pedindo para vê-lo, o que não foi concedido de imediato por estar se adaptando a outro lar. Em 15/06/1998 retorna ao abrigo Tia Julia para uma família acolhedora, ele foi desligado desse lar devido a conduta agressiva e desobediente. E finalmente, em 01/03/2000 foi encaminhado para o lar de Isabella onde permanece até hoje. Segundo Relatório do Serviço Social do Abrigo do dia 18/11/2005, Batman relata sentimentos de afeto pela mãe acolhedora (Isabella) dando-lhe nota 10. Relata ainda que é bem cuidado por ela, e que ela o aconselha muito e o chama atenção quando necessário, reconhece a importância do papel da mãe acolhedora e afirma que não quer perdê-la “pois nunca viu no mundo uma mãe como ela, trabalhadora, que acorda cedo, cuida da casa...” e diz que seu presente de Natal seria receber um abraço de Isabella. No relatório, Batman promete não “dar mais trabalho” a ela pois não deseja deixá-la triste.

6. Cinderela: Ela nasceu em 11/06/1992, com síndrome de down, alto grau de miopia e estrabismo. Sabe-se pouco sobre Cinderela. Os pais são ignorados, e ela foi abandonada aos 3 meses de idade em uma residência em um bairro de classe média alta de Fortaleza. Sua admissão foi feita em 14/09/1992 pela FEBEM ao abrigo Tia Julia. Em 04/02/1993 foi encaminhada a um lar acolhedor, mas saiu em 15/06/1993 para outro lar, do qual saiu em 08/07/1997 por motivos de doença da mãe, daí ela foi transferida para o lar de Júlia permanecendo lá até os dias de hoje.

7. Homem Aranha: Nasceu em 12/11/1995 apresentando artrogripose, deformidade congênita nos pés, com indicação para cirurgia. Em 05/07/1999, Homem Aranha foi

encaminhado para as Casas Abrigo através da denúncia do Programa SOS Criança. Segundo relatório do citado programa, a Assistente Social do Presídio Feminino Auri Costa solicitou abrigo para ele, pois foi deixado pela mãe biológica na creche do presídio, já que lá se encontra a avó paterna que cumpre pena por tráfico. Ele não poderia ficar na creche já que não é filho de detenta. Os pais têm relacionamento conturbado e agressivo. A mãe é acusada de se prostituir e usar drogas. O pai também é usuário de drogas. E ambos usavam o filho para pedir esmolas. A avó, apesar de cumprir pena na prisão, gostaria de ter a guarda do neto. Em 15/07/1999, Homem Aranha é então transferido para o lar de Júlia onde permanece até os dias de hoje.

8. Ursinho Gummy: Nasceu em 08/07/2001. Em 08/03/2004, ele foi registrado no abrigo por denúncia de abandono da mãe biológica por um senhor que teria recebido o pedido da avó da criança, que em um primeiro momento ele pensou que era a mãe, para cuidar dele, já que ela não tinha condições. Ele informou que resolveu procurar o SOS Criança por não apresentar condições financeiras para criar a criança. Na ocasião, Ursinho Gummy apresentava problemas de saúde com feridas por todo o corpo e um tumor no abdômen. Depois da denúncia, ele foi encaminhado ao SOS Criança e abrigado provisoriamente nas Casas Abrigo e na ocasião foi feita a solicitação de comparecimento para a genitora. Em 17/03/2004, a mulher que teria dado Ursinho Gummy para o referido senhor compareceu ao SOS e informou ser a avó materna dele, porém não declarou o nome da mãe. Desde então não visitou mais o neto. Sobre a mãe, sabe-se que ela é usuária de drogas e se prostitui e o abandonou com 20 dias de nascido com sua mãe. Em 13/05/2004 ele foi transferido ao Tia Julia. Em 18/07/2005, ele foi desvinculado de um casal que desejava adotá-lo, mas foi rejeitado por ele devido ao intenso vínculo que desenvolvera com uma funcionária do abrigo. Em 06/03/2006, ele foi transferido para a casa de Julia no intuito de melhorar a socialização. Em 29/06/2006 um casal mostra interesse em adotá-lo, mas há uma demora para conhecê-lo e ele tem uma atitude de irritação diante do casal. Daí, o casal parece temer reações futuras e não continua o processo de vinculação, o que é muito ruim pra ele que já mostra dificuldade em relacionamentos devido às dificuldades com os primeiros.

3.4 Técnicas de Coleta dos Discursos

As técnicas de coleta dos discursos utilizadas nesse estudo foram: grupo focal e análise de desenhos das crianças, sendo esta última utilizada como técnica complementar com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais clara da relação mãe-filho. Para auxiliar ainda na complementação dos dados dos sujeitos utilizou-se levantamento de documentos da instituição.

O grupo focal é descrito por Leopardi (2001) como uma das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à pesquisa qualitativa, e que através dele é possível extrair da fala do grupo as experiências e percepções relacionadas a um tema de interesse do grupo. É uma técnica que utiliza a dinâmica de grupo e é conduzido por um moderador que estabelece os objetivos e juntamente a estrutura do grupo, a preparação e o fechamento dele, e o conteúdo a ser debatido. O moderador deve ter habilidades para lidar com grupos e questões que possam surgir de maneira inesperada. As informações devem ser registradas com o consentimento de todos os participantes, através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Res. 196/96). Nesse estudo, o grupo focal aconteceu na instituição coordenadora do programa e foi formado com quatro das seis mães acolhedoras (duas delas estavam fisicamente impossibilitadas de participar) as quais participaram de cinco sessões de grupo, de duração de uma hora e meia, onde elas discutiram sobre temas que trataram de suas experiências e percepções como cuidadoras de crianças em lares substitutos.

Esses temas foram organizados da seguinte forma:

1ª sessão – Acolhimento do grupo. Trabalhou-se as expectativas em relação ao trabalho e explicou-se os objetivos do grupo e da pesquisa. Apresentei os termos de consentimento livre e esclarecido e elas assinaram.

2ª e 3ª sessões – 1º Tema (Apêndice III)

4ª sessão – 2º Tema (Apêndice III)

5ª sessão – 3º Tema (Apêndice III)

A metodologia de grupo utilizada para as sessões foi o psicodrama, que na sua metodologia apresenta algumas fases de procedimento, como: aquecimento, dramatização/trabalho com jogo dramático, comentários e processamento/compartilhamento (YOZO, 1996). Para esse estudo, cada tema

iniciou-se com um momento de aquecimento, que é a fase de preparação do grupo para o tema a ser abordado. Esse aquecimento foi realizado a partir de trabalhos de grupo com materiais alternativos como jornal, garrafas, canudos, e a partir de trabalhos de desenhos que fizeram os participantes pensar no tema em questão. Após o aquecimento, abordou-se o tema central através da verbalização; e por fim se fez os comentários e compartilhamento, que é a fase de fechamento da sessão, onde todos falaram como experienciaram a sessão individualmente.

Os registros foram realizados através de gravação em fitas cassetes, o que foi feito com o consentimento do grupo (Apêndice I). A partir desses dados coletados foi então elaborado um relatório do grupo focal, o qual compreende a descrição dos resultados e análise dos mesmos.

Para as crianças/adolescentes envolvidos no estudo a metodologia utilizada foi a análise de desenhos, pois o desenho se apresenta como instrumento de possível utilização mesmo dentro de uma faixa etária que varia dos 4 aos 21 anos, incluindo indivíduos com deficiência. Considerando o desenho uma atividade expressiva e um meio através do qual a criança expressa sua vivência emocional (SOUZA et al, 2003), para esse estudo se fez a observação da produção de três desenhos que se deram a partir da interação da criança com a pesquisadora. É importante ressaltar que essa técnica foi utilizada de forma complementar para melhor compreensão da relação mãe-filho.

Os critérios de significância utilizados para os desenhos foram selecionados a partir do foco do estudo, pois é importante que estes sejam relacionados com a experiência vivenciada pela criança na família acolhedora. A análise de desenhos das crianças foi realizada através da descrição dos desenhos mediante as falas das mesmas, pois como afirma Souza et al (2003: 102) "o desenho acompanhado da linguagem oral no momento de sua produção, pode se transformar em um meio de nos aproximarmos da trama afetivo-volitiva oculta atrás do pensamento" Dessa maneira, como ainda descrevem as autoras, através do desenho a criança materializa e representa seus sentimentos de forma objetiva, e a fala nos ajuda a interpretar o sentido dado a essa objetivação, já que segundo Ferreira (1998) a criança desenha a realidade como ela a percebe, não a realidade

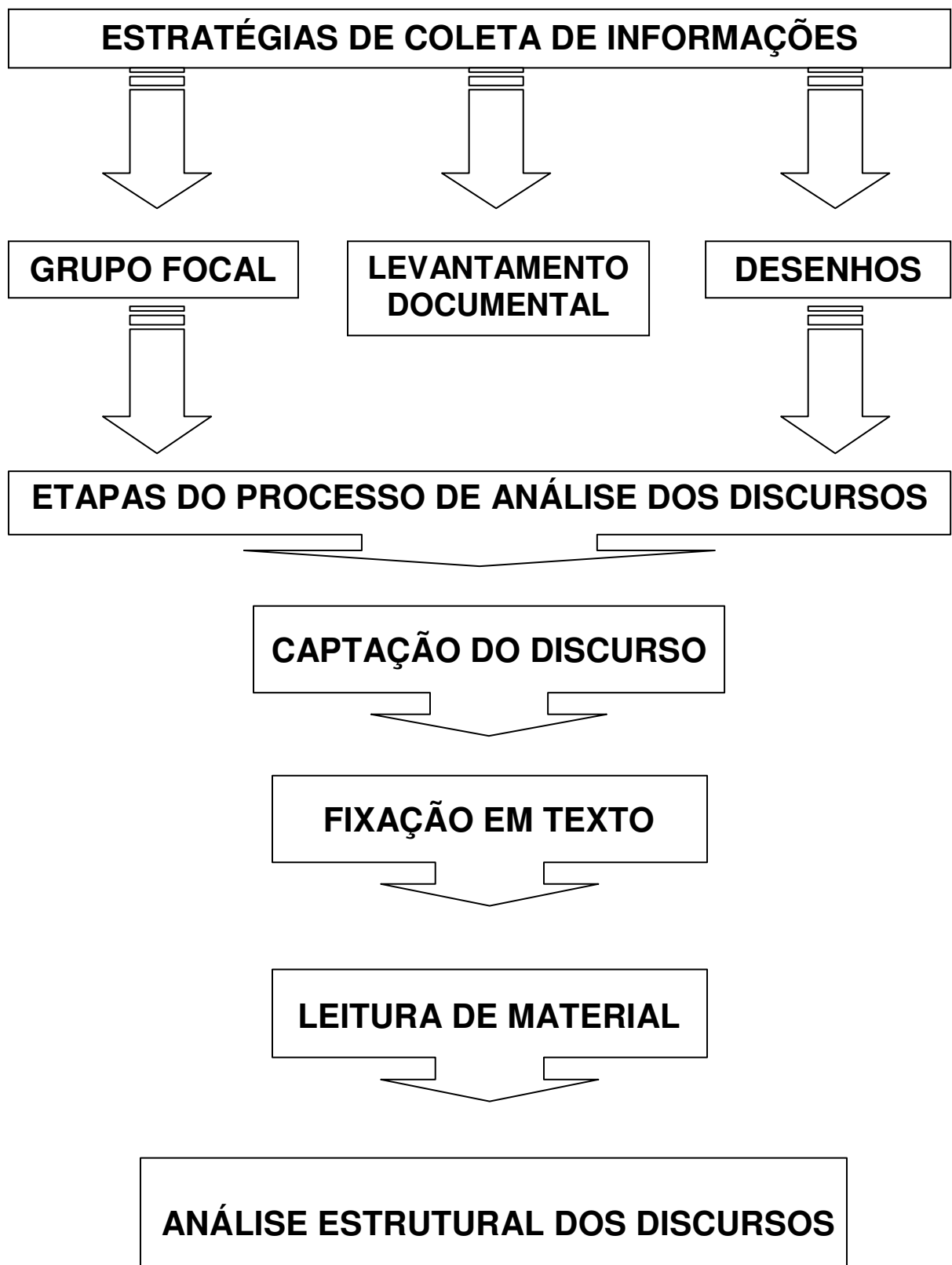
concreta e objetiva.

Dessa forma, a fala que surgiu a partir da relação intersubjetiva entre criança/adolescente e pesquisadora me auxiliou a interpretar a percepção da realidade retratada pela criança no desenho. Assim a palavra dita ao desenhar e sua explicação do desenho foi o que fez sentido como discurso e material para a análise. Os discursos foram gravados com o consentimento do responsável pela criança/adolescente, o qual é a diretora do abrigo (Apêndice II).

Como complementação, foi realizado o levantamento documental de arquivos e relatórios institucionais no intuito de fazer uma interlocução com os discursos. Este foi um trabalho de garimpagem, onde os documentos precisaram ser encontrados e olhados pela lente do problema focado na pesquisa. Os documentos utilizados nesse estudo foram: registro de atendimento do serviço social, registro de atendimento da psicologia, registro de atendimento da pedagogia, prontuário de saúde física e relatório SOS Criança, o qual contem os registros das experiências vividas pela criança antes de chegar ao abrigo. O conjunto desses dados nos deu um entendimento global da situação das crianças envolvidas no estudo e serviu de base de informação para a composição das informações utilizadas para apresentar principalmente as crianças.

Para compreender melhor as estratégias de coleta das informações utilizadas nessa pesquisa observe o Fluxograma 1 na próxima página:

Fluxograma 1: Percurso Metodológico para Coleta de Informações.



3.5 Método de Análise dos Discursos

A fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur foi o método utilizado que nos permitiu construir e reconstruir a realidade estudada através da interpretação e confronto de diversos pontos de vista dos sujeitos do estudo, estabelecendo assim uma articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos obtidos nas entrevistas, observações e documentos. Como define Gadamer (*apud* MINAYO, 1992), a hermenêutica acontece na comunicação entre os indivíduos com o intuito da busca da compreensão. Para Ricoeur (2000) a busca da compreensão do ser passa pela mediação do signo através da linguagem e pela mediação do símbolo. Essa visão se distancia de qualquer percepção de um conhecimento do sujeito em relação a si mesmo de forma intuitiva e direta. Ao contrário, apresenta uma compreensão do si-mesmo de forma indireta através da linguagem, onde o sujeito se apresenta como narrador de sua própria experiência. “Para Ricoeur, o si-mesmo é, portanto, o autor, o narrador e o personagem de sua própria história, conferindo ele um papel central à mediação da narração na constituição do si-mesmo” (SODRÉ, 2004: 68).

Dessa forma a interpretação se dá entre a vivência do sujeito e a linguagem, e essa interpretação acontece através de determinados conceitos como distanciamento, apropriação, explicação e compreensão (RICOUER, 1991;1995). Através do distanciamento há uma objetivação do texto livrando-o assim das intenções do autor e dando ao texto vida própria, já que o mesmo texto pode ter vários significados, e ser interpretado de formas diferentes por pessoas diferentes (GEANELLOS, 1998). A apropriação acontece quando a pessoa que lê o texto

apropria-se do seu significado e o transforma em algo seu (CAPRARA, 2005). A articulação entre explicação e compreensão se dá no plano do “sentido da obra” (RICOUER, 2000).

Portanto, segundo Geanellos (2000) o processo interpretativo se dá em etapas onde a experiência de vida é expressa por meio da verbalização a qual é coletada através de entrevistas e transcrita em textos e daí, interpretadas. Nesse percurso metodológico, os discursos gerados das entrevistas, grupo focal e desenhos foram gravados em fitas de áudio e transcritos. Após esse primeiro momento, depois de muitas leituras, fiz uma primeira interpretação superficial no intuito de compreender o conteúdo em termos gerais e identificar os temas principais (CAPRARA, 2005). Analisei esses temas a partir de minhas pré-compreensões que influenciam a interpretação e fiz o diálogo entre os temas e os autores que abordam os mesmos (RICOUER, 1995). Portanto, foi construído um diálogo entre a experiência da pesquisadora sobre alguns episódios percebidos nos fragmentos dos discursos e a abordagem teórica em questão. Nesse momento final do processo há a intenção de compreender a relação entre o todo e as partes do texto (CAPRARA, 2005).

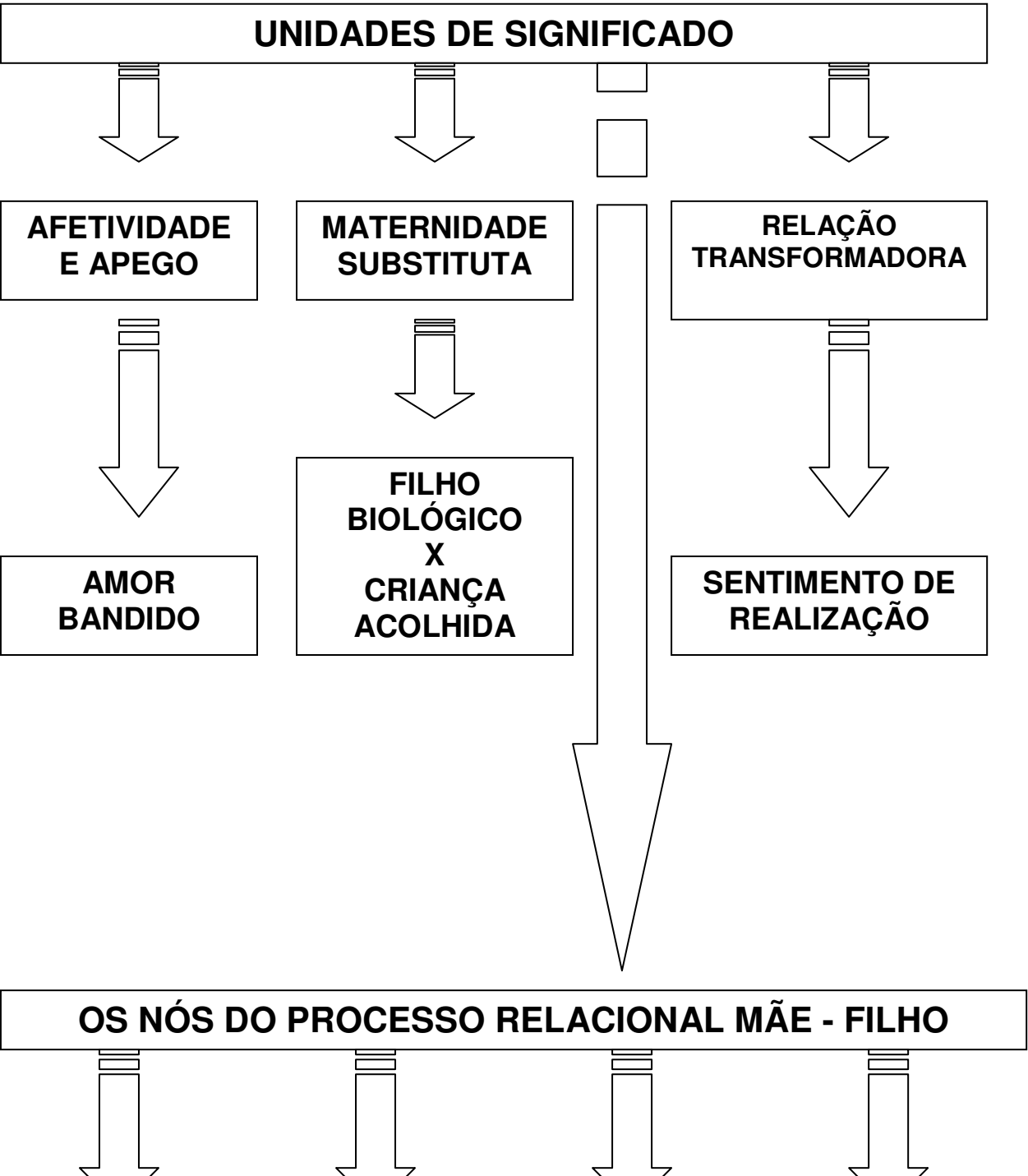
Em síntese a análise seguiu os seguintes passos:

01. Transformação dos discursos em textos
02. Leitura simples com intuito do entendimento do texto como um todo
03. Análise Estrutural que examina o texto na sua estrutura
04. Compreensão do texto de forma abrangente.

Essas fases fazem parte de um processo interativo que acontece em forma de espiral, ou seja, do todo para as partes e vice-versa, compondo assim o círculo hermenêutico e possibilitando assim uma compreensão ampla e profunda (GEANELLOS, 2000).

O Fluxograma 2 explana esquematicamente o resultado da análise estrutural dos discursos fundamentado na teoria de Paul Ricoeur (1990).

Fluxograma 2: Análise estrutural dos discursos (Paul Ricoeur)



ADOÇÃO

COMO LIDAR

**RESPONSA-
BILIDADE**

SEPARAÇÃO

4 QUESTÕES ÉTICAS

Questões éticas em pesquisa humana são discutidas mundialmente desde os absurdos cometidos aos judeus por médicos alemães com o Código de Nuremberg, criado em 1947. Depois disso, foi elaborada pela Associação Médica Mundial a Declaração de Helsinque que foi reformulada pela última vez em 1996 (BECK *et al*, 2001).

No Brasil, o documento que teve o papel de fortalecer os compromissos éticos com os sujeitos de uma pesquisa foi o documento do Ministério da Saúde chamado de Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos – Resolução 196, de 10 de outubro de 1996.

No estudo aqui em questão foram considerados os aspectos éticos abordados especificamente no item III da Resolução 196/96 onde fica claro que ao observarem-se os princípios éticos na pesquisa deve-se comprometer ao máximo com os benefícios e o mínimo de danos e riscos que essa poderá gerar.

Dessa forma, o estudo foi adequado aos princípios científicos que irão justificá-lo: ser realizado somente quando o conhecimento não puder ser obtido por outro meio; contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou representante legal; assegurar a confidencialidade e privacidade, garantindo assim a não utilização das informações em prejuízo dos sujeitos; respeitar os valores

culturais, sociais, morais, religiosos e éticos assim como hábitos e costumes no caso de envolverem comunidades.

No caso do consentimento livre e esclarecido, a resolução define termos para que esse seja feito de forma adequada, os quais a partir de uma linguagem acessível se explique: a justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados; possíveis desconfortos e riscos, e benefícios esperados; métodos alternativos, forma de acompanhamento e assistência, garantia de esclarecimentos antes, durante a pesquisa sobre a metodologia; a liberdade de se retirar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo; garantia do sigilo, privacidade e confidencialidade; formas de ressarcimento de despesas decorrentes da pesquisa; e formas de indenização de eventuais danos em consequência da pesquisa. Dessa forma, esses são os princípios que norteiam e fundamentam os termos de consentimento livre e esclarecido dessa pesquisa (Apêndices I e II).

5 QUEM CUIDA AMA - A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ATRAVÉS DO CUIDAR.

5.1 Afetividade e apego no cuidar do outro

Atrasos no desenvolvimento físico, intelectual e social são sintomas comuns em crianças que vivem em instituições, e a privação materna seria a maior causa deles (BOWLBY, 2002). Assim, entende-se que a experiência de uma relação amorosa com a mãe, mesmo sendo essa uma substituta, daria suporte para um desenvolvimento infantil satisfatório. Portanto, a indicação para que a criança seja colocada em uma família acolhedora, no programa específico aqui estudado, é geralmente determinada por uma necessidade especial da criança que não poderá ser atendida no sistema tradicional de abrigo.

É importante ressaltar que ao falar da relação da criança com sua mãe, me refiro a uma situação adequada e ideal para um desenvolvimento infantil sadio. Porém, nem sempre é possível que a relação primária seja estabelecida com a mãe biológica, sendo assim, se a criança tiver uma pessoa que cuide dela de uma maneira permanente o desenvolvimento também poderá acontecer de maneira satisfatória. Como nos lembra Kusnetzoff (1982:34):

Embora seja indiscutível que o primeiro objeto com o qual o ser humano se relaciona é sua mãe, nem sempre esta mãe precisa ser sua, nem esta *sua*

(sic) precisa ser mãe. Este pequeno trocadilho quer frisar que a mãe, [...], é mais que um conceito, é *uma função* (sic), que ocupará um lugar com determinadas significações para cada criança em particular.

Assim, é muito comum que em alguns momentos, em vez do termo mãe, ou mãe substituta, seja utilizado o termo “cuidador” ou “cuidadora” para se referir à função materna. Pois esta não necessariamente está diretamente vinculada à figura da mãe biológica.

Nesse sentido, afirma Bowlby (2002:16) que “existem provas experimentais de que, mesmo quando uma criança permanece na instituição, os efeitos prejudiciais podem ser diminuídos através de cuidados maternos extras, prestados por uma substituta”. Baseado nessa compreensão, a criança portadora de alguma necessidade especial, que se encontra na instituição aqui estudada, é então encaminhada para o programa de famílias acolhedoras. Com isso, espera-se que receba cuidados individuais para um tratamento mais específico; e que vivencie relações próximas com um cuidador particular (mãe acolhedora) no sentido de proporcionar uma redução dos prejuízos sofridos com a privação materna.

A necessidade trazida pela criança promove conseqüentemente um cuidado e uma dedicação intensa por parte de seu novo cuidador. Dessa forma, dependendo da necessidade da criança que está sendo cuidada, as mães acolhedoras necessitam prover total dedicação devido à quantidade de atenção e cuidados exigidos por aquela necessidade específica.

Assim é o caso de Regina que é mãe acolhedora desde o início do projeto, mas passou 12 anos dedicando-se exclusivamente a uma criança que necessitava de cuidados intensos:

...ele era uma criança que precisava muito, uma criança muito trabalhosa, muito doente, então eu tinha que me dedicar só a ele (Regina).

Nesse sentido do cuidar uma relação começa a se estabelecer, e um vínculo se inicia. Pois, segundo Campos (2003:69) “o vínculo começa quando esses dois movimentos se encontram: uns demandando ajuda, outros se encarregando desses pedidos de ajuda”. Isto é, a construção de um elo entre duas pessoas se constrói a partir da necessidade de um e a disponibilidade de outro.

Esta aproximação que se estabelece a partir da necessidade, termina gerando uma relação de afeto. Pois, segundo Spitz (1993) a necessidade naturalmente gera afeto. Ou seja, “quando nos vinculamos a alguém ou a alguma instituição (uma equipe, um centro de saúde) costumamos transferir afetos para essas pessoas ou instituições” (CAMPOS, 2003: 69)



Figura 1 Regina representa seu vínculo com a criança acolhida através do desenho.

A compreensão de ser essa uma relação que envolve muito sentimento faz Renata reconhecer a dificuldade de explicá-la racionalmente:

É difícil falar, é mais sentimentos que palavras. A gente pode falar a vontade um bocadinho de coisa bonita, mas não vai expressar realmente o que a gente sente, de dentro da gente mesmo não dá para explicar não (Renata).

Nery (2003) fundamenta esse entendimento de Renata a partir de sua percepção da afetividade como fator essencial para tudo que fazemos e vivemos, e afirma que “são as marcas afetivas que dão vitalidade, sentido e colorido às nossas ações e aos nossos vínculos” (p. 15).

Assim a relação de cuidado é sempre relatada relacionada ao afeto estabelecido. Isabella, como uma das mães mais antigas do programa, já cuidou de muitas crianças, e devido a isso já pôde estabelecer intensas relações de afeto. Ela confirma essa relação entre o cuidar e o sentimento de afeto quando lembra de uma criança que diz ter vivido uma verdadeira relação de amor:

Eu cuidei de uma menina daqui que ela tinha parece que era 9 meses de idade, ela tinha um pequeno defeito nos lábios, era feinha viu. Mas eu tinha um amor tão grande por essa criança que só eu e Deus sabe (Isabella).

Nesse sentido, Boeding (1998) define o ciclo do apego e explica como a necessidade da criança acaba gerando uma relação afetuosa entre ela e a pessoa que providencia seus cuidados básicos. Para essa autora, à medida que a criança apresenta certa necessidade ela vai perdendo seu senso de segurança, daí ela começa a entrar em estado de tensão (luta/fuga) e essa tensão vai dando a ela uma sensação de desconforto. Em termos ideais, as necessidades são satisfeitas através da intervenção dos pais, o que gera na criança um estado de relaxamento e sentimentos de segurança, que a faz confiar em seus cuidadores que irão sempre ajudá-la a atender suas necessidades. Ao mesmo tempo, o relaxamento e o bem estar causado na criança que se traduz muitas vezes em sorriso reforça a motivação do cuidador em ajudar a satisfazer a necessidade de seu receptor. Isso segundo a autora é o começo de uma recíproca e saudável relação.

Isabella comenta sobre esse processo de cuidar que se transforma em sentimento de afeto quando fala de uma criança com síndrome de down que já está com ela há 9 anos:

Ela [assistente social] ligou pra mim e perguntou se eu queria ser domadora de um "touro brabo", aí eu disse que ia experimentar. E realmente eu levei, e ele é uma pessoa muito importante pra gente, pra quem conhece, ele é especial...eles [ele e as outras duas crianças que cuida] são os amores da minha vida...a família que eles conhecem somos nós (Isabella).

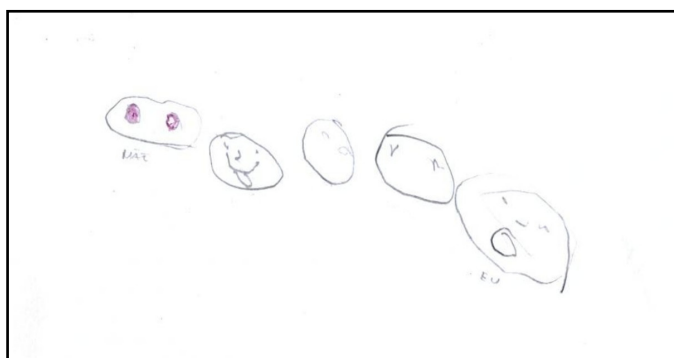


Figura 2 X Man desenha sua família: Isabella, os outros dois adolescentes do programa cuidados por ela, a neta dela e ele.

Assim, para Campos (2005), uma relação entre cuidador e cuidado que funcione como ferramenta de enfrentamento para o estresse ambiental deve refletir um relacionamento íntimo com conteúdos de afeto e cuidado.

Essa relação com o tempo tende a se estabilizar; portanto, as mães acolhedoras percebem as crianças como seus filhos e ficam com elas independente

da situação legal; isto é, mesmo quando as crianças são desligadas do programa, elas permanecem na família acolhedora quando não tem para onde ir.

Esse é, por exemplo, o caso de Regina que cuida há 15 anos de um rapaz hoje com 18 anos, que já está há muitos anos desligado do programa e que a assistente social tem tentado aposenta-lo por invalidez, já que ele apresenta deficiência intelectual. Apesar de Regina apresentar situação financeira difícil não abre mão dele, o vínculo é mais forte:

Ele não vai mais ser adotado, vão ajeitar a aposentadoria dele e, enquanto eu for viva eu fico com ele...é claro que eu não vou desprezar ele de jeito e qualidade. Faz muitos anos. É uma vida, é uma vida minha filha (Regina).

Isabella por sua vez denota apego pelas crianças que cuida, e por conseguinte, tem intenção em mantê-las com ela enquanto houver condições para isso:

Graças a Deus foi o dom que Deus me deu, foi cuidar de crianças e vou ficar com eles até o final, ou eles saírem pra ir pra outra unidade da FEBEM, ou não sei como vai ser. Sei que eu fico até quando eu puder (Isabella).

Da mesma forma, um dos adolescentes que Isabella cuida há quase 6 anos não admite ser transferido para outro abrigo ao completar 18 anos:

Se me tirarem daqui eu não vou não, eu não vou. Porque eu vou completar 18 anos e vou ter que ir pra outro abrigo, mas eu não vou. Minha mãe falou, mas eu não vou não, eu não vou. Eu vou ficar aqui, meu lugar é aqui, mesmo que ela não me adote eu vou ficar aqui. (Batman)

Figura 3 "Meu lugar é aqui"



(Batman)

O vínculo
Isabella e as crianças

estabelecido por
que cuida levou-a a
adotar duas delas. As crianças chegaram bebês na sua casa e as famílias de origem não puderam recebê-las de volta, a adoção veio como consequência da relação de cuidado dos primeiros anos de vida e de apego que se formou a partir daí:

...com 7 anos ela foi desligada do projeto e eu adotei. É tudo na minha vida essa menina...a outra tinha 2 meses...a mãe dela foi pra FEBEM, que ela vivia no ADOC, e ela foi pra minha casa com 2 meses. Eu adotei também...é tudo na minha vida (Isabella).

Júlia também relata um caso de uma criança que ela cuidou, e que depois de ser desligado do projeto voltou pra mãe biológica, mas daí foi viver na rua, quando ela soube trouxe ele de volta e vive com ele até hoje. O vínculo estabelecido nessa relação revela uma maior estabilidade do que o experienciado com a mãe natural que não cuidou dele nos primeiros anos de vida:

Já passou por mim assim na minha mão criança que já passou 8 anos, e saiu e voltou e que ainda vive comigo hoje com 18 anos. A mãe levou, passou um tempo por ai pela rua, aí eu acolhi de novo na minha casa e está comigo...e eu quero bem a ele (Julia).

Assim, percebemos uma relação que vai além do legal e do previsto, além das responsabilidades da função que se exerce. Nesse sentido, Campos (2005: 59-60) define:

O ato de cuidar é a materialização de um sentimento de amor...Não é um ato mecânico. É um ato expressivo, significativo, pleno de conteúdo e desejo. O desejo de cuidar. O vínculo que se cria, o laço que se faz é movido pelo desejo, sustentado pelo amor. Amor enquanto preocupação com o ser do outro.

Em relação à maneira como as crianças se envolvem na relação, é percebido que há uma diferença entre a criança que deixa a família biológica ainda bebê e a criança que lembra das experiências difíceis com a família de origem.

Essa diferença é compreendida por Renata através da curiosidade daquele que não conhece a sua história, por ter sido separado de sua família de origem ainda em idade tenra, e que sempre busca por ela; e por outro lado, do repúdio daquele que lembra das experiências ruins e não tem essa curiosidade, percebendo melhor os ganhos da família atual, mesmo que substituta:

Tem diferença da criança que já tem uma noção do que passou pra criança que tem a gente como a primeira família. A gente vê a diferença. O que lembra o que passou dá muito mais valor a gente do que o que vem pequeno e tem a gente como mãe...ele queria ter conhecido a família biológica. Já pensou, quando eles tão bebezinhos eles não se preocupam com isso, mas quando ficam adolescentes e quando não sabem da história eles querem saber. Já o meu ele sabe da sua história, ele sabe que o começo da história dele foi ruim, agora tá bom pra ele, ele não tem a curiosidade de voltar atrás, ele quer seguir sempre a frente procurando as melhoras, esquecendo o passado e procurando coisas boas (Renata).

Essa diferença é ainda confirmada no discurso de três adolescentes, onde dois deles [Robin, cuidado por Regina; Batman, cuidado por Isabella] deixam claro sua preocupação com sua história verdadeira, e expressa desejo em conhecer suas origens tendo esse objetivo como um sonho a ser realizado.

Robin justifica seu desejo em compreender os motivos do abandono para assim dar seu perdão a seus familiares; no entanto, diz não pretender voltar a morar com eles:

...mas é muita estória. Ai todo mundo quer confundir a nossa cabeça, a gente nem sabe qual é a estória verdadeira...eu tenho vontade de conhecer, né?...eu só queria conhecer e perdoar, né? Mas voltar, eu não voltava não...Pode ter tido os motivos né?...Queria tanto saber qual é a minha história...porque sou eu que tenho que ir atrás né? Atrás do meu sonho, sonho de conhecer (Robin).

Nesse caso, Robin foi abandonado aos 3 anos de idade e encaminhado para uma das unidades da FEBEM, a Creche Tia Julia, a qual colocou uma nota em um dos jornais locais informando seu paradeiro no caso de interesse de algum familiar.

Com isso, apareceram algumas pessoas dizendo que ele seria um parente desaparecido. Porém, ninguém realmente concretizou essa informação. Robin guarda até hoje um recorte desse jornal, e se refere a ele como sua história, e torná-la conhecida se tornou para ele um objetivo a ser realizado. No entanto, isso não parece afetar o relacionamento dele com sua mãe acolhedora.

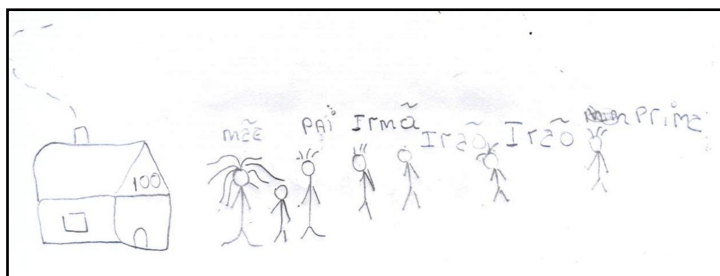
Batman, por sua vez não parece ter dúvidas de sua origem, mas diz sentir falta de sua mãe biológica e deseja voltar a vê-la, mesmo não lembrando muito dela:

Eu não lembro, mas eu fui parar no meio da rua, como uma criança abandonada sofrendo. Mas o que eu quero mesmo é sair daqui e encontrar minha mãe mesmo (Batman).

O outro adolescente viveu justamente o oposto de Batman e Robin, sendo abandonado aos 4 anos pela mãe, e tendo passado por várias instituições de abrigo, e lares de substituto. E diz não gostar da mãe e preferir não voltar a vê-la, mas continuar morando com sua família acolhedora:

Não sei onde ela [mãe] tá, nem quero saber, não gostei muito dela não, ela abandonou meus irmãos tudinho. Só gosto do meu irmão, um dia eu fui pra um passeio, aí eu vi ele, falei com ele, eu já morei com ele, ele é gente boa... Mas a minha mãe eu não gostaria de ver ela não, ela era muito...ela devolveu meus irmãos tudinho, aí eu prefiro morar com eles aqui (Super Homem).

Figura 4 Super família acolhedora família



Homem desenha a para representar sua

Para Bowlby (2002), essas reações podem ser explicadas a partir do entendimento que a privação materna poderá resultar em diversos comportamentos infantis que irão variar entre sentimentos de indiferença, sentimentos de vingança, assim como necessidade exagerada de uma mãe.

Outra forma de entender os prejuízos na personalidade da criança e a forma com que ela irá criar vínculos afetivos futuramente é compreender o padrão de apego que foi desenvolvido nos primeiros anos com a mãe ou substituta. Assim, Bowlby (1984) define basicamente dois tipos de apego: seguro e inseguro.

Apego inseguro se estabelece a partir de uma relação primária provedora de uma base firme e segura, que dará condições ao indivíduo de estabelecer em seu ambiente relações saudáveis. A partir daí o indivíduo pode apresentar condições de criar uma representação de si mesmo com capacidade de propiciar ajuda a outros, ajudar a si mesmo e com condições de receber ajuda do outro.

Por outro lado, algumas relações maternas podem propiciar o que Bowlby (1984) denomina de apego inseguro e por conseqüente, desenvolvendo padrões de insegurança, ansiedade, imaturidade e superdependência, ou ainda independência excessiva e solidão. Essas características de personalidade podem ser resultantes diversas formas de situações como: rejeição ou depreciação em relação à criança e ao seu cuidado; separações freqüentes da criança com seus pais; ameaças de abandono do lar por parte de algum dos pais como forma de coerção ao cônjuge ou

mesmo à criança; ameaça de suicídio ou de homicídio de um dos cônjuges por parte do outro. Essas são características de relações patológicas que poderão determinar características vinculares ansiosas ou inseguras na criança que serão utilizadas por ela nas próximas relações afetivas de sua vida.

5.1.1 Amor bandido – a tentativa de amar e não vincular

Amor Bandido é um termo que surgiu em uma reunião das mães acolhedoras com os profissionais do abrigo onde se falando da necessidade que se tinha de proteger do sofrimento da separação, ressaltou-se a importância de não se apegar muito à criança. Pois há um entendimento, segundo Steinhauer (1991), os pais acolhedores devem funcionar como pais terapeutas, no sentido de que “o desenvolvimento de qualquer atitude terapêutica envolve alcançar e manter uma distância apropriada do cliente” (p.189).

Portanto, o amor bandido seria, por parte da equipe do programa, a definição de um sentimento de afeto que vincula na medida necessária de uma forma distanciada para proteger-se do envolvimento e assim poder realizar uma ajuda efetiva.

No entanto, ao tentar explicar esse conceito Isabella parte da exemplificação de uma relação que recebe todo um investimento afetivo, mas que a qualquer momento pode ser terminada, e isso independe da vontade dos sujeitos da relação, pois a separação é inerente à relação desde seu início:

Porque esse é um amor bandido...é assim, é que a gente tem amor por eles, tem o maior carinho, e na hora que a pessoa quer tirar eles da gente tira e a gente fica só na vontade...porque não é pra sempre (Isabella).

Regina confirma esse conceito definindo-o como o sentimento que se desenvolve a partir de uma relação que sabe-se que irá perder:

...é um amor bandido...a gente tem amor, mas que sabe que vai sair da gente (Regina).

O bandido sempre nos traz malefícios, ele sempre nos leva algo. Assim, o amor bandido é percebido pelas mães por sua característica de iniciar com a certeza da perda. É o amor que irá te abandonar e te fará sofrer.

Dessa forma, as mães protestam contra essa definição e afirmam não existir capacidade para tal sentimento, pois para elas considerar o amor bandido significaria não se dedicar a relação, seria um amor pela metade, um amor falso, ou amor insuficiente. Assim, Júlia declara nunca ter experienciado esse tipo de afeto, pois para ela não há meio termos:

Eu nunca fiz esse amor bandido, ou é amor mesmo ou não é nada (Júlia).

Segundo Bowlby (1982) o comportamento de apego leva naturalmente ao desenvolvimento de laços afetivos, isto é, se há vínculo, há afeto, e isso parece ser inevitável mesmo reconhecendo o sofrimento que isso poderá causar. Como diz Nery (2003:38) “sem afetividade, os papéis cumprirão mecanicamente suas funções e serão desempenhados sem vitalidade e criatividade”.

Renata também não acredita que esse tipo de vínculo sem apego possa acontecer e explica que o termo foi utilizado no sentido de que as mães não

deveriam se apegar muito às crianças, pois a separação poderia acontecer a qualquer momento.

Entretanto, ela percebe não ser tão simples assim, ao contrário, acredita ser difícil cuidar de alguém e não desenvolver um sentimento verdadeiro, o qual percebe como fator preponderante para a realização de um bom trabalho:

[Ela disse] que a gente não deveria se apegar muito àquela criança. Só que ela [assistente social] usou essa palavra e foi muito pesado pra gente. Inclusive nós saímos todas em choque...a gente entendeu que ela quis dizer que a gente não deveria se apegar muito, porque a qualquer momento poderiam tirar aquela criança da gente...Porque é muito fácil: ah você pega uma criança e ter um amor bandido com ela, gostar por gostar, um amor falso, fingir que está gostando...Porque é muito fácil você dizer, mas muito difícil você cuidar de uma criança, de um ser humano com esse amor, amor bandido...ou você ama e se entrega de alma mesmo com muita vontade num trabalho desse, ou você não dura. Não dá pra você ser falso (Renata).

Steinhauer (1991) confirma essa compreensão quando afirma que o não envolvimento com a criança acolhida é “uma tarefa difícil em qualquer circunstância, mas especialmente quando a relação se dá sem descanso no dia-a-dia dentro do cenário da família” (p.189).

Nesse sentido, Nery (2003, p.18) afirma que “os vínculos que estabelecemos nos despertam para a experiência emocional neles contida. É essa experiência que lhes dá autenticidade e o aquecimento para a sua efetivação”. Ou seja, sem o afeto não há veracidade no que se faz, pois não haverá motivação suficiente para o desempenho eficaz de um papel. “Sem afetividade, os papéis cumprirão mecanicamente suas funções e serão desempenhados sem vitalidade e criatividade” (NERY, 2003:38).

Renata percebe ainda que a criança reconhece quando na relação há sentimento de afeto ou não, e isso é fundamental para sua função de cuidadora. Portanto não compreende como o amor bandido pode estar relacionado a seu trabalho:

Porque a criança percebe tudo, ela sabe quando é amado de verdade...por isso, que eu digo esse amor bandido foi muito pesado, e não tem nada a ver com o nosso trabalho (Renata).

Assim, Campos (2005) afirma que em uma relação estabelecida através do cuidado, o provedor “suficientemente bom” é aquele “capaz de captar e atender às necessidades oferecendo-lhe amor, cuidado e reconhecimento” (p.84), e isso irá gerar no seu receptor uma percepção clara de ser amado e cuidado e assim estimado e valorizado.

5.2 Mãe é a que cria – a força de uma maternidade substituta.

Apesar da existência de vários motivos que levam a uma criança a necessitar de um abrigo, há uma só razão que fundamenta a presença dela

em um programa de família acolhedora: a ausência de um cuidador seja ele permanente ou provisório.

Daí é importante lembrar que muitas são as consequências que uma criança acarreta de uma experiência como essa em uma idade tão tenra, entre elas estão: carência afetiva, sentimento de insegurança, entre outros.

Nesse sentido, Júlia acredita que a necessidade e a carência materna trazidas pela criança que tem experienciado a situação de abandono até então, é um dos fatores importantes que irão determinar esse novo vínculo:

E o que eu acho mais importante...é que eles chegam na casa da gente e chamam logo a gente de mãe...mãe, né? Ai isso daí é que toca mais a gente, né? (Júlia).

Essa necessidade é confirmada no desenho de uma criança de 4 anos que Júlia cuida há 3 meses, que ao desenhar sua família, mesmo que de uma forma confusa, desenha primeiramente a mãe acolhedora e a chama de mãe:

É a minha mãe, esse é o óculos...É a Júlia (Ursinho Gummy).

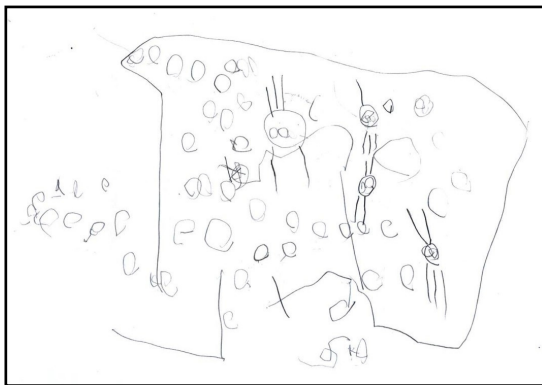


Figura 5 Ursinho Gummy no desenho da família representa a família da mãe acolhedora como sua.

Como afirma Campos (2005), o vínculo impõe uma relação de reciprocidade. A necessidade materna da criança sensibiliza a mãe acolhedora que aceita essa função, assim ela corresponde ao papel que lhe é dado. Para Pichon-Rivière (1995:81):

...quando o ambiente ou os outros nos adjudicam um determinado papel, podemos assumi-lo de forma inconsciente. Nas relações sociais ocorre um intercâmbio permanente entre a assunção e a adjudicação de um determinado papel.

Para Bowlby (2002), necessidade materna é uma das características encontradas em crianças que sofreram privação materna. Em termos gerais, os

comportamentos que surgirão como conseqüências da privação materna irão depender da forma que a criança experienciou a mesma. Assim, o autor classifica os tipos de privação em “parcial”, “quase total” e “total”. A privação parcial acontece quando a criança, não importa o motivo, é impedida de ser cuidada por sua mãe, mas que recebe os cuidados de uma substituta. Bowlby (2002) ainda acredita que essa privação será ainda menos dolorosa se a substituta em questão for uma pessoa já conhecida cuja criança já tenha aprendido a confiar. Pois, mesmo tendo uma mãe substituta afetuosa a situação se agrava quando ela é inicialmente uma estranha para a criança.

Outra forma de privação materna é aquela que acontece à criança mesmo na convivência com sua mãe, esta não lhe proporciona os cuidados e o carinho necessário. Já a privação quase total, como denomina o autor, é aquela que acontece muito comumente em “instituições, nas creches residenciais e nos hospitais, onde freqüentemente uma criança não dispõe de uma determinada pessoa que cuide dela de forma pessoal e com quem ela possa sentir-se segura” (BOWLBY, 2002:4).

Assim, segundo Bowlby (2002), enquanto a privação parcial trará sintomas de angústia, necessidade de amor exagerada, sentimentos de vingança, culpa e depressão, a privação total poderá influenciar completamente a tendência de desenvolver relações futuras.

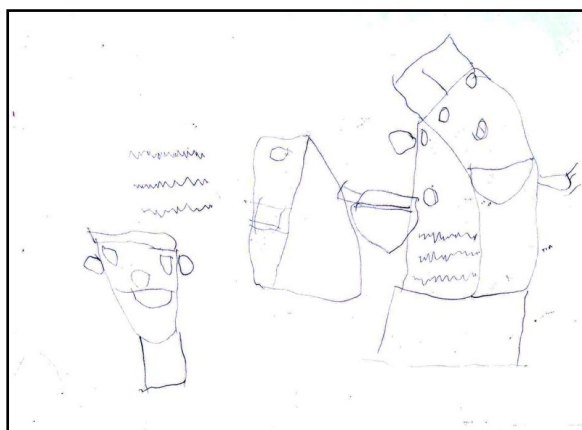


Figura 6 Shrek desenha a professora de quem tanto gosta

Nesse sentido, percebemos que as crianças participantes desse programa poderiam ser classificadas em estado parcial de privação materna, pois apesar de alguns terem passado por privação total anteriormente, agora estão recebendo cuidados maternos. Sendo assim a necessidade materna, um comportamento esperado na teoria de Bowlby nesses casos, é muito encontrado nas crianças em família acolhedora.

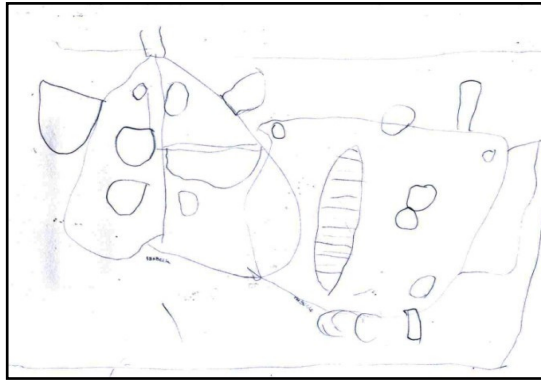


Figura 7 Shrek desenha a mãe(acolhedora) com mais dificuldade

Renata também percebe a necessidade que as crianças têm de uma mãe influencia na relação, fazendo com que fiquem mais próximos e se preocupem com a mãe acolhedora por medo de perdê-la, ou de ser abandonado como foi pela mãe natural. Dessa forma, Renata acredita que o abandono é um tema sempre presente na vida deles, que os rodeia como um fantasma que pode voltar a qualquer momento:

A necessidade de uma mãe é tão grande que às vezes eles não vivem a vidinha deles com medo de perder a gente, e da gente jogar eles novamente na creche...o abandono mexeu demais e mexe até hoje com ele. Ele morre de medo de me perder (Renata).

A história da criança que perdeu a mãe influencia sua relação com a mãe acolhedora, pois a experiência de abandono que marcou a relação com sua mãe de origem serve de referencial para a relação materna atual. Portanto, Pichon-Rivière (1995:49) afirma que “o vínculo é sempre um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa; através da relação com esta pessoa repete-se uma história de vínculos

determinados em um tempo e em espaços determinados”. Nesse sentido, Boeding (1998) complementa que o individuo tende a perceber e a interagir em novos relacionamentos de maneiras antigas, independente da qualidade e da segurança do novo relacionamento.

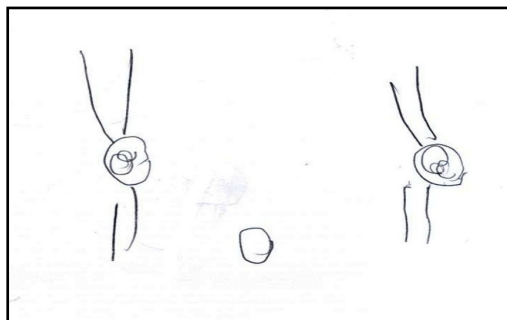


Figura 8 “Essa é a mãe, a mais difícil”. Ursinho Gummy declara suas dificuldades em relação a figura materna

Regina percebe que a expectativa de ter uma mãe é de certa forma preenchida pela família acolhedora, pois acredita que a mãe acolhedora cumpre a função materna em termos do afeto, carinho e cuidado. Ao contrário do que acontece na situação de abrigo, a mãe promove o ambiente necessário ao bom desenvolvimento da criança que não é possível no abrigo mesmo com toda estrutura profissional:

...a criança fica abandonada pela mãe...sem mãe e sem lar. Ai quando vem pra cá, ai vai pro lar substituto, ai vai pra aquele apoio do lar, da mãe...quando ela chega no abrigo ela ainda está assim meio assustada...ainda se acha abandonada de qualquer maneira. Mas, quando ela vai pro lar substituto ela já tem um lar, já tem uma mãe...Uma mãe já ajuda muito, dá carinho...Assim, você sabe que aqui tem toda assistência, mas não é que nem ta num lar (Regina).

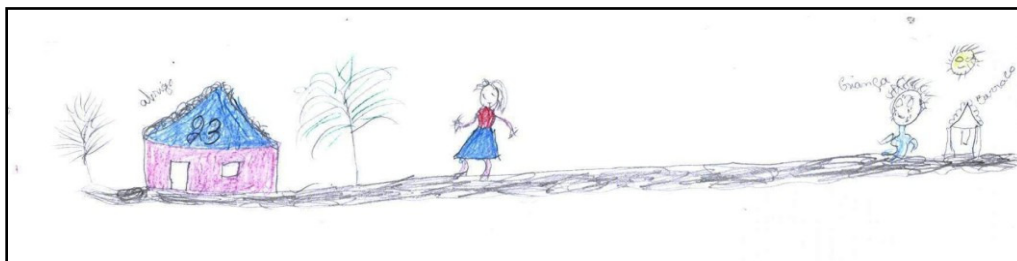


Figura 9 Julia desenha a mãe acolhedora como aquela que cuidará da criança abandonada por intermédio do abrigo

Essa compreensão é enfatizada por Bowlby (2002:70) que declara que é preferível um lar ruim a uma boa instituição, pois acredita que:

Mesmo que a criança seja pessimamente alimentada e abrigada, mesmo que viva suja e doente, mesmo que seja maltratada, ela se sentirá segura (a não ser que os pais a rejeitem totalmente) por saber que tem algum valor para alguém que se empenhará em cuidar dela, mesmo que inadequadamente, até que consiga se arranjar por si mesma.

Nesse entendimento, Renata compreende que a família acolhedora tem uma função provedora de saúde diferente da instituição de abrigo que pode gerar mais dificuldade para a criança que já traz marcas sérias de sua situação de origem:

É claro que um abrigo é diferente de um lar, né? A creche, pra mim é tipo um hospital, né? Entra uma num plantão...ai a criança se sente segura porque está num plantão, ai a pessoa que ta é legal, bem boazinha, ai entra outra já num...quer dizer a tia tal eu não gosto, a da noite é boazinha. Ai vai mudando e isso vai confundindo a cabeça da criança (Renata).



Figura 10 Batman representa através do desenho o tempo em que morou no abrigo e hoje na casa da família acolhedora

Nesse caso, Bowlby (2002) também ressalta o problema constante da rotatividade de funcionários da instituição como um dos fatores que interferem na saúde da criança.

A partir dessa compreensão o papel de cuidador é então percebido como substitutivo da relação de origem, não somente pelas mães, mas também pelas crianças. Nesse sentido, Júlia relata a importância de seu trabalho no sentido do exercício da função materna ressaltando a percepção das crianças a respeito dessa função, onde fica clara a concepção de mãe como aquela que exerce a função do cuidado:

...ele chegou pra mim e disse: mãe, a minha mãe não é aquela que abandonou eu e minha irmã não. A minha mãe é a senhora. É a senhora que me dá carinho, é a senhora que gosta de mim, é a senhora que me dá apoio (Júlia).

Essa criança que Júlia fala já foi adotado, no entanto, o adolescente que Regina cuida confirma essa compreensão quando expressa seu agradecimento e reconhecimento à dedicação que sua mãe acolhedora tem tido para com ele; mesmo denotando sentimento de mágoa em relação à família de origem, e desejo de compreender melhor os motivos do abandono:

Não foram eles que me deram carinho que nem ela [mãe acolhedora] ai me deu. Não foram eles que cuidaram de mim quando eu tava doente...pode ter tido algum motivo pra ter me abandonado, né? Mas hoje eu agradeço de ter uma vida dessas (Robin).

Batman também considera a mãe acolhedora como sua mãe, devido a todo cuidado que ela tem tido por ele:

A única mãe é essa aqui que eu tenho, mãe é aquela que cria...Foi o único presente que Deus me deu. Não tem uma única mãe boa como essa. Me dá tudo, me dá alegria, me dá felicidade. Às vezes o filho não obedece, mas ela me dá um carinho, me dá um castigo, mas ela não é grosseira. (Batman)



Figura 11 Batman desenha sua mãe (acolhedora) quando mais jovem

Assim, Campos (2005) compreende que os atos físicos e concretos do cuidar são interpretados pelo receptor como atos de amor.

Nesse sentido, Renata declara ter a mesma vivência com a criança que tem cuidado por 9 anos, a qual inclusive não somente percebe a mãe acolhedora na função materna, mas pretere a mãe biológica por relacioná-la a situação de sofrimento causada pelo abandono. Isto é, a vida deve ser dada a quem cuida, e quem abandonou merece morrer:

Ele diz: eu prefiro que a minha mãe morra...a senhora toma conta de mim, a outra me abandonou. Se é da mãe morrer eu prefiro que a outra morra que não cuidou (Renata).

Ao mesmo tempo, ao preferir a morte da mãe biológica, a criança demonstra seu ressentimento por ela o abandonou e caracteriza o que Bowlby (2002) denomina de sentimento de vingança em consequência da privação materna parcial que tem experienciado.

Isabella considera sua família como única família que as crianças que cuida conhecem, e percebe que nesse sentido a família acolhedora funciona como modelo substitutivo da família de origem:

A família que eles conhecem é a mim, a minha casa, é papai, é mamãe, é a família que eles conhecem, né?...a família que ele diz que tem sou eu...é a minha mãe, meu pai, a família que eu tenho é vocês. A senhora que me acolheu, a senhora que me deu amor, deu carinho, a mãe que eu conheço é a senhora, mais ninguém, eu não quero outra mãe (Isabella).

A fala de Isabella é confirmada por Batman, adolescente cuidado por ela:

A única família que eu tenho aqui é essa daqui (Batman).

Nesse sentido, todas as crianças representaram as famílias acolhedoras ao serem solicitadas a desenharem suas famílias. Nenhuma delas trouxe algum aspecto de suas famílias de origem.



Figura 12 Homem aranha representa mãe acolhedora e as outras crianças acolhidas como sua família

A relação é percebida por Regina como geradora de uma confiança que parece não ter outro referencial. No sentido de que essas são crianças que já passaram por muitas perdas, e que seus níveis de segurança e confiança estão abalados, essa nova relação surge como suporte e base para depósito de novas esperanças. Regina percebe essa característica quando afirma:

Eles são umas crianças que esperam tudo da gente, que esperam tudo da gente...Eles só se apóiam na gente (Regina).

Renata, mais uma vez, afirma que a relação estabelecida é percebida pelas crianças como substitutiva da relação frustrada com a mãe de origem:

...ele disse que se a mãe dele aparecesse, ele não queria. Ele ia continuar comigo...ele disse que se a mãe dele vir... eu digo até assim, e se ela estiver estribada e de repente eu estiver numa situação difícil. [Ele disse] não, não eu não quero não, ela pode estar podre de rica...eu fujo, mas eu não fico com ela não. Nem com ela, nem na creche (Renata).

Segundo Winnicott (1990) o indivíduo sempre busca alguém que o acolha e cuide dele, principalmente em momentos de vulnerabilidade. Assim, nesses momentos:

...aguça-se a necessidade de...encontrarmos um ambiente facilitador, capaz de nos oferecer a necessária proteção e apoio que nos propicie retornar a linha da continuidade de ser, ameaçada pelo acontecimento e, assim preservando nossa individualidade, nossa identidade, nosso eu (Campos, 2005: 70)

Dessa forma, se a criança percebe no lar acolhedor esse ambiente facilitador e provedor de situação de conforto necessário, é natural que prefira continuar nele.

No entanto, Renata percebe que no início, quando as crianças chegam no lar acolhedor, elas trazem com elas os traumas, medos, e as incertezas causados pelo abandono, porém com o passar do tempo e a segurança passada no seio da família acolhedora através de um novo modelo familiar, as crianças se tornam mais seguras.

Eles também no começo não têm aquela segurança. Têm medo os meninos...eles dizem assim: mãe eu tinha medo de tu me abandonar também, de tu me devolver pra creche..ai eu vejo assim a gente é um apoio pra eles...um apoio bom...na compreensão, naquela união...tudo isso influi muito, pesa muito e a criança vai mudando. No começo não, mas com o tempo eles vão vendo a diferença. Acho que forma assim uma outra pessoa (Renata).

Em relação aos sentimentos de insegurança apresentados pela criança, Bowlby (1982) os relaciona ao tipo de relação original que a mesma desenvolveu e tem desenvolvido com seus cuidadores, (sejam eles permanentes ou provisórios). Pois, segundo Nery (2003: 47):

As marcas afetivas advindas dos primeiros vínculos carregados de um clima emocional desfavorável ao desenvolvimento psicológico contêm alertas internos que bloqueiam a livre expressão do ser e tornam a conduta repetitiva, massificada e irracional em determinados momentos e vínculos.

Assim, a criança que viveu a rejeição e abandono no vínculo original arrasta o sentimento de insegurança gerado pelo mesmo como consequência, como marca afetiva agindo, portanto, de maneira insegura nos próximos vínculos, e em especial àqueles que relembram a relação primária.

5.2.1 Filho biológico X Criança acolhida – a diferença que se faz através do cuidar.

Ao falarem de suas relações com as crianças acolhidas, em muitos momentos as mães acolhedoras fazem comparações com as relações estabelecidas com seus filhos naturais, percebendo inusitadamente um apego maior nas primeiras. Quando isso acontece, elas geralmente tendem a justificar trazendo assim diversas e possíveis explicações.

Assim, Renata justifica o fato de apresentar sentimento de afeto maior pelas crianças que cuida do que por seus filhos biológicos através da situação de carência materna que se encontram essas crianças e que no cuidado do cotidiano acaba gerando envolvimento e vínculo. Portanto, Renata acredita que a necessidade

trazida pela criança gera uma maior dedicação por parte da mãe às crianças acolhidas que aos próprios filhos que não apresentam esse tipo de carência:

Você cuida e pensa “não, eu não vou ter muito amor, não vou me apegar muito porque não é meu, a qualquer momento podem tirar de mim...ai vem o dia-a-dia, ai pronto, vai tudo por água a baixo...Aquela criança acaba lhe conquistando, você acaba se apegando demais àquela criança...você confunde mesmo e você sem querer você se apegando mais a eles do que aos próprios filhos, a gente sabe que os da gente é da gente, eles tem noção de pai e mãe de verdade, a gente vai e se apegando mais a eles por saber que eles não tem pai, não tem mãe, são carentes... (Renata).

Isabella também justifica seu sentimento de afeto pelas crianças que cuida através da necessidade de que essas crianças têm de cuidado devido a situação de abandono. Assim, ela percebe que uma maior necessidade irá gerar uma maior demanda de cuidado e por conseqüente um maior afeto:

Hoje os meus, eu acho que eu não tive o carinho que eu tenho com eles. Porque? Porque meus filhos sempre tiveram o apoio de pai e mãe, tiveram família e eles nunca tiveram, e eles são tudo pra mim (Isabella).

Isabella confirma esse sentimento em um depoimento emocionado onde declara seu afeto por uma criança que cuidou, e depois veio a adotar, mesmo passando por dificuldades e apesar de todo sofrimento que essa criança, já adolescente provocou por seu comportamento difícil:

Feliz daquele que tem um filho que não dá problema...as minhas que eu adotei me deram muito problema...quer dizer a de 20 anos já me deu muito, sofri muito por causa dela...ela saia...não dizia nem pra onde ia, só voltava no outro dia, ai aquilo me machucava muito, eu chorava noite e dia porque eu era doida, alucinada, doida por ela, eu tinha um amor que eu nunca tive por meus filhos legítimos, eu tive por ela e ela me fez sofrer bastante (Isabella).

Para Campos (2005) a relação cuidar-ser-cuidado é indissociável, isto é a necessidade de um indubitavelmente busca e exige o cuidado do outro, e esse será ativado a partir do “desejo de cuidar, a motivação básica para que os cuidadores se identifiquem com aquele a ser cuidado, disponibilizando, de forma afetiva e empática, os cuidados demandados”(p.128). Portanto, o desejo de cuidar e a resposta da necessidade do individuo cuidado satisfeita irão motivar o desempenho da função e reforçar o sentimento de apego da relação.

Assim, percebemos que quando essa relação se estabelece em uma situação de intensa necessidade, a motivação ao satisfazê-la parece maior gerando por conseqüente um sentimento de apego maior. Pensando assim, fica fácil

compreender a fala das mães quando afirmam sentirem mais afeto pelas crianças que cuidam, pois são mais necessitadas que os filhos biológicos.

Outro fator importante utilizado para justificar essa dedicação maior à criança do programa é o fato de que devido à necessidade de uma presença materna as crianças acolhidas procuram cativar mais as mães acolhedoras. Dessa forma, o apego acontece de forma mais intensa provocando inclusive ciúmes nos filhos naturais:

Eles cativam mais a gente sabia? Eles têm mais necessidade de estarem assim...tipo assim pra gente retribuir também, mas eles cativam mais a gente...Ai a gente vai se envolvendo. Às vezes tem um pouquinho de ciúme do filho da gente, mas só que a gente vai e explica pra eles e eles acabam entendendo (Renata).



Figura 13 Cinderela faz representação de si mesma através do desenho

Em relação ao ciúme do filho biológico Isabella também relata que um de seus filhos reclama a atenção dada às crianças acolhidas. Mesmo tendo afirmado que o apego pelas crianças que cuida chega a ser maior do que o que tem pelos próprios filhos, Isabela afirma não haver motivos para ciúmes:

É tudo na vida da gente esse povo...a gente se apega mesmo porque às vezes , as vezes não, nem com os filhos da gente a gente se apega tanto...um dos meus filhos tem ciúme delas, ele diz que eu nunca fiz por eles o que eu faço por elas. Eu digo que é porque na época de vocês era uma época mais difícil, e agora as coisas se tornam mais fáceis. Mas toda vida eu fiz por vocês também, porque tiveram o que eu pude dar, dei estudo, dei amor, dei carinho, dei tudo também (Isabella).

Outra justificativa trazida por Renata, para a compreensão da diferença de seus sentimentos em relação às crianças acolhidas e filhos naturais, está na

percepção de que os filhos naturais não empenham o mesmo cuidado e atenção à ela como as crianças acolhidas. Renata ainda relaciona esse fato ao medo que a criança tem de perdê-la e a certeza que seus filhos têm que ela não irá deixá-los:

Porque os filhos, devido achar...saber que a gente é mãe, machuca mais a gente sabia? Em ter a confiança que a gente não vai abandonar, eles são mais malcriados, já essas crianças não, eles tem o cuidado de não machucar a gente, pelo menos o meu tem mais atenção comigo do que meus próprios filhos, ele se preocupa mais por medo de me perder...os filhos da gente são mais egoístas, já eles não, eles procuram agradar ao máximo (Renata).

Há então uma tendência da criança que sofreu privação de cuidados maternos em buscar e manter uma relação de cuidado satisfatório. Isso faz com que ela atue em certas condutas com o propósito de manter o padrão de cuidado vivido na relação com a mãe acolhedora. Pois, como afirma Nery “a busca do amor é a busca da homeostase psíquica que traz o sentido de existência. A conquista do amor torna-se a motivação básica da conduta humana e do estabelecimento dos vínculos” (2003:39). Assim, a relação estabelecida a partir dessa compreensão é uma relação complementar de papéis de dois indivíduos que buscam essa relação de amor. Daí, os papéis que se desenvolvem na relação são desenvolvidos a partir do afeto recebido que reforça a execução dos mesmos, e que gera a motivação para se continuar neles. Efetivando assim o sentido da existência de cada um.

Dessa forma, o papel de mãe é desempenhado com mais motivação com aquele filho que deseja mais, pois no sentido de buscar uma relação mais afetiva para fazer sentido a sua experiência, ele trará uma carga afetiva maior que recompensará melhor os cuidados atribuídos, e como consequência, trará à existência da mãe um sentido maior ao seu papel e à sua função materna.



Figura 14 Isabella trazendo a criança acolhida para o seu lar

Regina, por sua vez, acredita que muitas vezes se apega mais às crianças que cuida que aos próprios filhos devido a compreensão de que vai haver uma perda, enquanto aos filhos sabe-se que eles sempre estarão com ela:

Porque os da gente a gente tem certeza que nunca vai sair da gente, e aqueles a gente sabe que um dia vão sair, um dia sai (Júlia).

Esse fenômeno de prever a perda e tentar lidar com ela antes de acontecer, é o que Motta (2001) denomina de luto antecipatório. Nesse sentido, Freud (1917) compreende que durante o processo de luto há uma busca de manter um contato próximo com o objeto perdido para que a aceitação da perda aconteça. Assim, Regina ao saber que irá perder antecipa esse contato na relação como que valorizando o que sabe que irá perder.

5.3 Os nós do processo relacional mãe - filho e seus mecanismos de enfrentamento.

5.3.1 Adoção – um tema natural da relação

Muitos são os nós, ou seja, as dificuldades enfrentadas pelas mães acolhedoras no processo relacional mãe acolhedora – filho acolhido. Dificuldades essas que se originam da própria relação de cuidado e que irão estar presentes em todas as situações de cuidado materno, isto é, dificuldades que surgem do estabelecimento e desenvolvimento da maternidade substituta.

Uma das dificuldades percebidas por Renata é o sentimento de insegurança das crianças em relação a sua estabilidade na família acolhedora devido ao seu estado legal não definido na família:

...eles pedem muito pra gente adotar eles, a gente não tem condição, aí eles ficam naquela insegurança (Renata).

Ela declara que tenta contornar essa dificuldade ressaltando o valor e a significância que a criança tem como membro da família e filho dela, mesmo sem tornar a relação legal:

Eu digo você é meu filho, você vai sair daqui quando você quiser, quando você tiver sua família (Renata).

É ainda importante ressaltar que, segundo relatórios do serviço social do abrigo, essa criança que Renata se refere de modo específico já foi desligada do programa devido à idade, pois ele já tem 14 anos. No tempo que ele foi desligado foi encaminhado à Casa da Criança, um abrigo para crianças maiores, mas reclamou que tinha saudades de Renata, ela então começou a recebê-lo para visitas aos finais de semana e aos poucos ele voltou a morar com ela, já que ela e toda sua família sentiam também a falta dele. Hoje eles estão enquadrados em outro tipo de programa assistencial no intuito de preservar o vínculo que foi estabelecido.

Isabella, por sua vez, percebe o sentimento de frustração de uma criança que cuida há 11 anos e que se encontra na mesma situação do adolescente cuidado por Renata, ou seja, que apesar de desligado do programa permanece com Isabella por todos esses anos; porém deseja ser adotado. Isto é, ele sente a necessidade de uma relação estável:

[Ele diz:] eu tenho vontade de encontrar uma família que me adotasse, pra eu ter uma família de verdade, mas não foi possível...[ele] me pergunta porque eu não adoto ele. Eu digo: não posso adotar porque eu estou numa idade avançada e não dá, se eu fosse mais nova podia até ser né? Porque homem né? Sempre é mais difícil que mulher...eu não adotaria, mesmo que eu fosse nova eu não adotaria menino homem. Eu adotei duas meninas, não me arrependo não, são uma jóia, são tudo na minha vida elas duas (Isabella).

É possível perceber a preferência de Isabella pelo gênero feminino no caso de adoção. Apesar de iniciar seu discurso usando a idade como razão para não adotar um rapaz que tem cuidado desde criança, logo em seguida deixa explícito o verdadeiro motivo, o qual consiste na percepção da dificuldade de lidar com meninos que seria maior em relação ao lidar com meninas. Sendo esse então o motivo que a fez adotar duas das meninas que cuidou, e nenhum dos meninos, mesmo tendo estabelecido com eles um tipo de relação permanente, porém não legal.

Isabella confirma a preferência nacional de adoção por meninas, pois segundo pesquisa do IPEA (2003), meninos são a maioria (58,5%) na população de crianças que esperam por adoção.

A adoção é então um tema natural que circunda as relações de maternidade substituta, devido ao apego desenvolvido no decorrer das relações. E, como já foi visto, devido também à necessidade exagerada de uma mãe que as crianças que sofreram privação materna apresentam.

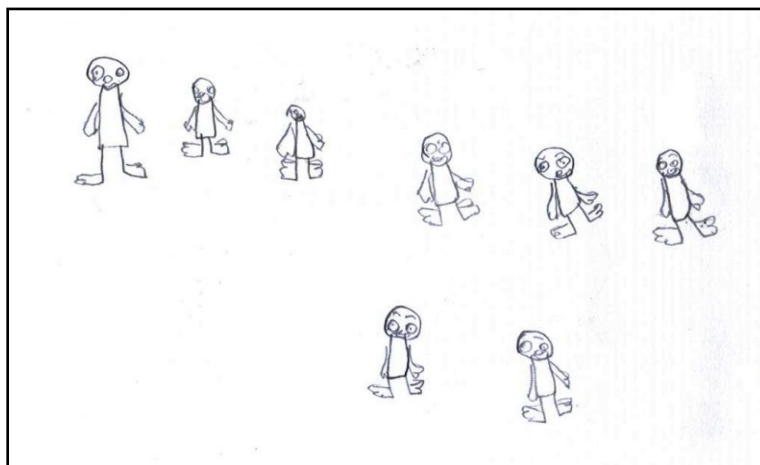


Figura 15 “Essa é a minha família” (Cinderela)

No entanto, a grande maioria das mães substitutas afirma estarem firmes na sua decisão de não adotar mesmo denotando sentimento de afeto pelas crianças. Uma forma de lidar melhor com essa ambivalência é percebê-la como benéfica ao futuro das crianças. Assim, demonstra o relato de Julia:

Eu gosto de todos...às vezes a gente pensa que adota aquele que a gente quer bem, mas eu penso assim, no futuro daquelas crianças...eu gosto do trabalho, gosto deles também e vou assim...dizer assim, que gosto mais do que os meus próprios filhos, né? Quero muito bem a eles, muito mesmo sem falsidade, gosto muito deles, de todos eles (Júlia).

Por sua vez, Renata compreende que a maior causa das mães acolhedoras não sentirem interesse em adotar é a situação financeira precária de todas elas que não garantem um cuidado especializado se for necessário no futuro:

Talvez a gente diga isso por falta de condição da gente...condição financeira...porque se a gente tivesse condições seria mais fácil, né? Da gente lidar com problemas no futuro, porque de repente você precisa levar num psicólogo, tudo na situação da gente fica mais difícil. Porque aqui tem a creche que dá condição (Renata).

Vale ressaltar ainda que uma das causas levantadas por Renata sobre sua posição a respeito da adoção é também a falta de conhecimento sobre a origem da criança, que segundo ela provoca medo de possíveis comportamentos de risco no futuro. Adicionado a essa questão, Renata declara ser a adoção um compromisso maior que acaba gerando certo receio:

Adotar já é outra coisa bem complicada, vem aquele medo, é mais compromisso, não é aquela criança. Tem o passado, a família que a gente não sabe. Eu penso assim, “meu

Deus, se a criança veio...a mãe teve coragem de abandonar um inocente daquele, né? a gente tá cuidando, aí a gente pensa assim: será que essa criança vai ter o mesmo...como é que a gente diz?...o mesmo comportamento, aquela mesma coragem que a mãe teve de fazer com ela, de fazer também? Ou de repente, e ser igual a mãe, sem coração (Renata).

Renata ainda relata que sua decisão por não adotar não está relacionada a uma questão de afeto e vínculo, ao contrário, percebe a importância do tema e declara que inclusive motiva outros a fazê-lo:

...eu não adotaria, não por falta de amor. Com certeza é devido a história da criança que a gente não sabe, ... e dá muito medo na gente. Mas quando eu falo com outras pessoas eu dou força. Eu digo: olha tanta criança precisando de um lar, e tem gente que cria galo, cria cachorro...eu falo assim adota um bebê que eu tenho certeza que Deus vai te abençoar mais, vai te dar o dobro de bênçãos (Renata).

Portanto, diante de tantas justificativas das mães acolhedoras para explicar os motivos pelos quais não adotam as crianças que afirmam ter tanto afeto, percebemos uma possível utilização do mecanismo de defesa da racionalização. Segundo Freud (1901), há várias formas de lidar com a ansiedade e proteger o ego da mesma. Uma dessas formas é o que ele denomina de mecanismo de defesa o qual lida com a ameaça da ansiedade distorcendo a situação geradora da mesma (FADIMAN; FRAGER, 1998). Assim, a racionalização é o mecanismo de defesa que consiste na explicação lógica ou aceitável de uma atitude, comportamento ou sentimento que originalmente apresenta outra razão, encobrendo-se a verdadeira razão com motivos mais aceitáveis (FREUD, 1936). O sentimento de ambivalência que o ato de não adotar aquele que elas chamam de filho podem ser a causa do mecanismo de defesa de racionalização.

5.3.2 Como lidar – As marcas que interferem na relação

Um outro nó importante que surge nessa situação específica de relação mãe-filho é o modo de

lidar com as crianças em relação às questões relacionadas ao abandono e aos comportamentos advindos da adolescência. Na percepção das mães acolhedoras, o lidar com o adolescente que passou por experiências de abandono e/ou de situação de risco exige um cuidado especial, diferente do aplicado por elas aos seus filhos naturais.

Dessa forma, Júlia acredita que o modo de falar com a criança acolhida deve ser diferenciado do que geralmente é utilizado com os filhos naturais. Pois é necessário um cuidado específico para não suscitar questões relacionadas ao abandono:

...acho que com os filhos da gente a gente pode brigar, pode né? E os filhos da gente daqui a um pedaço...mas, eles não, eles ficam revoltados. Tem essa diferença. Assim, logo que eles chegam na casa da gente qualquer besteira eles ficam logo com raiva, aí quando passa o tempo que eles vão se acostumando mais com a gente, né? Vão se adaptando mais na família da gente vão melhorando...a gente tem que nas palavras que a gente vai dizer a gente tem que medir primeiro pra poder dizer, né? Porque qualquer besteirinha magoa (Júlia).

Renata também percebe que deve haver uma diferença no modo de educar as crianças do programa devido aos sentimentos de rejeição trazidos pela situação de abandono, principalmente no que se refere às palavras que se usam para exortação e advertência. Na sua percepção, a insegurança em relação à sua situação no lar parece ser um dos motivos para tal sensibilidade:

Com eles a gente tem que saber o que vai dizer, porque com um filho meu na hora de uma raiva eu digo: aí que menino chato, tu tá insuportável...se eu fosse dizer isso com ele ia machucar ele, aí eu não digo...ele não se sente seguro. Se a gente disser isso ele vai achar assim: não, é porque eu não sou filho dela, ela não gosta de mim (Renata).

Renata tem vivido momentos difíceis com o adolescente que cuida há 9 anos, e tem se sentido perdida, pois como todo adolescente ele quer sair com os amigos, mas ela acredita que não pode dar a mesma

liberdade para ele que dá aos filhos por se sentir cobrada pelo programa. Ao mesmo tempo ela não tem compartilhado sua necessidade com os profissionais, mas acredita que algo deve ser feito para o bem da relação:

É muito complicado, é muito trauma, e está sendo muito difícil da gente conviver, principalmente que ele está agora na fase da adolescência, é outro problema que a gente enfrenta. E a gente às vezes não tá preparada e fica meio perdida sem saber, como eu já te falei, com os filhos da gente a gente pode brigar...e ele não sabe, se a gente falar a mesma coisa que falar com um filho adolescente legítimo a gente tem medo de estar machucando (Renata).

Renata não está sabendo lidar com o comportamento agressivo verbal do adolescente que cuida e percebe que com os filhos naturais não tinha a mesma dificuldade, pois acredita que as marcas do abandono irão interferir na interpretação feita por ele à exortação.

Assim, ela sugere que um acompanhamento psicológico ajudaria bastante aos dois:

...porque no começo a gente tem um acompanhamento de um psicólogo, eu acho que nessa fase de adolescente a gente teria que ter um outro acompanhamento, porque tá muito difícil...porque eu tenho medo de trazer mais problemas pra ele, e você sabe essa mudança da adolescência é muito complicado e pra gente principalmente que a gente não sabe a genética daquela criança, como é a família a gente não sabe nada (Renata).

Bowlby (2002) fundamenta essa compreensão, pois para ele um trabalho de orientação aos pais substitutos e à criança colocada no lar é imprescindível para a relação que será estabelecida, e para proporcionar mais condições de que o estabelecimento da mesma seja mais tranqüila e comprometida:

A orientação aos pais substitutos e às crianças que forem permanecer em lares substitutos é igualmente vital [...] Além disso, é necessário que os pais substitutos sejam preparados, sem sentimentalismo, para o comportamento que a criança selecionada provavelmente apresentará (2002: 136).

O profissional é entendido por Renata como necessário não somente no lidar com o comportamento,

mas também com as marcas do trauma que as crianças trazem nas suas histórias e que interferem na relação:

Eu acho que é um trauma que, por mais que a gente trabalhe em cima disso, eles não vão tirar nunca da cabeça. Vai ser sempre aquele negocinho...aquele cuidado, pronto é tipo assim, eles têm sempre assim uma pulga atrás da orelha, eles não confiam totalmente...por mais amor que a gente tenha, por mais que as pessoas trabalhem, que se doem, mas é um trauma muito forte, eu acho que você tem que amar muito, mas está sempre guardado num cantinho, aí qualquer coisinha vem a tona...até a palavra abandono marca eles (Renata).

Renata também sugere que programas de treinamento possam ser proporcionados às crianças, para que eles fiquem menos ociosos, e que assim possam canalizar a energia que seria utilizada em comportamentos difíceis em atividades produtivas:

O que melhoraria muito seria assim, essas crianças que fossem ficando adolescentes eles tivessem uma outra atividade além do colégio. Por exemplo, o meu estuda pela manhã, a tarde, tudo bem ele faz a tarefa, mas, passa a tarde sem fazer nada, assim, seria importante um curso, uma atividade, um esporte para absorver mais a energia deles, né? Porque eles têm muita energia e tá parada, né? Tá sem trabalhar, aí complica, mexe muito com o emocional deles e acaba mexendo com o da gente também, e aqui acolá tem um descontrole que não é bom, nem pra mim, nem pra eles, e o que é mais difícil pra mim é esse lado aí. De não poder ajudar e acaba prejudicando a relação, e isso é uma prioridade pra mim (Renata).

No entanto, diante dos problemas gerados por todas essas questões relacionadas à situação de abandono, as mães não percebem diferença significativa de comportamento entre seus filhos naturais e as crianças do programa. Nesse sentido, Júlia percebe que comportamentos difíceis não estão diretamente relacionados à situação de origem da criança, pois compreende que filhos legítimos podem apresentar comportamentos ainda mais difíceis de lidar:

...desobediente os filhos da gente são também, e como são, as vezes mais desobedientes de que os que não são da gente. Lá em casa eu tenho essa experiência, a minha filha, a de 16 anos, ela é superdesobediente, mas a B me obedece (Júlia).

5.3.3 A responsabilidade – quando se cuida do que não é seu.

Um outro nó, que mesmo exterior à relação é considerado pelas mães como fator negativo que interfere no trato com as crianças, é a responsabilidade de cuidar de uma criança a qual não se tem a guarda. Essa característica tem por consequência um trabalho sempre sob observação e supervisão do governo e da justiça. Assim Regina percebe que seu trabalho não se refere simplesmente ao cuidar, pois ao lado disso há uma prestação de contas:

...porque as crianças que a gente toma conta é a responsabilidade muito grande...ai eu digo assim, que é muito trabalhoso, porque não é da gente...e o que acontecer...é diferente dos filhos da gente, né? (Regina).

Júlia, por sua vez, percebe que no cuidar dos seus filhos biológicos não se sentia cobrada como se sente em relação às crianças do programa. Dessa forma, no sentido de prestar contas do seu trabalho resultou em um comportamento mais responsável da sua parte:

Por exemplo, com meu filho quando ele dizia: mãe, eu não vou para a aula não, eu dizia: é, não vai não. Desse jeito. Agora os daqui vão pra aula porque não são meus e se não aprender o pessoal vai cobrar da gente...então eu virei uma mãe mais responsável (Júlia).

Renata, por sua vez, percebe que muitas vezes é natural que se desenvolva um cuidar maior que o dedicado aos filhos e justifica esse fato pela necessidade de dar satisfação em relação ao que acontece à criança acolhida aos profissionais que dirigem o programa:

...ai, por mais que a gente não queira a gente acaba tendo o máximo cuidado com aquela criança do que com o da gente. Porque eu acho assim, o meu é meu, eu não tenho que dar satisfação pra ninguém, se tiver alguma coisa errada eu mesmo posso me questionar (Renata).

Por fim, alguns atos do programa são percebidos como não salutareis para a relação da família acolhedora com a criança acolhida. De uma forma mais específica eles são vistos como obstáculos que

dificultam a auto-percepção da criança como integrante da família em que está.

Nesse sentido, Renata acredita que atividades de socialização que não incluem a família acolhedora parecem ser segregadoras, ao mesmo tempo, que lembram à criança sua origem e seu estado de abandono:

A partir do momento que eles passam a conviver com a gente, os filhos da gente pequenos são como se fossem uns irmãos pra eles. Ai tudo isso eles observam. Por exemplo, quando agora diz: vai ter um passeio da creche, ai a minha filha diz: mãe eu vou também; ele diz: ai C tu não vai poder ir, tu não é da creche. Eu sei que não é a intenção, mas contribui muito pra eles não se sentirem que fazem parte da família da gente. Pra mim é assim, é como se eles lembrassem que são diferentes, porque se eu sou mãe dele, no caso, nós somos mães, ai levassem o filho da gente pequeno, ai ele ia sentir que falta minha mãe, minha irmã, minha família, né?...isso machuca por causa da diferença que eles vêem (Renata).

Assim, Renata acredita que para que possa ser criada uma relação familiar mais verdadeira com a criança cuidada o programa deveria criar ações para que se possa proporcionar isso de forma melhor. No sentido de que não se experiencie uma realidade inversa à que se procura estabelecer nas casas, que é a de vínculo familiar, evitando assim atividades que evidencie a situação de “diferença” que se encontra a criança em termos legais:

Eu acho que isso precisa ser mudado, não é querendo...é pra que eles se sintam mais uma família de verdade, que não tenha aquela separação, aquela diferença...É ai que eu acho que eles criam um bloqueio na cabecinha de uma criança dessas, porque eles vão sendo que por mais que a gente diga: você agora é meu filho, filho do coração, filho não sei o que. Mas eles estão vendo que são diferentes, por essas pequenas coisas que se prejudicam, sabia? (Renata).

Ao mesmo tempo, ao incluir atividades de cooperação como trocas de experiências e lazer para os pais acolhedores e outros membros da família acolhedora acredita-se que se está trabalhando para que esses não se tornem exausto na função

(IPEA/DISOC, 2003). Nesse sentido, Steinhauer (1991: 194) fundamenta que:

Quanto mais forte a aliança entre pais acolhedores e assistente social – quanto mais completa, aberta e diretamente cada um poder se expressar, ouvir e negociar áreas de discordância ou tensão com o outro – melhor a chance do sistema trabalhar junto para proteger a criança acolhida nas suas chances em receber qualidade máxima e cuidado contínuo.

5.3.4 O grande nó da separação – quando se perde o que não é seu.

Em termos gerais, percebemos o quanto nós amamos alguém quando o perdemos, ou ainda quando nos separamos dele. Separações geram sofrimento, e esse sofrimento é geralmente relacionado à quantidade de sentimento envolvido na relação. Portanto, as mães acolhedoras são unânimes quando se referem à separação como o momento mais difícil vivido na relação e, por consequência, de seu trabalho.

Essa dificuldade fica clara no discurso das mães. Júlia, por sua vez, deixa esse entendimento explícito quando emocionada percebe que a separação é o aspecto mais difícil de seu trabalho como mãe acolhedora:

O pior [do trabalho de mãe acolhedora], o mais difícil é dizer adeus (Júlia).

Regina nesse momento estava tão emocionada que apenas declarou:

Ave Maria, não gosto nem de falar (emoção) (Regina).

Nesse sentido, Júlia fala sobre o vínculo estabelecido com “suas crianças”, percebendo uma reciprocidade por parte das crianças. Também relaciona o sentimento de afeto que desenvolve pelas crianças

que cuida diretamente com o sofrimento que experiencia quando elas vão embora:

E eu quero muito bem às minhas crianças e sofro muito quando vai embora, né? Sofro muito. Eu acho que elas também sofrem, é tanto que de onde eles estão mandam foto pra mim, né? Acho que eles também gostam de mim (Júlia).

Nesse sentido de posse, a separação então proporciona à mãe acolhedora, a perda de algo que era seu. Assim, Júlia percebe as crianças que cuida como membro de sua família, daí o sofrimento que experiencia é a da sensação da perda repentina de um membro da família que provavelmente não se terá mais notícias:

A gente tem aquela criança na casa da gente como a família da gente, né? Eles são a família...aí, passa aqueles 3 anos, 4 anos, ficam até hoje, como já passou comigo, aí vai embora de repente. Às vezes mandam até notícia, às vezes não, vai embora (Júlia).

Renata confirma a fala de Júlia, e compara o momento da separação à perda de um filho. Ao mesmo tempo, relaciona a intensidade do sofrimento ao tempo que a criança permanece com ela:

É o pior, é esse lado aí, é quando tiram eles da gente. A gente fala das dificuldades assim, mas essa daí a gente não acha difícil não, é o pior. É o mesmo que a gente perder um filho, com certeza. Dependendo do tempo que a criança fica com a gente vai ficando mais difícil (Renata).

Isabella denota o mesmo sentimento de família em relação às crianças, estabelecendo com eles legítimos vínculos de afeto. Dessa forma a ruptura dessa relação atinge a ela de forma muito intensa:

Meus filhos foram normais, agora depois de velha eu formei nova família,...E dou o que posso...amor, e carinho, principalmente pros dois que são especiais, é tudo na minha vida, eu me separando deles é o mesmo que tirar um pedaço de mim... (Isabella).

Nesse sentido, Renata assemelha a separação à perda de alguém querido, pois mesmo não tendo havido morte física, há uma sensação parecida desde que não se sabe pra onde foi, ou se vai voltar a ver um dia:

É o mais difícil pra gente é a perda. Mesmo que você tenha noção que não está perdendo porque morreu, mas é uma perda. Pra gente é assim, porque você não sabe quando vai ver...se você vai ter notícia...esse é o lado ruim (Renata).

Segundo Freud (1917) é natural que a reação à perda de um ente querido, ou de algo que tenha esse tipo de significado para nós venha acompanhada do processo de luto. Esse é caracterizado por uma gama de sintomas que se parece com os da melancolia a não ser pelos problemas causados a auto-estima, e estes são:

o luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo estado de espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo [...], a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele (p.276).

Então, esses sintomas podem ser considerados esperados ao vivenciarmos uma perda significativa. No entanto, todo processo de luto nos exige uma necessidade de suplantarmos a dor e de passarmos pelos possíveis sintomas que vêm como consequência do processo que se pode chamar de luto normal. Se isso não acontece, experienciamos o luto não cumprido ou luto patológico que pode se manifestar através de uma depressão ou ainda por manifestações somáticas. Fatores importantes determinam a diferença no tipo de luto que será desenvolvido, como: a importância da perda, o tipo de relação estabelecida com o objeto perdido e a capacidade de cada um de lidar com a perda (MELO FILHO, 1988). Daí, podemos compreender a veracidade da relação estabelecida entre mãe acolhedora e criança acolhida pelo nível de experiência de enlutamento vivenciado não somente pelas mães como também pelas crianças.

Regina então fala do sofrimento intenso quando relata sobre a adoção e conseqüente separação de uma

criança que cuidou por 5 anos que tem gerado ainda certa dor. Assim Regina descreve seu sentimento:

...depois eu peguei o FT passou 5 anos e foi adotado, fez um ano agora que ele foi embora...Ave Maria, quase que eu morro (Regina).

Júlia explica que Regina sofreu muito na última separação que passou e por isso experiencia ainda tanta emoção ao falar de separação:

Ela pegou quase uma depressão quando o menino saiu da casa dela, a D. Regina (Júlia).

Nesse sentido, percebemos que as mães acolhedoras experienciam um processo de luto ao serem separadas das crianças que cuidam. No entanto, o tipo de luto irá depender do tempo e do tipo de relação que elas tiveram com a criança, podendo-se até desenvolver luto patológico, manifestado através de um quadro depressivo.

O sofrer da perda parece iniciar quando a notícia da separação é dada à mãe acolhedora:

É muito complicado quando a gente sabe que eles vão embora, né? Dói, mas é muito complicado (Regina).

Júlia, por sua vez, percebe que compreender a existência da separação não a prepara para a experiência e, por conseqüente, não minimiza a sensação de choque que sofre ao ser informada sobre a possível separação:

A parte pior é essa aí. Eu pelo menos quando ligam dizendo arrume fulaninho que tem um casal aqui, chega é um choque pra mim. A gente fica sabendo que um dia vai, mas a gente, né?...(emoção) (Júlia).

Esse fenômeno experienciado por essas mães que vivenciam a dor da separação ao serem informadas que ela pode estar próxima é o que alguns teóricos denominam de luto antecipatório, que “é o fenômeno

que se refere à possibilidade de prever e lidar com a perda antes que ela se concretize” (MOTTA, 2001: 128). Assim, a supracitada autora acredita que ao se ensaiar mentalmente o que está prestes a acontecer há a possibilidade de uma vivência parcial que só irá se completar quando o evento acontecer na realidade, mas que poderá diminuir a intensidade da dor quando a separação for um fato concreto. No entanto, Pine (1989) ressalta que o luto antecipatório apesar de ser benéfico para o processo de despedida, ele também pode ser prejudicial se acontecer de forma excessiva, pois pode proporcionar um distanciamento da pessoa que se irá separar fazendo com que esta se sinta abandonada e rejeitada.

No entanto, como todo processo de luto, esse também vem acompanhado de mecanismos de enfrentamento que atuam com o propósito de diminuir a dor e a angustia causadas pela perda e sofrimento.

Assim, é comum que as mães vivenciem um estado de negação em relação à separação que possivelmente irá atrasar e dificultar o processo de luto fazendo com que o mesmo não aconteça de forma satisfatória e possa gerar conseqüências de luto patológico. Bowlby (1993) ainda define esse sentimento como parte do processo normal de luto, pois denomina a primeira fase deste de fase de entorpecimento onde a pessoa parece continuar normalmente com sua vida, mesmo que de alguma forma se sentindo tensa e apreensiva.

Assim, Renata denota compreensão sobre a finitude da relação, porém admite, ao mesmo tempo, sua tendência a alimentar esperanças de que a separação não acontecerá:

A gente sempre acha que vai demorar...no futuro, no fundo a gente tem aquela esperança lá dentro. A gente tem noção, como a assistente social fala pra gente que é só uma passagem (Renata).

Júlia, por sua vez, tenta se defender desse sofrimento se distanciando da realidade e procurando não pensar sobre a separação e a perda antecipadamente:

Eu não gosto muito de pensar não sabe? Quando eu fico pensando, aí meu Deus fulano já vai. Ai eu procuro tirar o pensamento (Júlia).

Fazendo isso, Júlia utiliza o mecanismo de defesa que a psicanálise denomina de isolamento, pois trata de afastar mentalmente aquilo que lhe traria desprazer; ou seja, “dissocia a possibilidade de tocar a representação mental ligada ao afeto desagradável que traria o toque do objeto” (KUSNETZOFF, 1982:216). Essa forma de enfrentamento, assim como todas as outras, não a livra do sofrimento da perda, mas a alivia por alguns momentos da dor antecipada, o que pode impedi-la de uma vivência de um luto antecipado, e possivelmente um processo de enlutamento mais completo.

Regina, então, declara seu sofrimento e admite que ele é inevitável; no entanto, busca se sentir melhor racionalizando que essa perda terá para a criança a família que ele tem esperado até então:

Eu acho que por mais que a gente sofra, porque a gente sofre mesmo, mas a gente fica feliz em saber que ele tem uma família, eu sofro até hoje pelo FT...ele era muito apegado a mim (Regina).

Figura 16 Robin desenha a ele. Sua família.



mãe (acolhedora), o "irmão" e

Ao mesmo tempo, Júlia admite não ter medo de amar sem reservas, e por isso sofre e tem saudades. Ela também declara que para sofrer menos racionaliza e prefere pensar que a separação trará o ganho de uma família permanente para a criança:

...eu sofro, mas eu entendo, eu tenho saudade, mas eu, na mesma hora vem na minha cabeça...ora vai ser melhor pra eles, vão ter uma família legítima, porque a gente não é a família legítima. Ai quando eu penso assim eu sofro menos, porque eu penso assim que eles agora estão na família deles, porque a minha não é família deles...que vai ter um estudo bom...até ameniza a dor (Julia).

No entanto, por mais que se racionalize que a separação trará o ganho de uma família permanente para a criança, a consequência natural disso será a perda de um membro da família para a mãe acolhedora, que como já foi dito por Renata anteriormente, perde nesse momento um filho.

Portanto, o sofrimento em alguns casos é tão intenso que parece dificultar o processo de luto com a não aceitação da perda. Assim aconteceu com Isabella quando uma das crianças que cuidou, foi adotada e isso

a levou a uma tentativa frustrada de reaver essa
criança:

A mulher disse: não, a minha filha eu não dou por nada desse mundo...eu digo então pronto, agora perdi minhas esperanças mesmo. Mas eu me apeguei demais...o que eu batalhei, lutei, lutei, mas não consegui nada...a gente se apega demais. Quando ela saiu de mim foi mesmo que tirar um pedaço de mim...eu era louca, desesperada, eu chorava...sabe como eu chorava noite e dia apegada com a roupa dela (Isabella).

A busca do ente querido perdido faz parte do processo natural do luto (SHAND, 1961) e é considerado por Bowlby (1993) como a segunda fase do luto normal. Essa busca pode acontecer de várias maneiras, como buscando sempre o rosto da pessoa perdida na multidão, ou imaginado como estaria crescendo no caso de filhos perdidos ainda bebês, como é o caso de mulheres que entregam os filhos para adoção (MOTTA, 2001). Porém, no caso de Isabella ela respondeu à necessidade de forma concreta indo até o endereço onde a criança estava e pedindo literalmente a criança de volta.

Como toda relação afetiva é recíproca (NERY, 2003; CAMPOS, 2005), da mesma forma Isabella denota em seu relato que a experiência da separação é extremamente dolorosa também para a criança. Ela pôde comprovar isso quando uma das crianças que cuidou, e que veio depois a adotar, foi separada dela por 3 dias:

A nega era doida pela gente. Uma vez tiraram ela de mim...[ela] chorou 3 dias e 3 noites, e nem comia e nem dormia chamando mamãe, mamãe...ai me chamaram e eu levei de volta. Enquanto isso eu chorava como uma desesperada, ainda pegava a roupa da menina, passava a noite com a roupa dentro da rede chorando...a gente se apega mesmo (Isabella).

Portanto, não importa que mecanismo de enfrentamento seja utilizado para lidar com o momento da separação, pois o apego dado pela relação, e por conseqüente, o sofrimento experienciado com a

separação e a vivência de luto não deixam de acontecer. Mesmo apesar de toda instrução que se recebe ao se inscrever para o programa, e toda racionalização que acontece a partir daí:

É difícil mesmo. A gente quando se inscreveu foram logo explicando: olha, as crianças não são de vocês, vocês não podem se apegar muito, porque um dia vão sair da casa de vocês e vocês vão sofrer, as crianças vão sofrer também. Ai tá tudo bem. Eu levei naquele pensamento: não é meu, não vou me apegar. Mas o que? Quando passa assim uma semana, ou mesmo 4 ou 5 dias a coisa vira ao contrário, e a gente se apegou muito mais que aos da gente mesmo (Júlia).

Assim, a relação acontece e o vínculo se estabelece independente da compreensão de que se está se apegando a alguém que partirá mais cedo ou mais tarde. Da mesma forma, a perda é sofrida mesmo se tendo o entendimento de que não se pode reter o que não é seu.

Nesse sentido, Renata compartilha a dor que experienciou ao se separar de uma criança que retornou para a mãe biológica, e mesmo admitindo a compreensão racional do fato que esta seria um movimento natural e esperado como consequência de seu trabalho, não consegue lidar com o sofrimento, percebendo uma incongruência entre razão e emoção:

E até hoje não perdôo porque tiraram a menina de mim,..., apesar de ter ido pra mãe, mas eu achava que era minha e pronto, não perdoei até hoje... A gente fica com mágoa como se eles tivessem tirado um pedacinho da gente. Porque a gente sabe. Mas tem criança que você se apegou de um jeito que você não consegue assim...ter essa diferença: não é minha. Ao contrário, você [pensa]...ela é minha, porque tiraram, não fui eu que cuidei? Muito bonito, depois de grande, a menina já está falando, já sabe fazer tudo, aí vem a mãe e tira de mim. Que mãe é essa? Ela não tem direito não. Quem tinha direito era eu...eu tenho que tirar isso da minha cabeça, mas ainda não consegui (Renata).

Assim, Renata ao mesmo tempo em que admite sua dor da perda e fala das razões de sua emoção, percebe racionalmente que é algo que não deveria sentir. Nesse sentido, esse parece ser um luto que sua vivência não encontra respaldo na razão, é o que alguns

autores definem como luto não franqueado. Este é conceituado por Doka (1989) como sendo aquele que as pessoas vivem quando a perda não pode ser assumida ou demonstrada publicamente, pois a pessoa enlutada não tem adquirido e reconhecido socialmente o papel e o direito de luto. Isso acontece muito comumente em perdas decorrentes de abortos provocados, mães que entregam os filhos para adoção, perdas de animais de estimação, perda de parceiros extraconjugais, entre outros. Para Pine (1989) o luto não franqueado é experienciado geralmente por 3 tipos de pessoas: 1. por aqueles que não tem suas relações com o objeto da perda reconhecidos e legitimados pela sociedade; 2. pelas pessoas que tiveram uma perda que não é estabelecida pelas normas da sociedade; 3. as pessoas cujo enlutamento é questionado pelas características da situação em si, como é o caso das mães que entregam seus filhos para adoção.

No caso das mães acolhedoras o luto é não franqueado, pois de acordo com as normas elas não devem se apegar às crianças, portanto na hora em que elas experienciam a dor, esta não encontra respaldo não somente nos profissionais do programa, mas também na sociedade como um todo. Pois, não faz parte da sua função se apegar, daí seu choro de luto não encontra consolo, e como Renata deixa claro deve ser esquecido.

Porém, o luto não franqueado deixa marcas, pois já que não é permitido seu externamento não é vivenciado como deveria, e não é de admirar que algumas mães acolhedoras falem de algumas crianças

como se não houvessem fechado ainda seus lutos.

Como deixa claro Motta (2001:102):

Nos casos de luto não franqueado, não há rituais sociais estabelecidos. Portanto, a pessoa está apartada de muitos fatores que poderiam facilitar a superação da perda...[Assim], não há limite do luto, do prantear a perda, porque nem mesmo sua existência foi registrada.

Dessa forma, o sofrimento fará sempre parte desse tipo de relação por ser essa fundamentada em caráter provisório restando assim a aceitação. E é isso que observa mais uma vez Isabella:

Apesar de quando tirarem eles a gente sofre um pouco, mas é o jeito que tem, que não são mesmo da gente, mas na hora que quiser levar...a gente sente um bocado, sofre mas é o jeito (Isabella).

No entanto, apesar de todo sofrimento, a aceitação da perda é algo imprescindível para que se possa concluir o trabalho de luto de maneira adequada. Como afirma Freud (1917:277) “é notável que esse penoso desprazer seja aceito por nós como algo natural”. Assim, segundo Bowlby (1993) após as primeiras fases do luto normal, já citadas nesse trabalho, se faz necessário certo nível de desorganização e desespero para que a aceitação da perda aconteça e o processo de enlutamento seja concluído a contento. Dessa forma, conclui Motta (2001:94):

Uma fase de certo desespero e desorganização é necessária, pois ela [pessoa enlutada] só conseguirá aceitar e reconhecer gradualmente que a perda é permanente e que sua vida deve ser reconstituída se lhe for possível tolerar o abatimento, a busca mais ou menos consciente, o exame aparentemente interminável de como e por que a perda ocorreu e a raiva em relação a qualquer pessoa que possa ter sido responsável...

Nesse entendimento, Isabella tenta lidar com a situação aceitando que essa é uma relação que inicia com a certeza do fim, e dessa forma diz não evitar o apego, mas aceita o sofrimento como algo natural que passará:

A gente se apega, né? Mas a gente se apega sabendo que eles não são...não vivem com a gente para sempre. Se apegar a gente se apega mesmo. Por exemplo os meus que eu peguei já eram grandes e eu me apeguei demais...com amor e carinho até o dia que Deus quiser, o dia que quiserem tirar ele, pronto eu fico só com a vontade. Porque eu sei que não é meu mesmo, na hora que quiserem levar pode levar, a gente sente, mas passa (Isabella).

A partir do momento em que a aceitação acontece, é sinal que o processo de luto está para se concluir, e para isso é imprescindível que haja então a introjeção do objeto e por fim o desinvestimento que segundo Freud (1917) fará o ego se sentir novamente livre.

Introjeção é um mecanismo de defesa que “consiste na assimilação, por parte do sujeito, de atributos ou qualidades de um determinado objeto exterior” (KUSNETZOFF, 1982:215). Assim, o objeto perdido é trazido internamente pelo enlutado, e a relação que não existe mais “para mim”, na introjeção ela começa a existir “em mim”, e daí cria-se uma representação mental do objeto perdido. Ao comentar sobre o conceito de introjeção no processo de luto, Melo Filho (1988:38) afirma que:

...durante o luto há uma introjeção do objeto dentro do Ego – e conseqüente identificação com o objeto perdido – que tem a finalidade de manter um estreito contato com o mesmo durante o período necessário para a aceitação da perda e a realização do luto normal.

Dessa forma, a relação é internalizada e assim eternizada, ou seja, mesmo partindo as crianças ficam na memória e nos sentimentos das mães acolhedoras, elas ficam nas mães mesmo não estando mais com elas. Em relação a esse processo Júlia relata:

Aquela relação que a gente teve entre a gente e aquela criança não se acaba nunca da mente da gente, da minha pelo menos não sai não, eu me lembro de todas as crianças que passaram nesses 20 anos na minha casa, e eu guardo essa lembrança, essa relação dentro de mim e com muito amor, muito carinho...É uma relação que a gente nunca esquece, pode passar o tempo que for...quer dizer é uma relação tão forte, que eles vão embora, mas a lembrança fica, o pior da relação é essa, a falta (Júlia).

Isabella ressalta esse sentimento de Júlia quando ao falar do caráter inerente e impositivo da separação lembra que o que fica então da relação é a memória dela:

Na hora que querem tirar, levam e a gente fica só na vontade. Levam e a gente fica só na lembrança daquele amor, daquele aconchego, que a gente teve com eles e eles com a gente (Isabella).

Por tudo isso, a mãe acolhedora deve ser uma pessoa emocionalmente estável, com padrão de apego seguro, para poder superar a vivência de tantas perdas, e por conseqüente, tantos lutos.

Assim, Renata ressalta como condições necessárias para o bom desempenho da função a importância da maturidade emocional da mãe em conjunto com uma vivência familiar harmônica:

Antes de tudo você tem que estar preparada, ter muita garra...psicologicamente...se você tiver muitos problemas em casa, com a família você não entra, se você vai dizer que está ajudando aquela criança vai prejudicar mais ainda, então você tem que ter uma família muito bem estruturada, não assim financeiramente...em termos de ter...harmonia (Renata).

5.4 Uma relação transformadora – os ganhos do cuidar

A relação mãe-filho que se estabelece na família acolhedora é compreendida a partir de um binômio cuidador – cuidado. Dessa forma, parte-se do pressuposto que essa é uma relação onde há um provedor, alguém que fornece algo e um outro que recebe o que está sendo fornecido. Isto é, que “na relação mãe-filho, a mãe é o parceiro ativo e dominante. A criança, pelo menos no início, é a receptora passiva” (SPITZ, 1993:153). Nesse sentido o ganho parece acontecer unilateralmente por parte de quem está sendo cuidado. E isso fica claro no discurso de Regina que

ressalta a importância de sua presença na vida da criança que cuida para que ele se tornasse quem é:

Embora que ele tenha passado sem mãe, ele encontrou uma mãe, como todo mundo sabe quem era ele aqui, e hoje ele tem outra vida... (Regina).

Renata, por sua vez, percebe que um dos aspectos positivos da relação é acompanhar os ganhos que as crianças adquirem ao longo do tempo:

O lado bom é aquele que você vê a criança crescer, amadurecer, aprender com você... (Renata).

No entanto, os ganhos avaliados na relação com a criança cuidada vão além do acompanhar resultados positivos. Pois, essa é uma relação que é percebida pelas mães como fonte de aprendizagem e produtora de mudanças, onde não só as crianças ganham, mas também as mães são transformadas através do convívio com essas crianças. Assim, “os cuidados maternos com uma criança não se prestam a um rodízio; trata-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho” (BOWLBY, 2002:69).

Nesse sentido, Renata percebe a mudança que esse trabalho provocou nos seus conceitos em relação ao próprio cuidado e maternidade. Onde antes se percebia perfeita como mãe e cuidadora, e depois que começou esse trabalho compreendeu que em condições mais complexas esse cuidar pode não ser tão fácil de controlar. Assim, Renata agora se percebe olhando para as situações de uma forma mais madura:

Eu mudei muito depois desse trabalho de mãe substituta...eu não me preocupava muito assim não, eu achava que era perfeita sabe? A minha criação era certa, os meus filhos eram assim, não fazia isso...ai quando essas crianças começaram a vir pra minha casa pra mim cuidar, ai eu vi que...porque eu achava assim que só os meus estavam certos...ai quando eu ouvia: ai meu filho faz assim, ai eu pensava: não pode, os meus não fazem...ai a gente vai vendo que não é assim, então isso me amadureceu muito... (Renata).

Júlia também compreende que o trabalho de mãe acolhedora a tornou uma mãe mais madura e responsável:

Esse trabalho muda mesmo a gente porque com os filhos da gente, a gente tem responsabilidade né? Mas com os filhos dos outros a responsabilidade dobra, entendeu?...Então eu me tornei uma mãe mais responsável (Júlia).

As mães relatam que o lidar com crianças que experienciaram situações de risco gera nelas um novo olhar sobre as questões sociais e uma nova compreensão da realidade do outro, ampliando assim sua visão de mundo.

Dessa forma, Renata compreende que sua experiência com a criança abandonada gerou nela uma nova percepção da realidade geral de crianças que tem a mesma experiência, tornando-se assim mais solidária, e mais sensível a essa realidade. Renata deixa claro que isso acontece por imaginar que a criança que cuida como filho poderia estar hoje numa situação parecida:

...eu não sou mais aquela pessoa que só olha a minha volta, minha família, meus vizinhos, agora eu procuro ajudar as pessoas...de primeiro eu via uma criança pedindo esmola eu tinha medo...agora eu tento assim dar um sorriso...fazer sentir que ele é gente...porque ele podia ser a criança que eu cuido hoje, e é isso que faz com que a gente mude, e pra melhor com certeza (Renata).

Júlia também se percebe transformada a partir das relações que tem estabelecido com crianças advindas de realidades difíceis, fazendo com que ela se torne mais sensível à situação das crianças que vivem na rua. Assim como Renata, Júlia percebe que a compreensão de que isso possa acontecer a um dos seus é importante para esse tipo de atitude:

...a gente quando ver uma criança deitada no terminal, dormindo no chão com aqueles papelões, a gente imagina que podia ser fulano, podia ser beltrano, podia ser até um filho da gente mesmo. Quando o E foi embora lá de casa, todo mundo que eu via, eu só via o E deitado no chão, aí isso é triste. Então com essas crianças a gente aprende muita coisa. Quer dizer, se eu não cuidasse, se eu não soubesse do problema dessas crianças que a gente tem na casa da gente...(Renata).

Portanto, na relação com a criança cuidada, o cuidador também tem ganhos, no sentido de que essa experiência traz uma percepção mais ampla sobre o mundo e retira o sujeito dos limites de sua experiência pessoal, fazendo-o assim passar por uma aprendizagem de novos valores e conceitos. Renata denota esse entendimento quando em seu discurso afirma o seguinte:

Porque é assim, a gente vai tendo mais experiência de vida, a gente vai vendo que o mundo não é só aquilo, a gente pensa que é só ali, os filhos...a gente vai aprendendo com eles também, sabe? Coisas novas. Quando você cuida de uma criança dessas você vê que ainda tem muito que aprender, outras coisas que você achava que já sabia de tudo... (Renata).

Essa compreensão do ganho daquele que cuida ou ajuda o outro também é percebido por Godbout (1999) que ao explicar as questões que fundamentam a dádiva, ou o ato de prestar serviço ou bem a outro, deixa claro que “a dádiva tem *retornos*: a gratuidade que ela suscita, o reconhecimento, esse suplemento que circula e que não é incluído na conta são retorno importante pra quem dá” (p.115). Portanto, parece ser inerente em uma relação de cuidado seja ela mãe-filho, ou qualquer outra, a recompensa, mesmo que não material, que é gerada do próprio ato de cuidar.

5.4.1 O orgulho de ser mãe acolhedora – uma vivência do sentimento de realização

Ao falarem de seus sentimentos em relação ao trabalho realizado no programa de famílias acolhedoras as mães expressam seus sentimentos de realização experimentados através da vivência do cuidar, e por conseqüente dos resultados que esse cuidar gera na vida do outro.

Nesse sentido, Júlia denota sentimento de prazer e orgulho pelo trabalho que realiza no programa como mãe acolhedora, pois se sente vitoriosa ao ver o resultado positivo especialmente em crianças difíceis:

Eu me sinto orgulhosa de ser mãe substituta, é um trabalho que além de eu ter ajuda pra casa financeiramente, né? Eu to ajudando uma pessoa, eu to ajudando assim uma criança, por exemplo...terça-feira eu fiquei muito satisfeita quando a doutora [psicóloga] disse assim: D. Júlia o A tá liberado [da terapia]...aí pra mim mulher eu sinto...uma vitória. Porque era difícil essa criança era difícil. Mas, continua direitinho, com muita paciência pra cuidar dos filhos dos outros (Júlia).

O caso de que Júlia está falando é de uma criança que foi para casa dela por apresentar dificuldade em estabelecer vínculos e por isso ter rejeitado duas famílias que quiseram adotá-lo. Assim, a criança foi para casa de Júlia para desenvolver melhor a socialização e o estabelecimento de vínculo. Ao mesmo tempo, a criança estava em terapia para trabalhar essas dificuldades. O sentimento de vitória que ela falava era em relação a alta da terapia que a criança recebeu, pois os 3 meses de estadia em sua casa teria acelerado o seu processo de socialização, não necessitando mais do processo terapêutico.

Regina também declara seu sentimento de vitória e orgulho pelo trabalho de bons resultados que vem desempenhando e que é possível ser identificado por todos na vida das crianças que cuida:

eu me sinto orgulhosa, me sinto bastante orgulhosa, e olho assim pra ele porque quem foi...aqui mesmo na creche dizem quem foi ele né? Ai eu me sinto feliz porque ele se

*pernas
está ai
me*



recuperou bem, ele caminhava e as eram muito fracas e recuperado, ai eu sinto vitoriosa, né? (Regina).

Figura 17 Mãe – uma salvação para o amanhã” (Renata)

Isabella, por sua vez, denota orgulho pela formação e cuidado que dedicou às crianças que cuidou e adotou com intuito de que elas sejam felizes e prósperas:

eu tenho orgulho de falar sobre isso, foi umas pessoas que eu criei, não foram minhas filhas, mas eu criei com todo amor e carinho, do jeito que eu pude, e eu quero que elas sejam umas pessoas importantes na vida (Isabella).

Renata ainda ressalta que apesar de todas as dificuldades do trabalho em si, e da relação com o governo não ser boa, ela ainda acredita que vale a pena, pois o resultado de seu trabalho supera todos os obstáculos:

Pra mim é muito difícil, mas é gratificante, é difícil, mas vale a pena. Não é um trabalho em vão, é uma coisa que você vê o resultado, em relação às crianças que eu to te falando. Infelizmente, o governo não...em relação assim ao governo a gente tem só decepção. Mas em relação às crianças vale a pena, é muito válido, e eu não me arrependo. Continuará com o mesmo trabalho (Renata).

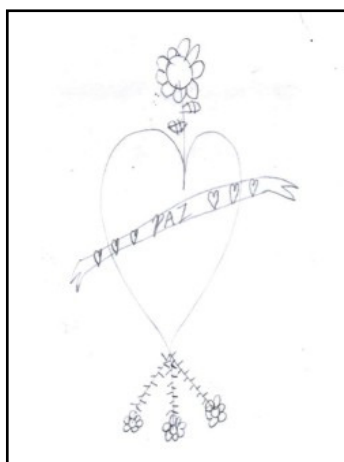


Figura 18 “Aqui é um coração, um coração cheio de paz, muita harmonia e muito amor. Esse é o coração de todos nós” (Robin)

Dessa forma, os resultados percebidos por seu trabalho permitem à mãe acolhedora a sensação de satisfação e orgulho, e isso parece superar todas as dificuldades inerentes a ele. Para Bowlby (2002) a mulher desenvolverá intensa satisfação no seu cuidar materno ao perceber que o crescimento e desenvolvimento do filho foram possibilitados por seus cuidados.

Daí o mesmo autor acredita que uma criança só poderá se desenvolver de forma saudável no seio de uma família, pois não há uma relação onde haja tanta gratuidade no cuidar. Mesmo não sendo a família em questão considerada ideal. Assim Bowlby afirma que “as crianças se desenvolvem melhor em maus lares do que em boas instituições e estabelecem, de forma aparentemente explicável, uma forte ligação com maus pais” (2002:70).

Assim, podemos compreender melhor quando Batman relata que tem o desejo de reencontrar sua mãe biológica mesmo tendo o conhecimento de que ele foi retirado dos cuidados dela devido a maus tratos, e que ela tem outros filhos que cuida enquanto ele se sente abandonado e rejeitado:

Mas o que eu quero mesmo é sair daqui e encontrar minha mãe mesmo... Eu queria conhecer minha mãe... Me tiraram dos braços dela, as pessoas me viram lá e deram parte, ela não tinha condições de me criar, me viram ela me maltratando, aí ligaram... Uma hora dessas ela tá lá olhando pra vida dela, olhando pros filhos dela, será que ela lembra de mim? Não (Batman).

6 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO

Acredito que baseada na minha trajetória pessoal de vinculações e perdas importantes tenho tentado compreender como as pessoas se ligam às outras e, mais importante que isso, o que acontece quando as ligações são desfeitas e se podemos reparar de alguma forma seus efeitos. Penso sempre naqueles que não tiveram controle sobre seus vínculos e seus sofrimentos arrastados durante toda a vida.

Percebo o quanto essas questões são importantes para a saúde não só do indivíduo, mas também da sociedade, e como profissional de saúde fico sempre na minha onipotência intelectual achando que posso fazer alguma coisa, que posso contribuir de alguma forma. Dessa forma, decidi sair da fundamentação da experiência pessoal e busquei a ciência como método de resposta para meus questionamentos.

Nesse sentido, fui construindo um novo saber a partir das falas das mães acolhedoras, dos desenhos das crianças que sofrem por não terem um vínculo permanente e seus significados, e das conclusões de autores reconhecidos que fundamentam teoricamente os achados desse estudo. Assim, a partir dessa construção foi se formando um novo conhecimento sobre esse assunto que, no intuito de compreender a saúde mental fundamentada na formação de vínculos, reconhece uma outra forma de lidar com a situação de perda. Como consequência, aponta um novo fazer político, mais efetivo que o atual, para os que se encontram nessa situação, e assim, para a sociedade.

Durante esse percurso de construção do saber, tive a compreensão que não acontece vínculo sem afetividade. Essa é sempre uma pergunta que surge quando se fala em uma “mãe” que recebe dinheiro pelos cuidados prestados. “Não fica uma relação mecânica, só pelo dinheiro?” Descobri que não. Os discursos das mães em relação às crianças são ressaltados de emoção e afetividade. O cuidado gera afeto, e assim elas sempre falam de crianças que cuidaram e do grande amor que essa relação despertou nelas, levando algumas à adoção, como é o caso de Isabella. Ainda sem adotar judicialmente, todas contam histórias de crianças que ficam ou ficaram com elas além das fronteiras da lei. Pois, apesar do dinheiro ser muito importante para complementar a renda delas, chegam a ficar com as crianças em casa mesmo depois delas serem desligadas do programa, como é o caso dos adolescentes com necessidades especiais cuidados por Isabella e Regina. As crianças que chegam necessitadas de cuidado intenso recebem dedicação e afeto, e isso vai além do que é pago a elas. E nesse sentido as crianças correspondem e

reconhecem o cuidado dispensado ressaltando a importância das mães acolhedoras nas suas vidas chamando-as de “minha mãe”.

Dessa forma, compreende-se que a relação que se estabelece através do cuidado produz afeto e isto é necessário para que seja efetiva. Assim, ela terá efeitos terapêuticos, isto é, curativos. É interessante que a equipe técnica sempre orienta as mães a não se apegarem muito, para não sofrerem na hora da separação. E isso é pregado por alguns autores que acreditam ser importante se ter um certo distanciamento na relação. No entanto, percebi que isso na prática não acontece e que não há vínculo sem amor. As mães deixam claro que elas amam na hora de amar e na hora de separar elas colocam em prática seus mecanismos de enfrentamento para lidar com a dor e com o sofrimento da perda.

O amor é então o sentimento que fundamenta a maternidade substituta. E nas falas das mães, assim como das crianças é percebido o sentido de mãe como uma função e não como uma pessoa específica responsável pela gestação biológica. Assim, as crianças olham para a mãe acolhedora buscando o que não encontraram na relação objetal primária, e ao mesmo tempo transferem para a mesma suas rejeições e seus sentimentos de abandono resultantes da privação inicial. Isto é, ao mesmo tempo em que a relação com a mãe acolhedora é uma relação que provoca uma esperança de transformação, ela traz na sua essência a memória e a possível repetição do que ocorreu no vínculo inicial.

O papel de mãe se fundamenta no ato de cuidar. Isso é confirmado no testemunho das mães que acreditam que o grande cuidado exigido pelas crianças do programa faz com que elas se dediquem mais a eles e, por conseqüente, se apeguem mais a eles que a seus próprios filhos. Nesse sentido, as mães relatam que devido a grande necessidade trazida pelas crianças do programa elas se percebem mais queridas e mais valorizadas por eles que por seus próprios filhos, ou seja, sua função faz sentido para essa relação e assim sentem-se mais gratificadas com o amor da criança acolhida e respondem a esse sentimento com seu amor e dedicação.

Contudo, mesmo fundamentada em sentimentos de afetos, como toda relação, a relação mãe-filho substituta enfrenta dificuldades. E o tema da adoção é uma das dificuldades mais comuns, pois a criança que deseja uma relação estável e vive com a mãe acolhedora um vínculo afetivo tende a esperar que essa o adote. Porém, para as mães a situação não é tão simples assim, senão elas adotariam todos a quem se afeiçoam como nos lembra Júlia, e isso se tornaria impossível considerando suas condições financeiras. Afinal, o pagamento é uma das razões pelas quais elas realizam esse trabalho. Mesmo assim, algumas adotam e outras “ficam” além do que lhe é pago. E quando elas não o fazem racionalizam justificando que é melhor para as crianças assim.

Outra questão importante que se levanta nesse tipo de relação é o como lidar com as conseqüências do abandono e os comportamentos advindos da adolescência. Percebo que há uma dificuldade de colocar limites devido a um entendimento de que porque a criança já sofreu muito não se pode ser muito enérgico ao chamar a atenção quando se faz algo errado porque pode gerar problemas. Assim, compreende-se que o modo de lidar deve ser diferente do empregado a uma criança que não sofreu rejeição e/ou maus tratos, e por isso elas percebem a necessidade de um acompanhamento psicológico não somente no início, quando a relação se estabelece, mas durante alguns períodos mais críticos como a adolescência. Agregado a psicoterapia, parece ser importante atividades lúdicas e/ou de aprendizagem como cursos profissionalizantes para ocupar melhor o tempo do adolescente.

A relação com a instituição deveria ser algo que fundamentasse o trabalho da mãe acolhedora e da relação estabelecida com a criança. Fazendo da mãe sua aliada, a instituição teria um serviço mais responsável e motivado. No entanto, percebo que algumas atitudes da instituição em relação ao tratamento dispensado às famílias acolhedoras têm dificultado o trabalho e interferido na relação da criança com a família.

Entre todas as dificuldades citadas como inerentes à relação, a separação é aquela considerada por todas como a mais dolorosa. Percebo que não se trata apenas do sofrimento de uma separação de alguém que se gosta. Elas percebem as

crianças como seus filhos. Elas cuidam, ensinam as primeiras palavras, a darem os primeiros passos, tratam das doenças, fazem tudo o que uma mãe faz e por isso se consideram mães. Por isso quando chega o dia da separação a dor que é experimentada é a de uma mãe que está perdendo seu filho. E isso não é simples, pois quando uma mãe perde um filho nada mais justo que ela viva seu luto, porém nessa situação específica esse direito não lhe é dado. Assim, elas vivem o luto não franqueado, a dor de quem perdeu, mas não pode se manifestar como tal, pois não se podia considerar o que foi perdido como seu. Dessa forma, há muitas vezes um luto mal vivido, sem a vivência de rituais podendo até resultar em sentimentos de melancolia e depressão. Da mesma forma, as crianças demonstram apego e sofrimento nos momentos de separação e resistem à separação principalmente se sabem que vão retornar para a situação de abrigo. No entanto, quando a saída do lar acolhedor significa o ganho de uma situação familiar estável, seja ela por retorno a família de origem ou a ida a uma família adotiva, essa transição é bem mais tranqüila, mesmo que ainda com dor.

Acredito então que para um trabalho mais efetivo deveria se trabalhar na orientação dessas mães e dessas crianças na compreensão desse luto e na vivência terapêutica deles para que esse momento de transição e separação seja vivido por eles de forma menos traumática. Isto é, é importante entender que essa é uma relação afetiva onde se vive um envolvimento profundo e que sua separação é experienciada com dor e sofrimento, por isso a necessidade muitas vezes de acompanhamento psicológico para as partes envolvidas.

Contudo, apesar de todas as dificuldades a relação é percebida como uma relação de ganhos para ambos, criança e mãe. As crianças desenham as mães acolhedoras como suas mães e demonstram seu afeto e seu agradecimento pelo cuidado dispensado. Enquanto as mães se percebem pessoas melhores, mais responsáveis, e mais sensíveis às questões sociais. Tudo isso dá um retorno ao trabalho realizado e faz com que elas sintam prazer e satisfação na função de cuidadora e, por conseguinte, desejem permanecer na mesma.

Assim, posso dizer com Moreno, criador do Psicodrama, que “o homem adoece e se cura na relação”. Percebo que todos esses achados nos levam a um

emaranhado de vínculos que quando quebrados ou perdidos são geradores de doença e que quando criados e estabelecidos levam à saúde. Infelizmente, meu sentimento de onipotência profissional e obsessão por cura, que são muito característicos do profissional de saúde, não me garantem evitar a perda ou a quebra de um vínculo, ou de fazer com que nenhuma criança seja rejeitada, negligenciada ou passe pela dor da perda de sua mãe. Porém, me alivio com a idéia que algo pode ser feito. Agora posso afirmar, não mais fundamentada somente em minha prática profissional, mas também com base na experimentação científica, que vínculos substitutos, mesmo que provisórios podem diminuir o sofrer psíquico e suas seqüelas para a saúde mental de crianças que vivenciaram privação materna.

Diante de tudo isso, percebo os benefícios que esse sistema propicia àqueles que dele participa. Ao mesmo tempo, esse programa responde a princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma especial ao direito à convivência familiar e comunitária. Porém, hoje no Ceará essa modalidade de cuidado tem perdido o vigor. O que foi um dia foi considerado uma das três experiências mais exitosas do país com mais de 20 mães acolhedoras, parece hoje repensar seu sentido. Não é um problema legal, pois a lei foi criada e o ECA é um verdadeiro avanço em termos jurídicos. O que precisa acontecer é o incentivo financeiro e estrutural para que a legislação seja efetivada. Pois, fazer valer o direito à convivência familiar significa trabalhar em prol da saúde mental de crianças abandonadas e em situação de risco. É claro que esse direito deve ser buscado em primeiro lugar na família de origem, e somente depois de todas as possibilidades esgotadas com os pais biológicos e família estendida se pensará em família substituta. É importante ressaltar que a família substituta buscada será a do tipo permanente através de adoção legal. Nesse sentido, família acolhedora terá a função de garantir o direito à convivência familiar, e conseqüentemente, à saúde mental da criança enquanto ela espera definição de sua situação. Isto significa que esse tipo de programa não é o começo nem o fim de tudo, pois o ideal sempre seria que não houvesse privação materna e que pudéssemos evitar o fracasso familiar (BOWLBY, 2002). Porém, ele pode ser trabalhado como uma forma de garantir saúde em meio a tantas indicações de doença e funcionar no sentido da redução de danos. Para que isso aconteça no Ceará, o programa necessita hoje de um novo

vigor, uma reestruturação e uma reorganização interna, especialmente no que diz respeito ao lidar com a família acolhedora, para que volte a funcionar a contento.

Finalizo esse trabalho com o sentimento de ter alcançado meu objetivo de compreender os vínculos que se estabelecem em uma relação de maternidade substituta provisória e de como essa pode produzir saúde. No entanto acredito que apenas começo um novo percurso de busca de saber, e por isso percebo que esse trabalho abre a partir de agora um leque de possibilidades de novos estudos sobre esse assunto, pois está sujeito a críticas e a novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. **Estudo associa vida em orfanato a maior risco de problema psiquiátrico.** UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Escola de Medicina. São Paulo, jan. 2001. Disponível na World Wide Web: <<http://www.unifesp.br/comunicacao/jpta/ed151/pesqui8.htm> >Acesso em: 30. Nov. 2004.

AINSWORTH, M.D.S., BLEHAR, M., E., & WALL, S. **Patterns of attachment.** Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1978.

ALBUQUERQUE, M. W.; FONTENELE, S. Manual do Projeto Lar Substituto. **Criança institucionalizada:** desinternar é o primeiro passo... Fortaleza, 1985. 85p.

ARIES, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. RJ: LTC, 1981.

AYMARD, M. **Amizade e convivialidade**. In: CHARTIER, R. História da vida privada. Vol. 3, São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARTH, R. Institutions vs. Foster Homes: **The empirical basis for the second century of debate**. University of North Carolina, School of Social Work, Jordan Institute for Families, 2002.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1984.

BECKER, M. J. A. **ruptura dos vínculos**: quando a tragédia acontece. In: KALoustIAN, S.M (Org.). *Família brasileira*: a base de tudo. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

BOEDING, C. ; MCMANIS, Ed. **The love disorder**. Lakewood, CO: Passages Press, 1998.

BOWLBY, J. **Attachment and loss**. Vol. 3: Loss, sadness and depression. New York: Basic Books, 1980.

_____. **Perda**: tristeza e depressão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAMPOS, E. P. **Quem cuida do cuidador**: uma proposta para os profissionais da saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CAMPOS, G.W. S. **Saúde paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAPRARA, A; VERAS, M.S.C. **Hermenêutica e narrativa**: a experiência de mães de crianças com epidermólise bolhosa congênita. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, 131-146, set.2004/fev.2005.

CARREIRÃO, U.L. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: IPEA; UNICEF; Conanda; SEDH (Org.). **Relatório do**

levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes cadastrados na Rede SAC. Brasília, v.01, 303-323, 2005.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar.** RJ: Graal, 1989.

DIDONET, V. Representação da criança na sociedade brasileira. In: **Infância e desenvolvimento:** propostas e desafios. Brasília:IPEA.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.06 de 13.07.90.

ERIKSON, E.H. **Childhood and society.** New York: Norton,1950.

ESPINOSA, A.F. **Guias práticos de enfermagem:** Psiquiatria. RJ: McGraw-Hill, 1998.

FADIMAN, J.; FRAGER, Robert. **Teorias da personalidade.** São Paulo: Harbra, 1986.

FERREIRA, S. **Imaginação e linguagem no desenho da criança.** São Paulo: Papirus,1998.

FESTINGER, T. **No one ever asked us...**A postscript to foster care. New York: Columbia University Press, 1983.

FILHO, J. de M. **Concepção psicossomática:** 5.ed. visão atual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

FONSECA, J. **Psicoterapia da relação:** elementos de psicodrama contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Agora, 2000.

FREUD, A. **O ego e seus mecanismos de defesa.** Rio de Janeiro: Universidade Popular, 1968.

FREUD, S. **Psicopatologia da vida cotidiana.** Edição Standart, vol. VI, 1901.

_____. **An outline of psychoanalysis.** New York: Norton, 1949.

_____. **Obras completas.** Edição Standart, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969

GEANELLOS, R. **Hermeneutic Philosophy.** Part I: implications of its use as

methodology in interpretive nursing research. *Nurs. Inq.* Melbourne, v.5, 154-163, 1998.

_____. **Exploring Ricœur's hermeneutic theory of interpretation as a method for analyzing research texts.** *Nurs. Inq.*, v.7, 112-119, 2000.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HARLOW, H.F.; ZIMMERMAN, R. **Affectional responses in the infant monkey.** *Science*, 130, 421-432, 1959.

IPEA/DISOC. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC.** 2003.

JONES, M.A.; MOSES, B. **West Virginia's former foster children:** Their experiences in care and their lives as young adults. New York: Child Welfare League of América, 1984.

KALoustIAN, S. M. (org.). **Família brasileira:** a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

KUSNETZOFF, J. C. **Introdução à psicologia psicanalítica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEOPARDI, M.T. (Org.). **Metodologia da pesquisa na saúde.** Santa Maria: Palloti, 2001.

MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, E.; SZYMANSKY, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estud.Psicol.** (Natal), vol.9, n.1, 177-187, jan./abr. 2004. ISSN 1413294X.

MCADAMS, D.P. **Intimacy:** The need to be close. New York: Doubleday, 1989.

MENEZES, V. M. Q. de. **Gestação adotivas nas famílias substitutas**. 1997. 62 f. Monografia (Especialização em Terapia Familiar) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

MERHY, E.E. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde**: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. Disponível em: <http://www.hc.ufmg.br/gids/perda.doc>. Acesso em: 20.12.2005

MESGRAVIS, L. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. **Revista de História**, III (103), 401-423, 1976.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ ABRASCO, 1992.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

NERY, M. da P. **Vínculo e afetividade**: caminhos das relações humanas. São Paulo: Ágora, 2003.

ORLANDI, O. **Teoria e prática do amor à criança**: introdução à pediatria social no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PERROT, M. Figuras e papéis. In: **História da Vida Privada**. São Paulo: Cia das Letras, vol. 4, 1992.

PINE, V.R. Death, loss and disenfranchised grief. In: Doka, K.J. (Org). **Disenfranchised Grief: recognizing hidden sorrow**. New York: Lexington Books, 1989.

RIBEIRO, E. L.; TANAKA, O. Y. **Problemas de saúde mental das crianças: abordagem na atenção básica**. São Paulo: Annablume, 2005.

RICOUER, P. **From text to action: essays in hermeneutics II**. London: The Athlone Press, 1991.

_____. **Hermeneutics and the human sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Narratividade, fenomenologia y hermenêutica**. Análisi, 25, 189-207, 2000.

RIVEÈRE, E. P. **Teoria do vínculo**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROTHBARD, J.C.; SHAVER, P.R. Continuity of attachment across the life span. In M.B. Sperling; N.H. Berman (Eds.), **Attachment in adults: clinical and developmental perspectives**. New York: Guilford, 32-40, 1994.

SANTOS, A. M. et al. **Linhas de tensões no processo de acolhimento das equipes de saúde bucal do programa saúde da família**. Feira de Santana, Bahia:[s.n], [s.d].

SENADO FEDERAL. **Código de menores**. 2 ed. Brasília: Senado, 1984.

SHAND, A.F. **The foundations of character**. 2.ed. London: McMillan, 1961.

SHANG, X., LIU, Z., CHENG, J. **Children in institutions and other forms of alternative care in China**. Beijing Normal University, 2001.

SILVA, K.L. ET AL. Influência das necessidades psicossociais na saúde mental das crianças. **Online Brazilian Journal of Nursing** (OBJN – ISSN 1676-4285) Dez, 3(3). Disponível em: www.uff.br/nepae/objn303silvaketal.htm. Acesso: 20/12/2005.

SILVA, R.S. A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. In: IPEA; UNICEF; Conanda; SEDH (Org.). **Relatório do levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes cadastrados na Rede SAC**. Brasília, v.01,

287-302, 2005.

SODRÉ, O. **Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social**. Psicologia USP, 15 (3), 55-80, 2004.

SOUZA, S. V., CAMARGO, D. e BULGACOV, Y. L. M. Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. **Psicol. estud.** jan./jun. 2003, vol.8, no.1, p.101-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em : 19/10/2005.

SPITZ, R. An **Inquiry into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood**. The Psychoanalytic Study of the Child, Vol. 1, 1945, 53-74.

_____. **O primeiro ano de vida**. 7. ed. São Paulo: 1993.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais da X Semana de Estudos sobre Problemas de Menores**. São Paulo: TJ, 1971.

TRINDADE, J.M.B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, vol. 19, n. 37, São Paulo, Set. 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Trabalhos científicos**: organização, redação e apresentação. 2. ed. revisada e ampliada. Fortaleza: EdUECE, 2005.

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

VONDRA, J.I., SHAW D.S., CHRISMAN, J., COHEN, L., SWEARINGER, E., OWENS, E.B. Attachment stability and emotional and behavioral regulation. **Development and Psychopathology**, 13, 13-33, 2001.

YOZO, R.Y.K. **100 jogos para grupos**: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Agora, 1996.

APÊNDICES

Apêndice I
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mães Acolhedoras

A pesquisa tem como foco a saúde mental de crianças residentes em famílias acolhedoras e como essa se estabelece através da experiência relacional nessa modalidade de abrigo. Tem assim o objetivo de **compreender as relações interpessoais dos profissionais e em especial das mães substitutas com as crianças na produção do vínculo com as mesmas, e como essa se dá na prevenção e promoção da saúde mental dessas crianças.**

Com esse intuito, estarei realizando com as mães acolhedoras um grupo focal que constará de 08 (oito) sessões, as quais se fazem imprescindível a presença em todas elas. É importante ressaltar que as sessões serão gravadas e filmadas.

É importante que o participante entenda que não será utilizado nenhum instrumento que possa vir a causar dor física ou psicológica, e que é dada a

liberdade para se recusar em participar do estudo a qualquer momento, bastando apenas que comunique a desistência ao pesquisador.

Todo anonimato é assegurado, isto é nenhuma identidade será revelada. O material gravado será transcrito por mim e todos os resultados serão analisados por mim e por minha orientadora. No final, os achados serão publicados em livros e/ou revistas, mas sempre se mantendo o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

Os benefícios dessa pesquisa poderão fomentar novas políticas de saúde pública integradas à área da assistência social. Dessa maneira, eu, Cinthia Mendonça Cavalcante, me coloco a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida. Tel. 31019826.

Solicito assim sua assinatura legível se desejar participar dessa pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de 200__

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice II
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Responsável Legal - Crianças/Adolescentes

A pesquisa tem como foco a saúde mental de crianças residentes em famílias acolhedoras e como essa se estabelece através da experiência relacional nessa modalidade de abrigo. Tem assim o objetivo de **compreender as relações interpessoais dos profissionais e em especial das mães substitutas com as crianças na produção do vínculo com as mesmas, e como essa se dá na prevenção e promoção da saúde mental dessas crianças.**

Com esse intuito, estarei realizando com as crianças/adolescentes residentes três sessões onde utilizarei a técnica do desenho para compreender a vivência do sujeito na experiência de ler acolhedor, em especial como tem se dado a relação com a mãe substituta. É importante ressaltar que as sessões serão gravadas.

É importante que o participante ou responsável entenda que não será utilizado nenhum instrumento que possa vir a causar dor física ou psicológica, e que é dada a liberdade para se recusar em participar do estudo a qualquer momento, bastando apenas que comunique a desistência ao pesquisador.

Todo anonimato é assegurado, isto é nenhuma identidade será revelada. O material gravado será transcrito por mim e todos os resultados serão analisados por mim e por minha orientadora. No final, os achados serão publicados em livros e/ou revistas, mas sempre se mantendo o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

Os benefícios dessa pesquisa poderão fomentar novas políticas de saúde pública integradas à área da assistência social. Dessa maneira, eu, Cinthia Mendonça Cavalcante, me coloco a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida. Tel. 31019826.

Solicito assim sua assinatura legível se desejar participar dessa pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de 200__.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

Apêndice III

TEMÁRIO

1ª Sessão: Apresentação do grupo e dos objetivos da pesquisa.

2ª e 3ª Sessão: Tema - A criança sem lar

4ª Sessão: Tema - Ser mãe acolhedora

5ª Sessão: Tema – A relação com a criança acolhida

Apêndice IV

DESENHO COM CRIANÇAS

URSINHO GUMMY – 5 ANOS

Pesquisadora: Eu gostaria que você fizesse um desenho pra mim, pode ser? O que você quer desenhar pra mim?

UG: Eu vou desenhar o Fortaleza (símbolo do time). Não é assim não, é assim. Eu vou desenhar uma bola, eu vou fazer uma bola.

Pesquisadora: Você sabe fazer o Ursinho Gummy (U.G)?

UG: Eu sei

Pesquisadora: Pois, faz o U.G pra eu ver.

UG: Não, eu não sei não.

Pesquisadora: Faz do jeito que você souber.

UG: Não, sei não.

Pesquisadora: E a família do I você sabe?

UG: Sei

Pesquisadora: Pois vamos fazer? Faz pra mim ver.

UG: É a minha mãe, esse é o óculos...a borboleta...eu ganhei uma bicicleta...vamos ver?

Pesquisadora: a gente vai já ver. Quando você terminar o desenha pra mim a gente vai ver a bicicleta, ta bom? E aqui quem é?

UG: É a Camila (filha da mãe acolhedora), aqui é o UG, aqui é a Cinderela, aqui é o Homem Aranha.

Pesquisadora: Quem mais?

UG: Vou fazer a Camila.

Pesquisadora: A Camila de novo?Você gosta da Camila?

UG: Gosto. Taí a mamãe, a Cinderela, a Camila. Taí ó, a Camila, a perna da Camila, o olho, e a mão.

Pesquisadora: Quem está perto da Camila?

UG: a Cinderela... É muito difícil.

Pesquisadora: E aqui quem é?

UG: A Camila e a Cinderela.

Pesquisadora: Tem mais gente nessa família?

UG: Tem o Homem Aranha, a mãe.

Pesquisadora: Pois desenha a mãe

UG: É o mais difícil a mãe. Ta aqui.

Pesquisadora: Tem mais alguém nessa família?

UG: A minha mãe

Pesquisadora: Pois desenha pra mim

UG: Pronto, ta aqui o óculos

Pesquisadora: Qual é a diferença dessa mãe pra outra mãe?

UG: Tem não

Pesquisadora: Como é o nome da sua mãe?

UG: Julia (mãe acolhedora)

Pesquisadora: Qual o nome da outra?

UG: Julia também.

Pesquisadora: Tu mora com as duas?

UG: Moro

Pesquisadora: Antes de morar com a tua mãe Julia tu morava aonde?

UG: Na minha casa, na outra com meu irmão com o Fernando e o André. Aqui é o Fernando, ele é grande, grande, e o outro também.

Pesquisadora: Qual a casa que tu gosta mais?

UG: Silêncio... Eu quero morar ... (silêncio).

Pesquisadora: O que mais você quer desenhar pra mim?

UG: Nada

OBS: Começou a bater o lápis na mesa com semblante triste e não quis desenhar mais.

HOMEM ARANHA – 10 ANOS, DEFICIENTE FÍSICO

Pesquisadora: Gostaria que você fizesse um desenho pra mim, ta bom? O que você gostaria de desenhar pra mim

HA: Vou desenhar a mãe.

Pesquisadora: Como é o nome dela?

HA: É Julia, mas eu chamo ela de tia.

Pesquisadora: Você quer desenhar alguma outra coisa pra mim?

HA: Eu.

Pesquisadora: Muito bem. Que mais?

HA: a Cinderela, o Ursinho Gummy e a Camila.

Pesquisadora: Que mais

HA: Só tem isso

Pesquisadora: Essa é a tua família agora, como era antes de vir pra cá?

HA: Não lembro, eu vim pra cá pequeno. Daqui eu vou trabalhar, estudar, arrumar um bom emprego. Vou ser trabalhador e jogador.

Pesquisadora: O que é que você gosta mais de desenhar?

HA: A mãe

Pesquisadora: Que mais?

HA: A Cinderela, o Ursinho Gummy, e a Camila. E eu gosto de escrever na escola.

Pesquisadora: E o que você gosta de escrever?

HA: Coisas do mundo. Sei não.

Pesquisadora: Mais alguma coisa?

J: Não. Não sei não

CINDERELA – 13 ANOS, SÍNDROME DE DOWN

Pesquisadora: Eu vou te pedir pra desenhar pra mim, ta bom? O que é que você gostaria de desenhar pra mim?

C: O HA, o UG, a mãe, e eu.

Pesquisadora: Você gosta de desenhar a família?

C: É.

Pesquisadora: Você quer desenhar a família pra mim?

C: Quero.

C: Essa é a mãe, esse é o UG, o HA ... aqui sou eu.

Pesquisadora: o que mais você gosta de desenhar?

B: O W, é meu amigo (filho da D. Julia), e a G (esposa do W). e aqui é tu. Também tem o E.

Pesquisadora: quem é a tua família aqui?

C: A tia, o HA, o UG, eu, o W, G, e T.

ROBIN – 20 ANOS

Pesquisadora: Eu gostaria que você fizesse um desenho pra mim, pode ser?

R: Certo, que desenho?

Pesquisadora: o que você gosta de desenhar?

R: Um coração.

Pesquisadora: Pois desenhe um coração pra mim

R: É porque eu estou meio nervoso.

Pesquisadora: Ta nervoso? Porque?

R: Porque eu estou sendo entrevistado, e eu fico com vergonha, meio encabulado, sem jeito.

Pesquisadora: Me explica teu desenho.

R: Aqui é um coração, um coração cheio de paz, muita harmonia e muito amor. Esse é o coração de todos nós.

Pesquisadora: Você pode desenhar a tua família pra mim?

R: Aqui é minha mãe, e meu irmão o D (filho da mãe acolhedora), ele é fã de rock, aqui sou eu quando eu era pequeno, meu cabelo era assim.

Pesquisadora: E você se desenhou quando era pequeno? Você lembra dessa época?

R: Eu tenho a minha história na minha carteira.

Pesquisadora: Foi você que escreveu sua história?

R: Não, no jornal, tudo eu guardo, tenho tudo guardadinho. Quando eu estiver precisando aí tá ali.

Pesquisadora: Como foi que tua história saiu no jornal?

P: Foi um anúncio que a creche colocou no jornal quando eu fui pra lá dizendo que eu tinha sido abandonado. A tia V tem o original aí eu fiquei com uma

xerox, é um original e três xerox. Ai tem o meu retrato o nome do meu pai, da minha mãe. Eu guardo tudo bem direitinho. Eu não perco nenhum...eu sofri demais, só que não vieram mais buscar eu, não vieram atrás de mim, ai pronto. Tem umas histórias minhas lá, dizem que eu estava num carro, ai eu tava com meus pais, ai de repente desgovernaram e no acidente só quem sobreviveu foi eu, no meio das ferragens. Ai tem outra história que eu estava lá na Av. 13 de maio, ai não, na praçinha do João XXIII, sabe onde é? Ai dizem que eu estava dentro de um camburão, ai deixaram lá e pronto, e me encontraram e não sei quem foi. Ai de lá eu fui pro tia Júlia, mas é muita história. Ai todo mundo quer confundir a nossa cabeça, a gente nem sabe qual é a história verdadeira. Eu tenho vontade de conhecer, né? Sei que, deixa o tempo resolver. Eu só queria conhecer e perdoar, né? Mas voltar, eu não voltava não.

Pesquisadora: Não?

R: (silêncio). Pode ter tido os motivos, né? Dizem que minha mãe era drogada, tava no presídio, não sabia cuidar de mim, o meu pai que me cuidou, e depois que ele morreu ai...as pessoas ficam confundindo as histórias não sei nem por onde começar. Queria tanto saber qual é a minha história, uma hora diz que eu tinha herança, outra hora diz que não tem herança nenhuma, que eu fui abandonado, que vivia na favela, ai...tenho todas as fichas, todos os documentos, porque eu vou me aposentar e ela (assistente social) disse que quando eu me aposentar eu podia ir lá pegar tudo que é meu lá, documentos e tudo, porque vai ser fácil pra mim,

porque sou eu que tenho que ir atrás né? Atrás do meu sonho. Sonho de conhecer.

Pesquisadora: Você moraria com eles?

R: Não foram eles que me deram carinho que nem ela (mãe acolhedora) ai me deu. Não foram eles que cuidaram de mim quando eu tava doente. Não foram eles que todo dia acordava cedo pra pegar a Kombi pra ir pro IJF, não foram eles. Pode ter tido algum motivo pra ter me abandonado, né? Mas, hoje eu agradeço de ter uma vida dessas. Tem gente que diz: pra que ter raiva dos seus pais? Eu não tenho raiva não, não voltar (a morar com eles), não é ter raiva, é perdoar, mas é não estar acostumado, né? Não estar acostumado de ir pra longe, e eu gosto de ficar aqui, onde eu cresci e tudo, onde eu fui criado. Ai eu vou pra um canto que eu nem conheço, nem tenho intimidade, posso até perdoar, mas é aqui que eu conheço meus amigos, já fiz amizade com todo mundo, e lá eu ia achar muito estranho.igual a uma criança pequena, quando vai pra um canto e não sabe de nada. Toda vez quando eu passo no sinal da 13 de maio que eu vejo as crianças pedindo esmolas, eu penso já pensou se fosse eu ali, se fosse eu no lugar daqueles meninos. Hoje eu podia estar ali, mas não aconteceu né? E hoje eu to aqui, hoje eu agradeço. É isso todo mundo já sofreu, todo mundo tem uma história na vida, você tem, minha mãe tem, todo mundo tem. Tanto história feliz, como história triste. Mas hoje eu agradeço a creche, hoje eu agradeço a minha mãe, hoje eu agradeço a todos. E hoje eu sigo a minha vida porque todos devem seguir, e hoje eu sigo Jesus, porque Jesus é igual a um remédio pra mim, que quando eu precisar Ele vai me dar a cura, vai perdoar e

aceitar. Na Igreja eu vou ser líder, quero ta num bom caminho, porque senão eu podia estar na rua, e a minha mãe não gosta.

SUPER HOMEM – 14 ANOS

Aqui é minha família, que eu gosto, né? Minha prima, meu irmão, minha irmã, meus irmãos, minha mãe, meu pai, eu e meu amigo. Da outra família eu só gosto do meu irmão mesmo, da minha mãe eu não gosto muito dela não. Não sei onde ela ta, nem quero saber, não gostei muito dela não, ela abandonou meus irmãos tudinho. Só gosto do meu irmão, um dia eu fui pra um passeio, aí eu vi ele, falei com ele, eu já morei com ele, ele é gente boa. Ainda tem minha irmã, mas eu não sei como ela é, não sei o tamanho. Mas a minha mãe eu não gostaria de ver ela não, ela era muito...ela devolveu meus irmãos tudinho, aí eu prefiro morar com eles aqui, trabalhar, ajudar minha mãe, me formar, ser um jogador, goleiro. Eu gosto da minha mãe, mas eu queria fazer um curso. Eu vou agora melhorar nos estudos, estudar, eu vou ajudar minha mãe. E é isso.

SHREK – 21 ANOS E X MAN – 10 ANOS

Shrek e X Man têm grande dificuldade na fala, e pouco se expressaram. X Man conseguiu expressar a família como a mãe acolhedora e as outras crianças acolhidas, Shrek só conseguiu desenhar a mãe acolhedora, a qual ele não chamou de mãe, mas pelo nome e a professora.

BATMAN – 17 ANOS

Batman: A minha família é essa, eu moro aqui desde que eu tinha 12 anos. Eu já morei na creche, mas ter uma família é melhor. Eu gosto muito daqui. Gosto da dormida, tem colégio pra mim, tem curso...quer dizer é um atendimento. Eu faço lá um bocado de coisa. Eu vou pra Igreja servir ao Senhor com alegria. Eu sinto falta aqui acolá da minha mãe verdadeira.

Pesquisadora: Você lembra da tua mãe, ou do que viveu com ela?

Batman: Eu não lembro, mas eu fui parar no meio da rua, como uma criança abandonada sofrendo. Mas o que eu quero mesmo é sair daqui e encontrar minha mãe mesmo. Não quero ir pra outra casa da criança (abrigo) não. Se me levarem eu fujo de lá. Só fico se for aqui mesmo. Eu não sou como os outros meninos não, que é danado, que é perverso. Só vai pra lá quem é danado. Eu me comporto, eu gosto muito daqui.

A única família que eu tenho aqui é essa daqui. E vou pra igreja e pronto. Vou arrumar um emprego pra mim.

Eu queria conhecer minha mãe. As pessoas já disseram que iam botar no barra pesada e não botaram. Me tiraram dos braços dela, as pessoas me viram lá e deram parte, ela não tinha condições de me criar, me viram ela me maltratando, ai ligaram. Daí eu fugi, fui pro meio da rua como uma criança abandonada. Uma hora dessas ela ta lá olhando pra vida dela, olhando pros filhos dela, será que ela lembra de mim? Não.

Se me tirarem daqui eu não vou não, eu não vou. Porque eu vou completar 18 anos e vou ter que ir pra outro abrigo, mas eu não vou. Minha mãe falou, mas eu não vou não, eu não vou. Eu vou ficar aqui, meu lugar é aqui, mesmo que ela não me adote eu vou ficar aqui. Não tem pra onde eu ir.

Eu não dou trabalho, eu faço tudo, eu ajudo. Vou na bodega, ela manda.

Se Deus amou seu próprio filho, você tem que amar sua própria esposa e seu próprio filho, ta na bíblia.

A única mãe é essa aqui que eu tenho, mãe é aquela que cria...Foi o único presente que Deus me deu. Não tem uma única mãe boa como essa. Me dá tudo, me dá alegria, me dá felicidade. Às vezes o filho não obedece, mas ela me dá um carão, me dá um castigo, mas ela não é grosseira.

Apêndice V

Grupo Focal

Mães Acolhedoras

1ª Sessão

Inicialmente foi apresentado o porque da necessidade daqueles encontros, o que seria o grupo focal e os objetivos da pesquisa. Daí foi lido e explicado o termo de consentimento livre e esclarecido enfatizando-se as características do anonimato, da liberdade em relação à presença no grupo até o final da pesquisa, e a permissão para gravar as sessões. Feito isso, iniciou-se o primeiro momento que consistiu na apresentação das mães em relação ao seu trabalho no programa de famílias acolhedoras. Reforçando a questão do

anonimato, foi pedido para a apresentação que elas se dessem um nome ao qual elas usariam até o final da pesquisa.

Pesquisadora: Pra começar eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre vocês, que se apresentassem um pouco e que incluíssem nessa apresentação um pouco do que vocês têm feito como mães acolhedoras, um pouco da história de vocês no lar substituto, por exemplo, desde quando são mães acolhedoras, quantas crianças tem passado por vocês... Tudo bem? Quem começar?

Julia: Eu começo. Eu sou a Julia, vai fazer 20 anos que estou no projeto. Desde que começou, né?! Já passaram pela minha mão umas 62 crianças, né? Porque há uns três anos atrás eu fiz a conta que dava 59, né? Mas daí pra cá já foi mais. E eu quero muito bem a minhas crianças e sofro muito quando vai embora, né? Sofro muito. Eu acho que elas também sofrem, é tanto que de onde eles estão, na França, Paris, manda foto pra mim, escreve pra mim, né? Acho que eles também gostam de mim.

Hoje eu tenho três crianças. A B faz 8 anos que tá comigo, O J faz 5 e o I tá com 3 meses, mas já passou por mim assim na minha mão criança que já passou 8 anos, e saiu e voltou e que ainda vive comigo hoje com 18 anos, né. A mãe levou, passou um tempo por aí pela rua, aí eu acolhi de novo na minha casa e tá comigo, o de 18 anos ainda tá comigo...e eu quero muito bem a ele (olhos cheios d'água).

Regina: Bom, eu sou a Regina, faz 22 anos que eu trabalho aqui, e eu tenho o P em casa. Passei mais de 12 anos com ele porque ele era uma criança que precisava muito, uma criança muito trabalhosa, muito doente, então eu tinha que me dedicar só a ele, aí depois eu peguei outro, aí foi adotado, com um ano e seis meses que tava lá em casa foi adotado passou-se, depois eu peguei o FT, passou 5 anos e foi adotado, fez um ano agora que ele foi embora pra França. Ave Maria, quase que eu morro... Hoje eu to só com o P, o P tem 20 anos. Faz 15 anos que ele tá lá em casa, ele foi com 5 anos, 5 não pera, ele foi com 3 anos lá pra casa. Como eu já te disse, ele teve problema, ele dava ataque e tudo no mundo, passou muitos anos fazendo tratamento, mas graças a Deus... Mas eu acho assim que ele ainda tem um pouquinho sabe?...mas, graças a Deus em vista do que ele era... pois é, em vista do que ele era graças a Deus tá bem.

Pesquisadora: Qual a situação do P hoje, em termos de adoção?

Regina: Ele não vai mais ser adotado, vão ajeitar a aposentadoria dele e, enquanto eu for viva eu fico com ele, e quando eu morrer ele já fica com o dinheirinho dele, já sabe, já tudo no mundo. É isso aí é que eu quero. Porque você sabe que agente não é hoje não é amanhã, né? então se, se, ele já fica com o dinheirinho dele quando eu morrer ele já sabe se dirigir. Então é o que eu espero delas aqui, né? Elas dizem que vão ajeitar. É claro que eu não vou desprezar ele de jeito e qualidade. Faz muitos anos. É uma vida, é uma vida minha filha, é uma vida.

Olhe, eu comecei a trabalhar aqui era no lar conjunto. Vocês se lembram do lar conjunto? Pra dormir lá em casa em 85. Lar conjunto era assim. As crianças dormiam. Não tinha lar substituto nesse tempo. As crianças dormiam nas casas quando era de manhã agente vinha deixar, aí o fim de semana passava em casa. Se a mãe pudesse, que tinha mãe que trabalhava, pudesse vim buscar bem, se não pudesse ficava com a gente, aí a creche dava uma ajudazinha agente, pagava a gente. Era assim desde 85, aí depois, depois de muito tempo, em 87 parece, foi que começou o lar substituto e aí nós começamos esse outro projeto.

Renata: Eu entrei no programa em 1997, no começo a gente entra com muito fôlego, muita garra achando tudo perfeito, realmente no começo foi ótimo, até 2000 foi legal. Mas com o passar do tempo as crianças vão ficando adolescentes, e eu estou sentindo muita dificuldade. Durante esse tempo eu já cuidei de 17 crianças, só que essas 17 crianças saíram rápido, com 3 meses, com 6 meses, com 1 ano, criança pequena de 3 anos. Mas o que durou que tá com 9 anos comigo é o E, e já tá com 14. Eu peguei ele logo no começo, as outras crianças iam saindo ele ia ficando. Ele não tava na adoção, as outras crianças estavam na adoção, ele não. Eu não sei bem direito como é, elas não passam pra gente nenhum detalhe da criança. Só sei que ele teve acompanhamento com psicólogo, eu também tive, na época foi muito bom isso pra nós dois, não só em relação a ele, mas também com as outras crianças, mas parou. A dificuldade que a gente diz que mudou é só isso, é que parou total esse acompanhamento que a gente tinha com a psicóloga, aí a gente foi se perdendo né. Hoje eu to totalmente perdida, aí na adolescência tem muita energia, né. Aí eu me perdi. O que melhoraria muito seria assim, essas crianças que fossem ficando adolescentes eles tivessem uma outra atividade além do colégio. Por

exemplo, o meu estuda pela manhã, a tarde, tudo bem ele faz a tarefa, mas, passa a tarde sem fazer nada, assim, seria importante um curso, uma atividade, um esporte para absorver mais a energia deles, né? Porque eles têm muita energia e ta parada, né? Ta sem trabalhar, ai complica, mexe muito com o emocional deles e acaba mexendo com o da gente também, e aqui acolá tem um descontrole que não é bom, nem pra mim, nem pra eles, e o que é mais difícil pra mim é esse lado ai. De não poder ajudar e acaba prejudicando a relação, e isso é uma prioridade pra mim.

Isabella: Agora sou eu. Meu nome é Isabella, eu sou mãe substituta do lar substituto do abrigo tia Julia. Eu sou a primeira mãe do inicio do projeto. Eu não sei bem quantos anos faz, mas eu sou das primeiras mães. Eu antes de ser mãe substituta do projeto lar substituto eu fui mãe creche lar daqui mesmo. As crianças passavam os dia na casa da gente e de noite dormia com as mães. As mães trabalhava, de manhã vinha pra casa da gente e de noite dormia com as mães. Mas era pago pela creche. E eu, eu possui também crianças de lar conjunto também. De dia vinha pra creche e de noite dormia com a gente. Depois surgiu esse projeto de lar substituto. A Dra. Valeska que era assistente social, era a diretora na época, não sei, perguntou se eu queria passar para esse projeto. Ai eu disse que ia pensar, realmente eu pensei e passei para esse projeto, mas eu fui uma das primeiras mães desse projeto. É um projeto muito importante pra quem conhece, e pra quem não conhece também porque as vezes as pessoas não conhecem e chega na minha casa pergunta se aquelas crianças que eu tenho da onde é. Ai eu vou e digo, ai dizem a sra. é muito corajosa. Eu digo realmente eu sou mesmo. Graças a Deus foi o dom que Deus me deu, foi cuidar de crianças e vou ficar com eles até o final, ou eles sairem pra ir pra outra unidade da FEBEM, ou não sei como vai ser. Sei que eu fico até quando eu puder. Tanto que eu tenho três. O D ele é especial, ele tem 20 anos, ele chegou na minha casa ele tinha 11 anos, ele vivia em outra casa e a mulher entregou para o abrigo ai eu levei. Não tinha quem quisesse. Eu acho que a assistente social perguntou a quase todas as mães quem queria o D e ninguém aceitou. Ela ligou pra mim e perguntou se eu queria ser domadora dum burro brabo, dum touro brabo, ai eu disse que ia experimentar. E realmente eu levei ele, e ele é uma pessoa muito importante pra gente, pra quem conhece, ele é especial, ele tem o síndrome de down. Tenho o d, eu chamo d por que ele é pequeno, tem 10 anos e ele é especial também, e tem o M com 17 anos, ele é normal. Eu peguei ele, o M,

com 11 anos, hoje ele tem 17. Tá com 6 anos, né. São 3 então, tem o D com 20, tem o M com 17 e o outro com 10. Mas são os amores da minha vida. Eu não sei quando nós se separar como é que vai ser. A família que eles conhecem somos nós. São pai, mãe e irmão que eles conhece. Eu acho muito importante esse projeto por isso e e eu queria Deus abençoasse que ele fosse pra frente né? porque a gente acolher essas crianças abandonadas foi a melhor coisa que já existiu no mundo. Pras crianças que vive nos abrigos, pois é só isso mesmo. Eu já falei até demais.

Regina: Eles são umas crianças que esperam tudo da gente, que esperam tudo da gente. Eles tando na casa da gente principalmente. Eles só apóiam a gente.

Pesquisadora: E quando vocês lembram que eles estão ali, mas vão embora?

Regina: É muito complicado quando a gente sabe que eles vão embora, né?. Dói, mas é muito complicado.

Julia: Eu não gosto muito de pensar não sabe? Quando eu fico pensando, ai meu Deus fulano já vai. Ai eu procuro tirar o pensamento sabe?

Isabella: Eu cuidei de uma menina daqui que ela tinha parece que era 9 meses, ela tinha um pequeno defeito no lábio, era feinha viu? Mas, eu tinha um amor tão grande por essa criança que só eu e Deus sabe. Quando ela saiu de mim foi mesmo que tirar um pedaço de mim acredita que eu vim aqui, pelejei pra ver se a mãe dela me dava. Ela deu pra outra pessoa. Pra mãe dela me dar e ela disse que já tinha dado pra outra pessoa e não podia desfazer. Eu fui procurei o endereço dela encontrei no Jenibaú na época. Eu era como uma louca, desesperada, eu chorava. Sabe, como eu chorava noite e dia apegada com a roupa dela. E eu fui lá e eu conversei com a pessoa que realmente a mãe dela tinha dado. A mulher disse não a minha filha eu não dou por nada desse mundo. A mãe dela já me deu e ela é minha. Eu digo então pronto, agora perdi minhas esperanças mesmo. Mas eu me apeguei demais. Ave Maria eu não sei não porque eu me apeguei aquela menina não. Ainda hoje eu me lembro. Eu chamava ela mimosa. O que eu batalhei, lutei, lutei, mas não consegui nada. Mas graças a Deus ela ta bem, graças a deus ela ta em boas mãos. A gente se apegamos demais. Criança pequena, eu peguei duas uma com 9 meses e outra com

2 meses de idade. A de 9 meses a mãe dela era doente mental, ela não tinha lar, ela não tinha onde morar, não tinha nada. Então se ela me deu ela pra mim. Com 7 anos ela foi desligada do projeto e eu adotei. É tudo na minha vida essa menina. Era a coisa mais linda que podia existir na face da terra. Ai a outra tinha 2 meses. A mãe dela era menor, ela vivia na FEBEM. Eu peguei ela, ai quando ela saiu daqui ela teve no abrigo aqui com ela parece que dois meses, e quando ela saiu daqui ela foi direto pra minha casa. A mãe dela foi pra FEBEM que ela vivia lá no ADOC e ela foi pra minha casa com 2 meses. Eu adotei também. É um tipo de menina bonita, é morena dos olhos verdes. Mas o meu amor parece que só era mais pela branca (risos). É tudo na minha vida. Hoje eu digo, o que eu tenho na minha vida são vocês duas. Eu não tenho mais nada. Quer dizer que os meus filhos...eu só tive filho homem. Não tive nenhuma mulher. Ai, adotei elas duas. A D tinha 9 meses quando eu levei e adotei ela com 7 (anos). Ela vivia no lar substituto e eu levei pra cuidar e a mãe dela não tinha condição de ficar com ela porque era uma mulher da vida e tal, não tinha onde morar dormia por ai, aonde chegava. Ai eu disse eu vou ficar com a D até 9 anos, quando ela tiver 9 anos ai ela escolhe ou a mim ou a você. Anda faço isso. Ela disse não, eu não quero a sra. pode registrar ela como sua filha, como só sua. E assim se fez. E a outra também, ela tinha 2 meses quando foi pra minha casa. Eu cuidava dela. Ela foi pra minha casa pra eu cuidar né? como os outros do lar substituto . Ai eu fiquei com ela, a mãe dela era de menor também era outra que não tinha onde morar, não tinha casa, não tinha nada. Ai o tempo foi passando e quando ela com 7 anos tinha que ser desligada do projeto, então quando foi com 7 anos a Dra Gorete foi atrás da mãe dela pra ver o que ela fazia, ela disse que não queria a menina. Ela só tinha um tio que morava aqui, mas ela não dava pra ele, dava pra mim. Ai ela já tinha 7 anos e eu fiquei com ela, registrei e tai ela já tem 17 anos hoje e a outra tem...vai fazer 20. A D vai fazer 20 e a I tem 17, é uma morena linda dos olhos verdes.

Pesquisadora: Quer dizer que com 7 anos a criança era desligada do projeto?

Isabella: Quando tinha família, a família levava, senão era desligada.

Julia: Agora com 8 anos eles vão pra outra entidade. Se agente quiser ficar né? Se agente quiser ficar né? Se tiver condição de ficar, fica, senão eles vão pra outra entidade.

Pesquisadora: E a sra., D. Julia, já adotou alguém?

Julia: Não. Eu gosto de todos mulher, né? As vezes a gente pensa que adota aquele que agente quer bem, mas eu penso assim, no futuro daquelas crianças. Quem sabe um futuro melhor espera por eles. Eu gosto do trabalho, gosto deles também e vou assim...dizer assim, que gosto muito mais do que os meus próprios filhos, né? Quero muito bem a eles, muito mesmo sem falsidade, gosto muito deles, de todos eles.

Pesquisadora: D. Regina, já adotou alguém?

Regina: Não. Mas eu tenho o P há muitos anos. Às vezes eu gosto de dizer assim, quando o dinheiro ta atrasado, eu digo assim, menino nós vamos deixar vocês aqui. Ai ele diz assim: a mãe, ele me chama de mãe, quando a mãe for chegando entrando eu já tô no portão lá de casa. Ele dizia desse jeito (risos).

Pesquisadora: Vocês gostariam de acrescentar mais alguma coisa nesse momento da apresentação?

Todas: Não.

Pesquisadora: Dessa forma, concluimos por hoje onde nosso objetivo foi explicar a pesquisa, o termo de consentimento, ressaltando sempre que vocês se sintam livres para querer ou não participar, e o anonimato de vocês que será totalmente preservado. E claro se apresentar nesse primeiro momento, o que foi feito agora.

Regina: O pessoal aqui da creche sabe desse grupo?

Pesquisadora: Sabe. Eu primeiro me reuni com a equipe técnica para explicar minha pesquisa. Eu falei pra eles o que eu falei pra vocês. Antes disso eu tive que

pedir permissão para começar o trabalho, então eu tive que falar com os responsáveis pelo abrigo lá na secretaria de ação social e depois com a diretora. Então, com certeza e todos sabem do grupo e do objetivo dele.

Regina: Pois que Deus abençoe e que esse projeto vá pra frente é o que agente quer. É o que eu desejo porque eu to achando ele muito fraco. Muito fraquinho mesmo. Chega...sei não, mas eu tenho fé em Deus que ele vai pra frente, ele não vai ficar por aqui não. Esse é um trabalho muito bonito, muito bonito.

Julia: E o que eu acho mais importante doutora é que eles chegam na casa da gente e chamam logo a gente de mãe, mãe, né? Ai isso daí é que toca mais a gente né? Sabe?

Pesquisadora: Vocês gostariam de acrescentar algo mais?

Todas: Não.

Pesquisadora: Então eu gostaria de agradecer a vocês por aceitarem participar da pesquisa e confirmar o nosso próximo encontro para sexta-feira. Tudo bem?

Todas: Tudo.

Grupo Focal
Mães Acolhedoras
2ª Sessão
A Criança Abandonada

Para começarem a pensar no tema do dia pedi às mães, como técnica de aquecimento, que fizessem um desenho sobre o entendimento delas a respeito da criança abandonada.

Regina: Eu botei assim né? Que tem muito caso assim da criança viver com a mãe, ai a mãe abandona, deixa tudo, abandona a casa, abandona a criança. Ai que que faz? A criança fica abandonada. Ai traz pro abrigo. Ai eu suponho assim, a criança fica abandonada pela mãe. Fica assim sem mãe e sem lar. Ai quando vem pra cá, né? Aí vai pro lar substituto, ai vai praquele apoio do lar, da mãe. Eu penso assim. Quando ela chega no abrigo ela ainda está assim meio assustada, tudo no mundo, ainda se acha abandonada de qualquer maneira. Mas quando ela vai pro lar substituto ela lá já tem um lar, já tem uma mãe né? Eu penso assim. Uma mãe já ajuda muito, dá carinho. Você sabe muitas vezes a pessoa nunca teve. E aqui ta certo embora que tenha, mas é muito, e já no lar substituto, só é um ou dois, mas pelo menos a gente já dá mais atenção..."Bora ali, vamos pra acolá", é assim. E aqui não né? Aqui se não for um passeinho de vez em quando. E na casa da gente não, "vamo pra missa", "vamo ali no mercantil". E isso é importante porque eles vão aprendendo e quando eles saem da gente já, como é que diz? Já vão sabendo como é a vida né? Assim, você sabe que aqui tem toda assistência, mas não é que nem ta num lar. É tanto que quando eles vão assim pra uma família né, eles já vão bem entendido. Eu penso assim ,né? Penso assim.

Julia: Do jeito que eu desenhei é o que eu penso. Aqui eu desenhei a barraquinha. O menino morava com a mãe né? A mãe foi embora, ai tai as lágrimas, ele chorando sozinho né? Em procura deste abrigo, né? Em procura dessa mulher que vai ai, dona dessa casa. Ele vai em procura dessa casa, vê se encontra uma mãe. Ai é o seguinte, eu acho que é muito difícil pra criança, na cabeça da criança passa muita coisa né? Criança abandonada, só em se achar rejeitada pela própria mãe, né? Então quando ele encontra uma família que dá apoio pra ele é melhor. Mas não substitui a família legítima, né? Nem que seja bom como for, mas pra criança eu acho que, sei não. Ela não se sente mais abandonada assim, né? Mas ela se sente segura um pouco, mas não é como a família né? Eu acho que, eu se fosse uma criança e fosse abandonada eu me sentia assim, podia ter o que tivesse as pessoas

gostar de mim e tudo mas eu não me sentia assim segura como com a minha mãe né? Com a minha própria família.

Regina: Agora me diz uma coisa, que segurança o E tinha lá na mãe dele? E em você? Ai é que está, né? Qual a segurança que ele teve lá na mãe dele? De apanhar, de viver na rua, e a segurança que ele voltou pra você lá? A segurança que ele tinha na mãe dele era de nada, de nada ele tinha. Ele dizia que a mãe dele era doida, era doida. Ele dizia era isso. Minha mãe é uma doida. A palavra dele era essa daí. Ele nunca foi uma criança que chegasse chorando porque eu tinha uma mãe tão boa e tudo no mundo, de qualquer maneira, ele não nunca.

Julia: Eu também já cuidei de uma criança que ele chegou pra mim e disse: “mãe, a minha mãe não é aquela que abandonou eu e a minha irmã não, a minha mãe é a senhora, é a senhora que me dá carinho, é a senhora que gosta de mim, é a senhora que me dá todo apoio.

Pesquisadora: Quanto tempo ele passou com a senhora?

Julia: 6 anos, ele tinha 10 anos quando saiu lá de casa, ele e a irmã dele. Assim, ele falava muito da mãe dele. Eu acho que ele sentia falta, ai assim quando ele perdeu mesmo as esperanças, que ela não vinha mesmo, que ele andava por aqui, e que ia ser adotado, ai ele perdeu mesmo as esperanças, né? Mas antes ele tinha muita vontade de... pegava o papel e o lápis e desenhava como era pra me amostrar sabe? Ó mãe a minha mãe era desse jeito. Mas depois ele viu que ela não vinha mesmo, ai ele já tava crescendo mais, entendendo mais as coisas, ai ele dizia, mãe a minha mãe é a senhora. Eu não tenho aquela mais como a minha mãe não, se ela fosse minha mãe ela não tinha me abandonado eu e a minha irmã. Pois é, eu acho assim né?, mesmo que a gente dê carinho, como a gente dá né? A gente dá muito carinho, muito apoio, deixa bem a vontade, mas eu se eu fosse abandonada não tinha quem substituísse a minha por mais que seja bom, né? pra mim né? No meu pensamento, agora no deles eu não sei o que se passa na cabeça deles.

Pesquisadora: Mas pelo número de crianças que a senhora já cuidou, o que a senhora acha que passa na cabeça deles?

Julia: Eu acho que eles têm muita vontade de ficar com a mãe verdadeira. Os pequeninhos, não, não pensam né? mas os grandes falam, os grandes pensam. Eles falam que tem vontade de ver a mãe. Não foi só um ou dois que eu já cuidei que tem vontade de ver a mãe não, né?

Renata: D. Julia, eu acho assim cada caso é um caso. No caso do meu, o meu não sente ele disse que se a mãe dele aparecesse ele não queria. Ele ia continuar comigo. Eu acho que depende da história de cada criança, não é? Cada criança tem uma história, não é? Ai, eu concordo com a D. Julia, com a D. Regina, né? Mas eu acho assim cada qual tem uma história, né? O meu desenho, vou aproveitar aqui. Eu desenhei um circulo, né? Que teve preto que é(...) A mente da criança vazia, abandonada, eu penso assim. Esse azul que eu botei é tipo assim uma esperançazinha, né uma esperança, ai vem a mãe, que somos nós, né? a mãe substituta, não é a mãe legítima, né? tipo assim uma esperança pra eles, uma salvação né? No futuro, no amanhã. Eles também no começo eles não tem aquela segurança. Tem medo os meninos. Assim, a creche dá abrigo a eles ai passa pra gente né? Eles vê aquela família, no começo realmente eles tem muito medo. Eu acho que por causa do medo né? Eles dizem assim, mãe eu tinha tanto medo de tu me abandonar também, de tu me devolver pra creche, eles dizem assim, o meu né? Ele tinha 4 anos e 11 meses na época. Ele tem muito trauma da vida...ele lembra né? das coisas que ele passou com a mãe né? Com os pais, muita briga, muita coisa ai quando ele veio pra creche apavorou. É claro que o abrigo não e como um lar né? A creche pra mim é tipo um hospital, né? Entra uma num plantão, entra outra. Ai a criança não se sente segura porque tá num plantão, ai a pessoa que ta é legal, bem boazinha, ai entra outra já num...quer dizer a tia tal eu não gosto, a da noite é boazinha. Ai vai mudando e isso vai confundindo a cabeça da criança. É diferente dele ta num lar com a gente, ta com uma família, com os irmãos, ele gosta de ta com os irmãos, com o pai, ele vai criando uma noção de família, os traumas vão acabando, com certeza. O E no passado era uma criança cheia de problema, de medo, de dúvida, ele tinha...não tinha certeza de nada, achava que eu ia abandonar. Só vivia me perguntando: mãe tu vai me abandonar? mãe tu gosta de mim? Perguntava... achava diferente porque eu não brigava com o pai dele, com o meu marido, né?"Mãe, porque que tu não briga com meu pai?", "mãe, porque que meu

pai não bate em tu, porque meu pai não bate em ti?”. Eu digo meu filho família não é assim não, eu amo sue pai, amo vocês, vocês são nossos filhos, não tem necessidade da gente brigar não. Família não é briga não. Ai ele contava né da dele. Que a dele brigava muito, que o pai dele batia na mãe, por isso que ele achava que família pra ele era aquilo, era ruim, né? Ai hoje em dia você pode conversar com ele. Ele não tem mais isso, ao contrário ele tem pavor de voltar pra mãe biológica dele né? Ele vai fazer 14 anos, ta com 8 anos comigo, e tem pavor. Ele disse que se a mãe dele vim, eu digo até assim e se ela estiver estribada e de repente eu estiver numa situação difícil. Não, não, eu não quero não, ela pode ta podre de rica, ele diz desse jeito, mas eu quero morar com a mãe mesmo. Se a mãe não me quiser eu vou embora, ele diz desse jeito. Eu fujo, mas eu não fico com ela não. Nem com ela, nem na creche, diz desse jeito. Ai eu vejo isso, a gente é um apoio pra eles, não é D, Julia? Um apoio bom. Principalmente dependendo do lar que eles se encontram. No caso do nosso aqui, eu acredito que são todos iguais no amor, né? na compreensão, naquela união, não é D. Julia? No lado de religião. Tudo isso influi muito, pesa muito, e a criança vai mudando. No começo, não, mas com o tempo, eles vão vendo a diferença. Acho que forma assim uma outra pessoa. Não é que eles estejam assim totalmente, vamos dizer assim, o oposto, com certeza no amanhã, na certeza de que vão continuar comigo. Porque Cinthia eu acho que eles sentem assim, eles pedem muito pra gente adotar eles, a gente não tem condição, ai eles ficam naquela insegurança, pelo menos o meu fica. “Mãe porque tu não me adota?”. Meu filho eu não posso, eu não tenho condição. “Mãe tu vai me devolver, não vai?” Vou não E, não tem nada a ver. Ai parece que tem um medo, uma insegurança que a gente abandone. Eu digo você é meu filho, você vai sair daqui quando você quiser, quando você tiver sua família. Você vai ter uma família bem bonita, vai criar seus filhos. “Mãe eu vou criar meus filhos igual a mãe, eu não vou brigar com a minha mulher não, eu vou ajudar minha mulher”. Porque meu marido me ajuda muito sabe? No trabalho, assim tem muito isso sabe? Ai eu acho muito importante esse projeto do lar substituto, o modelo, né? Que a gente passa pra eles, porque eles vêm muito traumatizados, né? Muitas crianças vêm de...passando fome, vêm de... muito sofrimento, agressão na família, essas coisas. O E diz que via muito negócio de policia na casa dele, a mãe ligava pra policia, a vó chamava. É tanto que no começo, ele tinha trauma, ele na podia ver um carro de policia, ele corria e se escondia, quando ele era menor, assim que ele chegou né? Hoje em dia não, ele

tem noção de tudo isso, policia é com bandido, é com ladrão, não é...se tá passando na porta da gente não é porque vai parar ali. É outra criança, só você conversando com ele pra você entender melhor. Porque a gente falando, a gente é suspeita né? Assim, ah tá falando, tá inventando, não tem como eles mesmo. Você conversar com a gente e com eles também, é isso.

Isabella: Meu lindo desenho, minha linda casa, só tem uma porta. Eu fiz dois desenhos o D, e o d, mas não fiz o outro desenho olha, nem me lembrei do M, eu tenho três crianças abandonadas o D, são dois D e o M. Eles foram os primeiros abandonados, os outros que eu cuidei todos tinham família, e realmente todos foram para a casa das famílias, só tenho eles três abandonados. O D, os dois D, eles não falam nada porque eles não sabem de nada, mas a família que eles conhecem é a mim, a minha casa, é papai, mamãe, é a família que eles conhecem, né? Porque eles não lembram. Se eles tiveram família não lembram né? Porque eu acho que eles vieram para o abrigo muito pequeno, e então eles não conhecem família. O M, ele possuiu uma mãe, mas eu não sei dizer nada, ele possuiu família e conheceu a mãe dele e ele tem uma pequena lembrança dela. Mas eu acho que era melhor nunca ter conhecido, porque ele conheceu, ele lembra dela, e ela abandonou ele. Eu não sei, ele já andou em várias pessoas, na casa de várias pessoas, se ela deixou ele na casa de uma vizinha ou se também não sei explicar bem porque ele diz que tomaram o menino dela porque ela usava droga, tomaram ele dela. Ai ele foi pra uma creche, não foi nem essa daqui, foi pra outra parece, depois dessa outra creche, foi que ele veio aqui pro abrigo. Mas ele não fala nada dela, só diz assim que ele tinha uma mãe e que tomaram ele dela porque ela usava droga, e botavam pessoas pra...usavam droga, né? Com a turma dela. Então ele não tem nada a falar mesmo porque ele não tem muita lembrança. Mas ele desejava muito possuir uma família, mas que na fosse ela. É tanto que já foram várias pessoas pra adotar ele, mas nunca deu certo, e é difícil adotarem uma pessoa assim da idade dele porque ele já tem 17 anos se fosse uma criança pequena se tornaria mais fácil. Porque ele já é grande. Quando ele chegou lá em casa ele tinha 11 anos, hoje ele tem 17. Mas a família que ele diz que tem sou eu. “É minha mãe, meu pai, a família que eu tenho é vocês. A senhora que me acolheu, a senhora que me deu amor, deu carinho, a mãe que eu conheço é a senhora, mais ninguém, eu na quero outra mãe. Sim, que eu tenho uma vontade de encontrar uma família que me adotasse, pra eu ter uma

família de verdade, mas não foi possível”. Me pergunta porque eu não adoto ele. Eu digo, não posso adotar porque eu estou numa idade avançada e não dá, se eu fosse mais nova podia até ser né? Porque homem né? Sempre é mais difícil que mulher, que mulher o erro que passa é mais fácil de reagir que um homem, porque homem tem o cangote mais duro, já engrossa o cangote quer falar mais alto, aí não dá. Eu não adotaria, mesmo que eu fosse nova eu não adotaria menino homem. Eu adotei duas meninas, não me arrependi não, são uma jóia, são tudo na minha vida elas duas. Hoje uma vai fazer 20 anos e a outra tem 17. A de 20 anos já tem uma bebezinha. É tudo na minha vida elas duas. Porque eu nunca tive nenhuma filha mulher, tive 5 filhos homens. Então eu acho que uma criança abandonada, o D e o d, não que eles não tem raciocínio, pra eles tanto faz, mas pra uma criança normal eu acho que se sente muito rejeitada assim de não ter uma família.

Pesquisadora: E comportamento? Vocês acham que a criança abandonada tem comportamentos diferentes dos filhos naturais?

Renata: Com certeza né D. Julia? No começo com certeza tem diferença, aí com o passar do tempo vão aprendendo né? Vão convivendo. Por exemplo, os da gente são mais tranquilos tá entendendo? e eles são mais revoltados tudo assim por uma besteira. Se a gente briga com um filho, um negócio assim, com eles a gente tem que saber o que vai dizer, porque com um filho meu na hora de uma raiva eu digo aí que menino chato, tu tá insuportável, eu tenho muito isso. Com a minha filha as vezes eu digo hoje tu tá insuportável, tu tá chata que só, minha filha se você não mudar, pelo amor de Deus, ninguém vai gostar de você, você tem que mudar isso, você tem que ser assim, assim, assim. Se eu fosse dizer isso com ele ia machucar ele, aí eu não digo, eu tenho pena, eu tenho certeza que ia ser mesmo que dar um tapa nele, a minha filha não, começa a rir e sai né? Tá bom mãe eu vou mudar, mas uma coisa bem...ela sabe que é estou dizendo da boca pra fora. E se eu fosse dizer com o E ia ter o mesmo sentido só naquele momento de raiva muitas vezes pra corrigir uma coisa que a gente tem que corrigir, que ele estava errado e é a única maneira da gente dar um freio né? Pra eles mudarem de personalidade, comportamento, mas com o E eu não dá pra dizer assim não. Ele não se sente seguro. Se a gente disser isso ele vai achar assim “não, é porque eu não sou filho dela, ela não gosta de mim”, sabe? Ele distorce tudinho as coisas, as palavras. E

agora ele tá na adolescência, tá mudando, tá tão difícil Cinthia. É outra fase pra gente aprender como lidar, como é que a gente vai...até isso é diferente dos filhos da gente, tão tudo na fase da adolescência. Um tem 19, o outro 16 e o E vai fazer 14, aí eu tenho que saber lidar...os meus não, é mais fácil é como eu tô te dizendo. Eu digo: não faz isso, isso não é bom, não sei o que, já com o E eu tenho que dizer o porque, “não é assim, olhe, não é porque”...tem que dar mil explicações até chegar naquilo que com o da gente a gente diz bem rápido...”tá errado, você tem que fazer isso assim, isso não é certo”. E seu eu for dizer assim numa vez pro E vai confundir a cabeça, e o trabalho que a gente tá tendo desde quando ele chegou, aí vai tudo, pra mim, acho que vai tudo desmoronar tudinho, né, muda tudo. Então é muito difícil, você tem que ter muita cabeça e as vezes a gente não tem. Assim, tem que conversar, essas coisas, que você tem que ver... pelo menos eu, eu não terminei, assim, eu não tenho uma faculdade uma coisa pra gente...mais conhecimento né? O pouco que a gente tem a gente tenta passar. Para os filhos da gente é mais fácil. Mas pra criança que já foi abandonada, que tá nessa coisa de se sentir insegura é muito difícil a gente passar, muito complicado, é assim uma batalha, é assim cada fase é uma batalha, que ou a gente vence ou a gente se perde...é muito difícil, realmente é muito pra cabeça da gente também.

Julia: Eu concordo com a Renata. Também acho que com os filhos da gente a gente pode brigar, pode né? E os filhos da gente daqui a um pedaço...mas, eles não, eles ficam revoltados. Tem essa diferença. Assim, logo que eles chegam na casa da gente qualquer besteira eles ficam logo com raiva, aí quando passa o tempo que eles vão se acostumando mais com a gente, né? Vão se adaptando mais na família da gente vão melhorando, mas no começo é dose pra gente ajeitar. A gente tem que nas palavras que a gente vai dizer a gente tem que medir primeiro pra poder dizer né? Porque qualquer besteirinha magoa.

Renata: Eu acho Cinthia que é um trauma que por mais que a gente trabalhe em cima disso eles não vão, não vão tirar nunca da cabeça. Vai ser sempre aquele negocinho, como é que chama? Tipo assim, é você botar assim uma barreira, que você não consegue totalmente, como é que se diz? Aquele cuidado, pronto é tipo assim, eles tem sempre assim uma pulga atrás da orelha, eles não confiam totalmente. Né D. Julia? eles não confiam totalmente, eles acho assim que eles

podem construir família, mas é muito pesado, eles nunca...por mais amor que a gente tenha, por mais que as pessoas trabalhem, que se doem, mas é um trauma muito forte, eu acho que você tem que amar muito, mas esta sempre guardado num cantinho, aí qualquer coisinha vem a tona, né D. Julia? Quando chega o futuro deles, com a esposa, com a família, né? Aí se qualquer probleminha que mexer com esse lado de abandono, eu acho que até a palavra abandono, aí marca eles. Tipo assim, dá aquele choque sabe? Quando você fala nessa palavra. Você que essa palavrinha é uma palavra chave, que eu penso assim, que se você puder evitar até numa conversa, né D. Julia? numa brincadeira, você puder evitar essa palavrinha abandono é bom. Por mais que, se você observar, eles tomam aquele choque. “Será que foi pra mim? Aquilo aconteceu comigo. Eu sinto isso. Nas crianças que já passaram por mim, e hoje em dia do E, que eu tô só com um. Mas tem que ter muito esse lado aí.

Regina: Eu concordo com o que elas tão dizendo, mas eu quero dizer assim, os filhos da gente é mais assim, porque as crianças que a gente toma de conta é a responsabilidade muito grande. Os filhos da gente pode fazer ali e tudo no mundo, mas os filhos...os que a gente cuida já não é assim, porque as vezes, né? acontece uma coisa aí lá se vai, tem que... O P, o P tá aí, você vê, né? que eu disse assim, P tu vem que a moça vem pra cá, que a jornalista vem pra cá. Aí ele disse assim, mãe se for pra filmar eu não quero não, aí ele não veio não mulher, depois que ela saiu foi que ele chegou, aí eu disse, mas P como é que tu...não mãe, mas podia ser pra filmar...não é pra filmar não é pra você conversar com ela e ela vai gravar o que você tá dizendo. Aí eu digo assim né? que é muito trabalhoso, porque não é da gente, e tudinho, e o que acontecer...é diferente dos filhos da gente, né?Mas...

Pesquisadora: E em relação ao comportamento o que a Sra. acha?

Regina: É porque a gente tem um coração bom e tem pena de entregar, mas já foi muita coisa. Ele veio pra mim bem pequenininho, eu só tinha ele. Aí quando tava com 12 anos foi que eu peguei outro. Mas a gente vai levando (risos). Ele é desobediente, a gente tá dizendo uma coisa, táí... tem precisão dele ir lá pra casa da D. Menina aqui (D. Isabella), ele vem lá da... porque não vai logo pra casa, não é não D. Menina? Não tem precisão dele ir deixar o M, não tem precisão.

Isabella: Tem não.

Regina: Eu digo P venha pra casa, eu digo é isso aí, venha pra casa. Você terminou, venha pra casa.

Renata: Mas não é só a criança abandonada que é desobediente, só é diferente, né?

Julia: **A gente diz assim, no sentido do comportamento assim da revolta, né? Mas desobediente os filhos da gente são também, e como são, as vezes o mais desobedientes do que os que não são da gente. Lá em casa eu tenho essa experiência, a minha filha, a de 16 anos, ela é superdesobediente, mas a B me obedece.**

Renata: Os da gente sente mais segurança, ai acha que tem mais liberdade de responder. E eles por mais que a gente tente deixar tudo igual, é por eles mesmo eles sentem que tem aquele limite. Ai, eu acho assim, que a Regina achar que tem diferença, eu acho que é mais ou menos por ai. Porque os da gente tem aquela segurança e eles têm aquele limite, e as vezes eles não conseguem ultrapassar o limite, ai a gente acha diferença. Mas sobre as fases de adolescência, criança não tem diferença deles com o da gente não. Todos passam a mesma fase, só que os da gente não tem o problema, não vem com o trauma que eles vêm né? Eu acho que é só isso que pesa um pouquinho, e realmente a gente tava falando só dos meninos, como se os da gente fossem perfeito, não é porque os da gente eles tem mais assim, mais liberdade de brigar, de tirar aquilo deles, é essa a diferença.

Pesquisadora: Vocês adotariam?

Renata: Eu venho trabalhando, né? Eu venho fazendo esse trabalho que eu acho muito importante, muito bonito, e válido, muito válido, mas eu, sinceramente, eu vou ser sincera, como mãe assim, pra mim adotar, infelizmente eu não adotaria, eu estou sendo sincera. Principalmente por causa dos problemas do futuro, ta entendendo? E é como eu te falei, não é todas as crianças, nem todas são iguais. Já passaram 17

por mim com comportamentos diferentes, agora volto a palavra atrás como ela falou ai, menina é mais fácil da gente lidar. Passou uma meninazinha, a K, ainda hoje se ela viesse pra mim...se na época eu tivesse condição eu teria adotado ela, mas com medo também, porque a gente não sabe de nada. Eu tenho medo assim da genética, como é a família, tipo aquela coisa dos antigos...o sangue, não sei o que, a família, como é a família, da onde veio, a gente não sabe. Talvez se a gente tivesse mais informações das crianças, como foi que a criança chegou, talvez a gente tivesse um pouquinho mais de noção e desse, mas a gente tem medo. Adotar já é outra coisa bem complicado, vem aquele medo, é mais compromisso, não é aquela criança. Tem o passado, a família que a gente não sabe. Eu penso assim, “meu Deus, se a criança veio...a mãe teve coragem de abandonar um inocente daquele, né?” a gente tá cuidando, ai a gente pensa assim: será que essa criança vai ter o mesmo...como é que a gente diz?...o mesmo comportamento, aquela mesma coragem que a mãe teve de fazer com ela, de fazer também? Ou de repente, e ser igual a mãe, sem coração. Eu estou respondendo por mim. Ai é isso, taí eu adoro o E, o pai dele...pelo amor de Deus, me ajuda, que ele tá numa fase muito difícil, vamos nós dois sentar e ver uma solução assim...falo muito de família pra ele...”você tá vendo, você não fique marcado na sua família não, o que você passou pela sua mãe não, talvez sua mãe teve problema, a gente não sabe o que ela passou, também não vá julgar sua mãe deixa pra quando você tiver adulto você realmente saber a história dela, pra você julgar, saber até que ponto ela errou, ou foi então também vítima, né?” A gente não pode botar na cabeça da criança que a mãe não presta, que a mãe...a gente não sabe, de repente essa mãe foi uma vítima também, só que como ela já tá com 14 anos, ele tem mais dois irmãos, e ela fez a mesma coisa com os dois irmãos dele. Tem um num abrigo o JE, e ele conhece só não conhece a meninazinha que tem 7 anos. No outro abrigo, na casa da criança, o JE tá lá. Ele conhece, teve contato com ele sabe? Uma vez o instrutor dele trouxe ele pra minha casa, porque a gente não sabe, se no futuro de repente eles podem se unir né? morar, a gente não sabe, morar junto, ou conviverem lá, né? Mas, quer dizer tem tudo isso, como eu te falei, eu acho até que eu fugi do assunto, mas é isso aí. É muito complicado por isso eu não adotaria, não por falta de amor. Com certeza, é devido à história da criança que a gente não sabe, não sabe muito e dá muito medo na gente. Mas também eu não...quando eu falo com outras pessoas eu dou força. Eu digo olha tanta criança precisando de um lar, e tem gente que cria gato,

cria cachorro, tanta coisa, né? Podendo adotar uma criança dessa. Ia ter mais futuro, né? Ia ser melhor pra ela mesmo. Porque tem bicho com o maior conforto. Meu Deus, eu falo assim adota um bebê que eu tenho certeza que Deus vai te abençoar mais, vai te dar o dobro de bênçãos, né?

Pesquisadora: Bem, agora estamos perto de terminar, mas D. Isabella não falou ainda sobre o que ela acha de adoção e outros temas que foram abordados hoje aqui.

Isabella: Nesse mundo hoje o comportamento das pessoas tudo são iguais. E o M, ele, os outros não, porque os outros dois eles não são normal, são especial, leva bem que é uma beleza, mas o M tá numa fase que ele é muito teimoso...muito teimoso e eu tenho muito medo. E ele é muito bobo e é fácil das pessoas iludirem ele, e eu morro de medo. Se é mais difícil que meus filhos, eu não sei porque o meu mais novo tem 40 anos, é de outra geração. Eu acho que o comportamento é completamente diferente do pessoal de agora, dessa nova geração. Porque é uma pessoal tudo de cabeça virada, tanto faz homem como mulher, feliz daquele que tem um filho que não dá problema, feliz daquele. As minhas que eu adotei me deram muito problema, me deram demais. Quer dizer a de 20 anos, já me deu muito, sofreu muito por causa dela. Quando ela tinha 14 anos arranhou um namorado que eu não gostava, eu não queria. Ela passou o ano...perdeu um ano de estudo por causa desse namorado, aí ela virou a cabeça, que queria ele, queria ele, queria ele aí...foi o jeito. Mas aí depois, graças a Deus eu mudei ela de colégio, botei ela noutro colégio, graças a Deus quando ela completou 15 anos...ela saia passava...ela não dizia nem pra onde ia, só voltava noutro dia aí aquilo me machucava muito, eu chorava noite e dia porque eu era doida, alucinada, doida por ela, eu tinha um amor que eu nunca tive por meus filhos legítimos, eu tive por ela e ela me fez sofrer bastante. Quando ela completou 15 anos...eu não sabia nem o paradeiro dela, ela só ligava e dizia mãe não se preocupe não que eu tô chegando, nesse eu tô chegando vinha aparecer no outro dia. Outro dia ela chegou e eu disse D eu não agüento mais de tanto sofrimento, eu vou pedir ajuda a alguém porque eu sozinha...ninguém lá em casa sabia disso, só eu. Passei os dias presa aqui de guardar tanta coisa dentro de mim, e eu sem participar pra ninguém, nem pai, nem irmão, nem ninguém. Eu disse D eu vou pedir ajuda de alguém porque eu não agüento mais de tanto sofrimento

sozinha. “Mamãe, não se preocupe não que de hoje em diante eu lhe prometo que vou mudar”. E quando ela completou 15 anos, eu falei isso, ela falou, ai pronto, mudou graças a Deus, mudou de colégio, estudou no colégio S.R, não foi mais reprovada, nunca foi reprovada no colégio de jeito nenhum e nessa época tava. Virou a cabeça né? Arranjou uma pessoa que a gente não queria e ela se iludiu demais ai em vez de ir pro colégio...mas graças a Deus ela disse “Mãe, não se preocupe não que de hoje em diante eu não faço mais a senhora sofrer”. Realmente graças a Deus, ela começou a estudar novamente, ela não repetiu, todos os anos ela passava em tudo, ela terminou o 2º grau e tudo. Certo que ela tem uma bebezinha, mas isso não é coisa...bicho de sete cabeças, né? porque isso a gente vê o pessoal da alta classe a gente vê essas coisas. E ela vive bem é com um rapaz da aeronáutica graças a Deus. To muito satisfeita e só. Graças a Deus. Eu sei que sofri bastante, mas graças a Deus recuperei tudo, tudo novamente. A outra assim, a outra de 17 anos ela é meio desequilibrada (risos) a gente vai levando. Ela é uma menina jóia, boa, só é meio avoroçada da cabeça, mas dá pra levar. Sobre o M eu não sei, não sei, não sei. O M é desobediente, ele vai pra igreja, que ele é evangélico, eu já disse pra ele que a pessoa que é evangélica não faz coisa errada, não mente porque no reino de Deus não entra o mentiroso, o mentiroso não entra no reino de Deus. Ele vai pra igreja, porque eu sei a hora de terminar, que termina 9 horas, ele chega 11 horas. Ai eu pergunto M onde você tava M. “Mãe eu tava aqui eu fui merendar não sei o que. Ai eu fico confusa, eu não sei se realmente ele foi mesmo ou se tava em algum canto.

Renata: Em relação à adoção a Julia tem a mesma opinião minha, ela também não adotaria.

Julia: Pedir, alguns que eu já cuidei pediu pra mim adotar. “Mãe porque a mãe não me adota?” Meu filho eu não lhe adoto pelo seguinte: eu já to nessa idade, eu não sei quando é que eu vou né? “Não mãe não fala assim não”, eles dizem. Não, eu não vou adotar pelo seguinte, porque eu não tenho condições, e são dois, né? tem que adotar os dois e eu quero uma coisa melhor pra vocês, um futuro melhor, e realmente, graças a Deus encontraram né?

Renata: É isso que a gente quer, o melhor pra eles, e a gente sabe que a gente não tem condições de dar, realmente.

Julia: Eu não tenho, não vou mentir.

Renata: Talvez a gente diga isso por falta de condição da gente também.

Pesquisadora: Que tipo de condição?

Renata: Condição financeira, eu acho que no fundo, no fundo é isso, porque se a gente tivesse condição seria mais fácil, né? Da gente lidar com problemas no futuro, porque de repente você precisa levar num psicólogo, tudo na situação da gente fica mais difícil. Porque aqui tem a creche que dá essa condição. Porque devido a gente fala uma coisa assim, a pessoa acha que tá muito...mas não é, é só o fato de expressão mesmo. Mas é devido a condição da gente também, e devido o problema, né? A gente tem medo, né? Ai com certeza se você perguntar a qualquer mãe, acho que nenhuma...só a Isabella que adotou.

Isabella: Mas eu não adotaria mais, já to muito velha, e você sabe, homem é mais difícil, e hoje eu só tenho menino homem lá em casa.

Pesquisadora: Alguém gostaria de dizer mais alguma coisa?

Todas: Não.

Pesquisadora: Então, retornaremos com o mesmo tema semana que vem.

Grupo Focal
Mães Acolhedoras
3ª Sessão
A Criança Abandonada

Nessa sessão foi dada continuação ao tema abordado anteriormente.

Regina: Bem eu vejo assim, porque um dos meninos que viveu comigo vivia bem dizer no terminal com a mãe. A mãe dele dizia assim...ele dizia eu to com fome, aí ela dizia: pois vai tirar ali um saco de pipoca, vai, vai logo. E ele na minha casa, eu achava que ele se sentia bem, à vontade.É tanto que uma vez eu fui num aniversário duma parenta minha que mora lá no...pra colá do terminal do Siqueira, aí ele disse por favor tia, aqui é muito ruim, aqui é onde eu vivia mais minha mãe, mesmo assim. Então, eu notava que ele, como é que se diz, ele se sentia assim feliz. Porque assim ele teve uma vida muito traumatizada que ele vivia no terminal com a mãe, com a mãe, como é que se diz...com a mãe drogada. Outra coisa assim, ele tinha pavor de porta fechada, parece que ela saia às vezes e deixava ele trancado, e era assim. Sem tomar banho também, ele tinha pavor de tomar banho de chuveiro, quando ele ia tomar banho chega era assim, depois foi que ele foi se acostumando, e tudo, aí eu notava que ele era feliz assim, ele era feliz. Agora quando ele via assim um carro de polícia ele dizia “tia a polícia”, aí eu dizia: não T, não vão fazer nada com você não”, aí ele ficava assim segurando em mim. Então eu notava assim que ele teve uma vida melhor, melhorou muito, muito. Ele dizia assim minha mãe é uma doida, a palavra que ele dizia era assim minha mãe é uma doida tia, ele dizia era isso. Um dia, quando ele teve aqui, a mãe dele passou foi tempo sem vim, aí a mãe dele disse que ia levar ele. Quando ele chegou lá em casa ele disse tia minha mãe vai me levar pra casa, arrumou um homem que deu uma casa a ela e eu tenho...vou ter dois irmãos, tenho uma irmã e ela vai ter outro. Aí eu disse é meu filho se for pra sua felicidade...aí ele disse assim tia minha mãe é uma doida eu não vou não. Depois foram saber se queriam ficar com ele, a família, a família dele e a mãe não podia, a mãe não tinha mais a guarda dele. Mas ele não gostava da mãe. Você que toda criança que tem uma mãe quando vê chora e tudo no mundo, ele nunca chegou lá em casa chorando, nunca, só dizia que a mãe dele era uma doida, a palavra dele era essa.

Julia: É assim, eles vão pra casa da gente tipo assim revoltado sabe? Depois que eles se acostumam com a gente aí a família que eles pensam, que eles têm como família é a família da gente, na casa da gente. Mas, eu acho que eles nunca esquecem essa família não, que aqui acolá eles...os meus pelo menos né? Eu já cuidei de muita criança já grande...os pequeninhos não falam não, nem lembram como o I, ele não lembra da mãe dele, ele lembra da creche porque ele veio pra cá pequeninho, mas aí os outros falam que tem vontade de ver a mãe, diz o jeito da

mãe, como o R dizia, mãe a minha mãe é assim do jeito da mãe tinha os cabelos cortados que nem a senhora, era morena, e eu vi a foto dela e era mesmo. Ele tinha vontade de ver a mãe dele, mas aí depois que ele passou 5 anos comigo e apareceu um casal...eu perguntei R se tua mãe aparecesse agora? Ele disse não mãe eu não tenho mãe, a minha mãe é a senhora ela não é mais nada minha aquela mulher que me abandonou. Mas, no fundo no fundo eles não esquecem não. Eles acham assim que a casa da gente é a casa deles, é a família deles, se disser desenha uma família eles só desenharam a gente, né? Eles não desenharam a família que eles já tiveram, né? Mas no fundo, no fundo eles não esquecem.

Renata: Eu concordo com a D. Júlia, realmente eles não esquecem. Eles têm assim aquele trauma, né? A gente é tipo assim uma proteção pra eles, tipo assim um muro né? que tá protegendo eles. A família é trauma, é sofrimento, é dor, só lembranças ruins, aí eu acho que eles comparam assim a minha família...eles tem na cabeça uma família o quê? Uma mãe ruim, eles falam assim minha mãe era ruim, meu pai batia na minha mãe, tipo assim, né? Aí vem pra casa de gente e não vê nada disso, né? É realmente assim uma família unida, que tem problema mas tá tudo ali junto, né? Não passa pra eles aqueles problemas que a gente tem, do dia-a-dia, aí vão vendo a diferença. É como a D. Julia disse, eles não esquecem o passado, né? Mas também não querem nada do passado, o negócio deles é o presente e segura com unhas e dentes, morre de medo da gente fazer a mesma coisa. No caso do meu, é incrível, ele fica direto fazendo alguma coisa pra agradar a gente, dá pena, chega dá pena. E a gente sente que é o medo que eles tem da gente fazer a mesma coisa que a mãe dele. O meu, tudo que ele faz é em torno de mim, tu acredita? Se eu to assim parada, por exemplo, os meus filhos não vêm me pergunta o que eu tenho, ele vem perguntar: mãe o que é que tu tem? Ou mãe tu quer que eu faça isso? Mãe tu quer que eu faça um chá? Ou tu quer que eu vá buscar água pra mãe? Tipo assim, coisa que não tem nada a haver, mas parece que ele pensa eu vou agradar a ela senão pode...assim um medo, né? não sabe o problema que a gente passa, então tudo isso, fica assim atentando agradar, o meu faz isso. Né não Regina? Ela conhece bem o meu porque a gente morou vizinho. Tipo assim, “a mãe já fez isso?” tu acredita que o meu chega até a arrumar as coisas, arrumar a farda pra agradar. “A mãe tá doente?” “a mãe vai pro hospital não?” tipo assim se ela adoecer eu vou me embora, tá entendendo, pronto é isso que eu quero te dizer. Eles tem medo...tá

certo que eles têm o pai, têm os irmãos, têm a avó, mas pra eles o principal mesmo é a gente, é a mãe. É como, se perdesse a gente eles fossem perder aquilo tudo, né? É o que eu penso. Nós somos, tipo a coluna deles, é a mãe, somos nós. Ele ama o pai dele, adora os irmãos realmente eu tenho consciência disso, não tenho dúvida, mas a deusa pra ele, a protetora sou eu dele. Tudo que me atinge... como eu te falei uma vez, se eu não gostar de uma coisa ele não gosta. Por exemplo, se eu não gostar de ti, você pode fazer tudo, ele não gosta de ti porque eu não gosto, ta entendendo?, eu já disse E não é assim. Se eu não gosto, mas ela é legal com você... ai ele diz, não mas eu também não gosto dela não. É muito complicado, é muito trauma, e ta sendo muito difícil, né D. Julia? Da gente conviver, principalmente que ele ta agora na fase da adolescência, é outro problema que a gente enfrenta, né? E a gente as vezes não ta preparada e fica meio perdida sem saber, como eu já te falei, com os filhos da gente a gente pode brigar, pode machucar um pouquinho numa maneira de proteger, e ele não, a gente não sabe, se agente falar a mesma coisa que falar com um filho adolescente legítimo a gente tem medo de ta machucando. Eu acho assim que a gente precisaria... porque assim, no começo a gente tem um acompanhamento de um psicólogo, eu que nessa fase de adolescente a gente teria que ter um outro acompanhamento, porque ta muito difícil. Agora quem deve saber melhor disso é a D. Regina, porque o dela já passou por essa fase por essa fase de adolescência, já está adulto e o meu e a D. Julia ainda estamos começando. Pra mim ta difícil, não sei pra elas, eu to meio perdida. Eu to precisando de ajuda. Porque eu tenho medo de trazer mais problemas pra ele, e você sabe essa mudança da adolescência é muito complicado e pra gente principalmente que a gente não sabe a genética daquela criança, como é a família, a gente não sabe nada. Ta muito difícil, e eu to precisando de ajuda. Nessa fase ai, eu acho que todas concordam comigo.

Regina: O meu já foi diferente, se pode dizer que ele abriu os olhos me vendo né? Agora, às vezes ele vai pra igreja e vem mais tarde, ai eu digo P agora que tu vem. Ai ele diz, que besteira a mamãe é uma besteira, ele diz assim. Ai eu digo, não é besteira não você ta vendo as coisas do jeito que está. O que eu digo a ele é isso ai. Agora eu só tenho um filho, eu criei meu filho sozinha. Meu filho nunca brincou em rua, eu trabalha, deixava ele e dizia, olha vai voltar do colégio e não quero você em rua, ele nunca foi menino de rua, e toda a vida ele passou. Então na adolescência

do P eu já fiquei triste, porque quando dava fé ele saia, quando dava fé...um dia a diretora veio foi aqui na creche dizendo que ele não tava indo pra aula, ia pra outros cantos mais outras criaturas. Então eu vejo muitas vezes que meu filho ta em casa e ele embora esteja perto não está em casa. É assim, é difícil. E isso não tem nada a haver dele ser abandonado, porque ele nunca viu nada errado na minha casa. É dele mesmo. Ele não vê nada errado no meu filho. E ele foi com 2 anos e pouco lá pra casa, quando ele abriu os olhos pra vida já era lá em casa, então não era pra ele ser assim. E conselho a gente dá, muito conselho eu dou a ele. Então é dele mesmo. Embora que ele tenha passado sem mãe, ele encontrou uma mãe, como todo mundo sabe quem era ele aqui, e hoje ele tem outra vida, então não era pra ser assim, é dele mesmo. Não é falta de conselho, não é falta da gente ter carinho por ele. Não vê o A, o A era daqui, a mãe era uma boa mãe também, às vezes ela dizia que ele só queria viver na rua, a gente dizia mulher vai lá na creche falar, mas ela dizia “não pode ser que ele melhore”. Só que o resultado dele foi que ela veio entregar ele, os outros dois foram adotados, ai depois ele ficou aqui, foi adotado por um advogado, não quis nada, e só queria viver na rua, e hoje vive na rua. E eu dou conselho pro meu, olha o resultado do A...taí ontem ele chegou morto de triste, morto de pena porque o B foi embora, porque precisa a gente dizer. Ele disse “mais mãe fazia pena” ai eu disse P sabe porque isso? vamos conversar nós dois. Sabe o que é? É porque você viu que eles tinham uma boa mãe, mas tava demais P chega o tempo assim, chega da gente não agüentar, o A muitas vezes chegava 1:00 hora da madrugada, tudo eu disse a ele lá em casa. Não pode mulher um negócio desse, se acontecer alguma, de quem é a culpa, da gente. Ta pensando o que? O que acontecer é a gente. Eu conversei com a mãe, era três irmãos, mas um, não me lembro quem era, tava dando muito trabalho, ai a mãe entregou os três, tem que ser os três, e ai eles como já eram adolescentes tem que ir pra outro projeto, acho que foram pro ADOC, não sei, mas ela disse que tava demais.

Renata: O que eu acho errado nesse negócio de irmão é porque no caso de três, um não dá certo e prejudica os outros dois, porque se estão os três só pode sair se for os três, ai isso ai é mais trauma pra aqueles dois que não tem nada a ver. Outra coisa que eu acho assim, e que é difícil da gente lidar é que se eles tão com a gente tão, é como eu to te falando na fase da adolescência, se não der certo...a maioria dos psicólogos que trabalham com a gente diz que a criança não mente. Não é verdade. Toda criança...pelo menos essas crianças, talvez devido aos problemas, às

coisas eles que trazem com eles, aos traumas, eles são mais ativos, muito mais que a gente sabia? Porque é assim, quando ta tudo bem eles amam a gente, mas...a gente entende que é uma maneira deles se defenderem, mas só que eu acho injusto porque você tem que ver assim, uma criança que passou nove anos com a gente, se passa 9 anos com certeza essa criança tem amor, tem tudo, né? Ai de repente é como eu to te falando, não dá certo, você devolve, justamente porque você não se adaptou ao jovem com problemas ai você devolve e pra eles se defenderem vai e inventam outra estória da gente, e eu acho injustiça, eles acreditam. Ai o trabalho que você passou 9 anos com aquela criança doente cuidando, dando amor, convivendo com os filhos da gente, com a família, quer dizer quando a gente chega num ponto que não é nem porque a gente seja ruim não, é porque realmente eles se perdem. A gente não tem a liberdade que tem com os filhos, como eu já te falei várias vezes, isso é o principal que eu acho, a gente não tem a liberdade que tem com os filhos. Assim que tem o direito de dar uma satisfação né? Ai de repente eles se acham que já pode sair...já tem 15 anos ai inventam uma estória e a estória que prevalece infelizmente é a da criança, eu falo mesmo, eu acho isso injusto. Ai a gente sai daquele projeto como ruim, como mal, e isso traz um trauma pra gente, quer dizer a gente pensa que fez uma coisa boa, ta trabalhando pra ajudar uma criança abandonada a gente faz de tudo. Mesmo sem muita instrução, sem essas coisas, mas a gente tem noção, a gente faz o que pode, o que ta ao alcance da gente. Ai de repente a criança vai e faz isso, porque que ele não falou? Quer dizer, será que se não houvesse, eu acho que se uma criança dessa fosse maltratada, no começo, por mais esforço, por mais...ela podia dizer não quero não que eu to sendo maltratada, que tão me judiando, né não? Quer dizer, eu não acredito nessas estórias...qualquer mãe substituta, eu sei que não é verdade, eu conheço minhas companheiras, a gente conversa, tira uma dúvida, a gente fala uma com a outra pra saber como é que ta, se é só o da gente, ai a gente ver que todas estão passando pelo mesmo problema. Ai de repente a criança chega, ele pensa “ah já que vão me devolver eu vou descontar”. Ai inventa uma estória e pronto, saiu porque a mãe fulana de tal fez isso, fez isso, e não vê, não vai assim, fazer tipo assim e olhar pra trás realmente e vê, porque eu acho assim uma criança que é judiada e tudo ele pode ter hematomas, pode ter muito traumas, as crianças da gente estão prontas pra...até pra deixar eles convivendo por conta própria. O meu se eu não quisesse mais ele, ele sabe se virar assim...é uma criança honesta, é uma criança que sabe

agradar, cativar as pessoas. Tem problema? Tem, tem o lado difícil dele e tudo, mas é uma criança que tá preparada, a gente ensina tudo, ensina porque? A gente não sabe o dia de amanhã, de repente Deus me livre acontece alguma coisa, a gente morre uma coisa assim, a gente não tem certeza se o marido vai ficar com aquela criança, provavelmente ele não vai ter estrutura, né? Pra continuar, né? Com aquela criança. Ai a gente prepara eles pra tudo isso, pro futuro. Ai nada disso é reconhecido? Acontece muito isso, eu acho muito difícil.

Regina: Tem muita barreira, olha eu vou dizer. Lá na igreja, o pastor deu um celular a ele, ai ele chegou com o celular, só que o celular tava com defeito, ai ele disse que conhecia um rapaz que ajeita. Ai eu disse tudo bem. Ai ele disse “mãe eu queria mandar ajeitar o celular”. Ai eu disse, olha quando eu receber o dinheiro da creche, eu vou lhe dar 20,00 pra você mandar ajeitar o seu celular, ele é um rapazinho e tudo no mundo. Olha as barreiras como é. Ai pronto, ele foi lá o homem disse que era 60,00. Todo mês o que eu podia eu dava pra poder pagar, pra ajeitar. Ai veja só, eu inocente, ele veio aqui mais o E, quando ele chegou aqui na creche eu nem sabia, quem me disse foi a Renata, ela me disse, mulher o E teve tanta da vergonha, eu disse de que? Diz ai a Renata. Parece que ele veio aqui na diretora, diz Renata.

Renata: Ele disse que vocês estavam sem nada, passando necessidade.

Regina: Que não tinha almoçado, pedindo 50,00. Ele veio aqui com o E falar com a diretora tu acha? E eu não sabia de nada, quando eu cheguei lá na Renata. Sim, mas ai com dois dias ele dizia “oh mãe não sei porque que eu fiz uma coisa”. Eu não sabia também, achava que era alguma coisa do colégio, eu inocente, pra tu ver como é. Ai ele dizia assim “eu to arrependido de ter feito”, ai aquilo me passava, ai eu disse P o que foi que tu fez? Foi bem alguma coisa que tu fez no colégio, num foi? e ele “não, não, deixa pra lá”. Ai um dia, eu vinha lá do mercantil e passei lá Renata, ai ela me disse. Ela me disse mulher pelo amor de Deus...eu fiquei passada. Vinte e tantos anos que eu trabalho lá na creche graças a Deus nunca andei pedindo nada avalie agora que eu não conheço nem essa diretora, que eu não conheço nem ela.

Renata: Mandaram até dar almoço a ele, porque ele disse que não tinha comido nada. Agora tudo isso pra que? Pra pagar o celular dele.

Regina: Mas quando eu cheguei lá em casa que eu soube minha filha, eu disse, agora você vai lá. Você vai lá e vai conversar com ela lá. Ele disse “eu vou mãe, a mãe já sabe?” eu disse: sei. E como é que você não tem vergonha de uma coisa dessas P, você me botar em um rabo de foguete, há tantos anos que eu trabalho na ação social, eu nunca pedi nem a outra diretora que eu conhecia, quanto mais essa que eu não conheço, pelo amor de Deus. Ai ele foi pediu pra conversar com ela e explicou, ele disse “não tia, aquilo foi um mal entendido minha mãe não fez isso não”. Mas mulher eu fiquei...ave-maria, pra você ver as conseqüências das coisas porque queria logo o celular, ai eu dei um castigo, não mandei ajeitar logo. Ele merecia um castigo. Porque ele não esperou?

Renata: Tudo que tá assim no interesse deles, eles sabem assim inventar uma estória, sabe? Então eles deveriam procurar a gente, chamar a gente, né? Botar os dois, era a melhor maneira mesmo.

Regina: Toda a tarde eu mando ele comprar pão lá...porque ele gosta de pão lá da...ai eu digo assim, vá comprar o pão pra você chegar lá na creche e dizer que tá morrendo de fome. Ai ele diz “ave-maria mãe, não fale mais nisso não”, “mãe não fique com raiva não, me perdoe”.

Julia: Eu fui levar a B pro dentista, né? Ai a B disse mãe eu quero água, ai eu fui dar água. Ai eu vi o P na mesa almoçando, ai eu disse P o que é que tu tem que tá tão triste?Ai ele disse: “eu tô aqui pensando na minha vida”, ai eu disse o que é que tem tua vida? Tua vida é tão boa, não tá gostando não? Ai ele disse: “como é que a gente pode gostar de uma vida dessas sem dinheiro? Então eu disse: dinheiro P não é tudo na vida gente não. Dinheiro é bom, ajuda muito a gente, mas não é tudo não. O que é bom na vida da gente é saúde, tu não tem? Tenho. Então é saúde, paz, é melhor do que dinheiro. Ai ele disse: “é, mas um dinheirinho também era bom se chegasse na minha mão. Ai eu fiquei calada. Depois quando ele terminou, a B já tinha entrado pro dentista, ele veio e disse agora eu comi, enchi minha barriga, ô

coisa boa é a barriga cheia. Ai vocês contando agora essa história agora eu entendo.

Regina: E eu aqui pensando, ele sempre diz que não gosta da comida da creche porque tem verdura, ai quando eu falo nisso ele diz: “ô mãe foi só fraqueza minha porque eu queria meu celular”. Viu como é? Eles botam a gente em rabo de foguete, mas ele se arrependeu, eu sei que ele se arrependeu porque eu passei foi dias passando na cara dele.

Renata: Agora eu acho assim, que se eles tivessem assim...tipo um lazer, ou um curso de informática. Eu falei com a diretora e ela ficou de arranjar alguma coisa pra eles fazerem, porque se preenchessem o tempo deles ajudaria muito, né D. Julia? Porque de manhã eles estudam, de tarde tão parado, ai ta naquela fase de mudança, eles mesmo se descobrindo, muita coisa assim, talvez confusa na cabeça deles com certeza, né? A gente não sabe o que passa na cabeça deles. Então eu digo assim, se eles tivessem alguma ocupação ajudaria bastante, e seria mais fácil pra gente e pra eles também. Imagine muita energia, e parado, né? Então, é difícil, é difícil.

Pesquisadora: Vocês têm falado muito sobre alguns comportamentos, e sobre é claro às experiências que vocês tem tido com crianças abandonadas? Qual é o sentimento que vocês tem em relação à criança abandonada? De maneira bem geral, sem se remeter a casos específicos.

Renata: Bem, o meu assim eu tenho pena, com certeza assim, muita pena. Se a gente pudesse fazer algo mais a gente faria, com certeza, porque eu acredito que se eu tivesse no canto deles, só em imaginar me dar pavor. Se meu filho tivesse na situação deles, ave-maria...eu imagino assim, numa creche, vivendo com outras famílias, talvez até pior, que a gente não sabe, né? Sei lá eu acho que eu ficaria apavorada se eu tivesse no canto deles. Eu não gostaria de que nenhum dos meus filhos passasse por isso não. Mas eu acho que é uma coisa tão séria que não dá...se a gente imaginar a gente não consegue definir assim sentimento mesmo. Só sei que eu não gostaria de taxar, nem meus filhos, eu acho que quando terminasse esse trabalho com agente vocês teriam que fazer com eles. Nem a gente sabe definir

mesmo não, eu pelo menos não sei. Eu só sei que é sentimento horrível, não é bom não. Eu acho que ninguém merece isso.

Julia: Eu concordo com a Renata. Eu acho que é ruim mesmo. Eu tenho dó dos bichinhos, assim, porque essa palavra pena né? Mas eu não queria passar por isso também. Porque não é bom, eu acho que é péssimo. A pessoa não conhecer a família legítima. Muitas crianças não lembram do pai, só lembra que a mãe bebia cachaça, só lembra que a mãe ia pro forró de noite e deixava só, de manhã chegava bêbada batendo neles. O pensamento deles é esse, quer dizer eles contam isso pra gente, e dá pena né? O meu sentimento é péssimo. Agora eu digo como a Renata nem gostaria de passar, nem gostaria que meus filhos passassem.

Regina: Eu queria dizer assim, que quando eu levei o P lá pra casa ele tava precisando muito de um acompanhamento...tava precisando muito de mim, que ele era uma criança muito doente, como elas sabem, e era uma criança muito sofrida. Então pra mim, era uma pena muito grande, né? De uma criança que nem ele ser tão sofrida. E é só isso que eu tenho pra dizer.

Ser Mãe Acolhedora

Pesquisadora: Nós conversamos muito sobre a criança abandonada, tá? Então eu queria conversar sobre esse ser mãe acolhedora, que é uma experiência diferente. Então ser mãe substituta, o que é que vem na sua cabeça?

Júlia: Coisa boa né? É a gente cuidar dos filhos dos outros, né? Além da gente criar o da gente, a gente ainda cria o dos outros.

Pesquisadora: E o que é que é isso na prática?

Júlia: Eu faço isso é... faço assim né, com muito amor, a gente cuidar dos filhos dos outros, ter responsabilidade pelos filhos dos outros, acho que seja né?

Pesquisadora: O que mais? O que é que é ser mãe substituta?

Renata: Ser mãe substituta é ter uma responsabilidade muito grande, maior do que com os próprios filhos né? Os filhos da gente. É como a dona Júlia falou “cuidar dos filhos dos outros sem saber, não saber da onde aquela criança assim”... não saber de onde ele veio assim...os procedimentos da família né, inclui tudo né? Religião, tudo isso pra gente...como eu e a dona Júlia que somos católicas, é muito triste, dá aquele medo a gente não sabe de nada. Aí o que você disse, o que é que é ser mãe substituta? É uma responsabilidade do tamanho do mundo, enorme. Pra mim é isso, né? É tudo isso, é responsabilidade...como a dona Júlia falou “além da responsabilidade é o amor que a gente tem que ter dobrado mais do que o próprio filho da gente”. Por que o filho da gente não tem os problemas e a carência que uma criança abandonada tem, então o amor é dobrado, a responsabilidade, tudo é dobrado, o dobro. Pra mim é isso.

Pesquisadora: O que é que você diria pra uma pessoa que nunca ouviu falar nisso? Como é que a senhora explicava pra essa pessoa?

Renata: Na minha opinião, antes de tudo você tem que estar preparada, ter muita garra, não é dona Júlia, por que é muito difícil, então...psicologicamente ... se você tiver muitos problemas em casa, com a família você não entra, se você vai dizer que está ajudando aquela criança vai prejudicar mais ainda, então você tem que ter uma família muito bem estruturada, não assim..financeiramente, esse é meu ponto de vista, em termo de ter..harmonia dentro de casa né? Como eu falei, eu falo muito em religião por que eu sou muito católica, tudo isso ajuda, tipo assim...tem que ter muito estrutura mesmo, você tem que parar pra pensar se realmente está preparado, se você tem condições de dar amor para criança, é muito difícil quando a gente já falou muito, paciência, e muita coisa assim as famílias que vão ser mãe substituta botar o menino numa creche, vão banhar ele, vão dar de comida, não, não é assim não: não é só o trabalho, é a responsabilidade de educar né? É..mostrar o mundo lá fora, por que eles vivem num mundo assim..numa creche ele fica preso assim...tem colégio e tudo mas é diferente de um lar, né de uma família quer dizer inclui tudo isso e é muita responsabilidade. A pessoa tem que parar pra pensar pra saber se ela realmente tem o dom pra ser uma mãe substituta. Eu acho que eu, todas nós aqui nascemos pra isso, então tem que ter o dom mesmo uma vocação pra ser mãe duas vezes. É ser mãe dos filhos da gente e ser mãe dobrada dos filhos dos outros.A gente tem que parar e pensar porque é muito difícil.

Júlia: A criança já vem de uma coisa, né...ela já vem de uma situação difícil, vai pra casa da gente ver aquela mesma cachorrada que via em casa né, aquela mesma desarmonia né, desunião, tem que ter mais, que ser mais, né?

Renata: Quer dizer, então aquela criança não vai ter uma visão...tudo é igual. Ele não vai ver uma diferença de uma família mesmo, estruturada, com amor, harmonia, aí vai dizer “não, é igual a minha. Pra ela o nome família vai ser um pesadelo, uma coisa ruim. Então a gente tem que mostrar que família pra uma criança dessas, abandonada, não é uma coisa boa, bonita, né, assim união, a gente tem que ensinar muito isso a ele, não é dona Júlia? Mostrar que não é só aquele trauma que talvez ele trouxe dos tratamentos, das brigas e das coisas que ele viu talvez com os pais, de onde ele veio né, por que muitas crianças vem assim...os pais são presos né vivem num presídio aí moram com os avós, aí os avós não tem condição aí maltrata, tem muita história assim então a gente tem que ver tudo isso.

Júlia: Eu me sinto orgulhosa de ser mãe substituta, é um trabalho que além de eu ter uma ajuda pra casa né, financeiramente né, eu to ajudando uma pessoa, eu to ajudando assim uma criança, por exemplo o “I” que foi lá pra casa difícil mesmo, foi até psicólogo e não foi nem daqui, foi lá de fora. Terça feira eu fiquei muito satisfeita quando a doutora disse assim “dona Lúcia o I ta liberado, pode dizer ao serviço social que...”, aí pra mim mulher eu sinto... uma vitória. Porque era difícil essa criança, era difícil. Mais continua direitinho, com muita paciência, precisa muita paciência pra cuidar dos filhos dos outros.

Regina: Eu acho assim né, porque uma criança que chega na casa da gente assim né, ela tem...chega com problemas né e a gente fica com eles... e...ajuda bastante né, como eu, como aquele meu que era doente como todo mundo sabe, ta bem dizer, em vista do que ele era né? Mas tudo da gente né, por que é filho da gente, porque se a gente não fosse mãe dele? Assim... como é que ele não estava? Então tem que vê é isso. Eu me sinto orgulhosa, me sinto bastante orgulhosa e olho assim pra ele porque quem foi...aqui mesmo aqui na creche dizem quem foi ele né. Aí eu me sinto feliz porque ele se recuperou e é o que importa, é que ele se recuperou bem, ele caminhava e as pernas eram muito fracas e esta aí recuperado aí, eu me sinto vitoriosa, né. O bom é que a gente ajuda essas crianças, elas vão viver com a gente ali... convive com a gente aí é tudo de bom. A gente ajudando também né, ajudando elas a viver.

Renata: Porque é assim, a gente vai tendo mais experiência de vida, a gente vai vendo que o mundo não é só aquilo, a gente pensa que é só ali, os filhos... a gente vai aprendendo com eles também sabe?coisas novas. Quando você cuida de uma criança dessas você vê que ainda tem muito que aprender, outras coisas que você achava que já sabia de tudo, né? Você pensa 20 anos de casado, já tenho muita experiência, mas não. É como a Regina tava dizendo a gente vai aprendendo a viver mais com essas crianças. E isso é bom pra gente. Se a gente parar só no que a gente sabe, imagina ficar só naquele mundinho, e pronto eu já sei de tudo, a vida é só isso, e não é. As coisas vão mudando, vão se evoluindo, ai é uma experiência diferente pra gente. Cada criança é uma experiência diferente pra gente. A gente vai aprendendo mais... futuramente, a gente não sabe...talvez a gente esteja passando problemas com essas crianças que talvez vá passar com os netos, ai você já tem

aquela convivência, já tem passado por aquele problema você já tem como ajudar outras crianças no futuro, quem sabe os netos como eu to falando, a gente não sabe o dia de amanhã, eu acho que o que tem de bom é a experiência, a experiência do dia a dia com essas crianças. Eu mudei muito depois desse trabalho de mãe substituta, eu era muito assim...eu não me preocupava muito assim não, eu achava que era perfeita sabe? a minha criação era certa, os meus filhos eram assim, não fazia isso, não fazia isso...ai quando essas crianças começaram a vir pra minha casa pra mim cuidar, ai eu vi que...porque eu achava assim que só os meus estavam certos...ai quando eu ouvia "ai meu filho faz assim", ai eu pensava não pode, os meus não fazem...a gente pensa assim que ou a pessoa ta inventando ou mentindo....ai a gente vai vendo que não é assim, então isso me amadureceu muito, e valeu a pena, até pros meus próprios filhos. Porque assim, meus filhos futuramente, quando eles forem pais e verem uma criança necessitando, ele vai saber como lidar com aquela criança porque ele já viu...olha a minha mãe cuidou, ajudou, foi legal aquele trabalho da minha mãe, ele vai incentivar, quem sabe até dar continuidade, pra ele, e dar vontade de ajudar...então é uma coisa boa, bonita que a gente passa pros filhos da gente.

Julia: Esse trabalho muda mesmo a gente porque com os filhos da gente a gente tem responsabilidade né?Mas com os filhos dos outros a responsabilidade dobra, entendeu? eu mudei nesse sentido. Por exemplo, com meu filho quando ele dizia, mãe eu não vou pra aula não, eu dizia é não vá não, desse jeito, agora os daqui vão pra aula. Porque não são meus e se não aprender, o pessoal vai cobrar da gente. Eu acho assim que eu mudei em termos de responsabilidade, porque eu acho que eu tenho mais responsabilidade por eles que pelos meus. Então eu me tornei uma mãe mais responsável.

Regina: É realmente uma responsabilidade muito grande, porque eu já trabalhava em outro tipo de projeto que tinha responsabilidade, mas não era como esse assim, porque no outro a criança vinha só pra dormir, e a mãe vinha depois pra buscar, e o lar substituto a gente tem mais responsabilidade, tem de dar o remédio, tem que levar pro hospital, tem que levar pra tratar, pra levar pra fisioterapia com ele e eu principalmente que tinha que levar ele sempre lá pro hospital lá na Barra, porque ele vivia doente.

Pesquisadora: O que é que tem de ruim no trabalho de vocês?

Renata: Cobrança, muita cobrança sem retorno. Eles não dão o valor que a gente tem consciência que a gente tem.

Pesquisadora: Quem são eles?

Renata: As pessoas que dirigem o programa, que deveriam estar a frente observando mais, olhando mais pro que realmente está acontecendo. É muito fácil ficar cobrando, e não olhar pro que está em volta, só estão olhando pra gente, só que antes da gente, tem muito em volta. Então antes de olhar pra gente seria bom olhar pra quem está em volta coordenando a gente, pra ver se realmente estão dando a assistência que a gente necessita e precisa, né? porque esse trabalho é muito difícil, não é fácil, mas só que infelizmente não é valorizado como deveria ser. Nós temos assistência, mas nós já tivemos mais, e foi muito bom. Esse programa já teve muitas mães, as pessoas eram mais motivadas, agente passeava muito. Se tinha um passeio, os filhos da gente tinha direito de ir também. Porque assim, a partir do momento que eles passam a conviver com a gente os filhos da gente pequenos são como se fossem uns irmãos pra eles, aí tudo isso eles observam. Por exemplo, quando agora diz vai ter um passeio da creche, aí a minha filha diz "mãe eu vou também" ele diz "ai, C tu não vai poder ir, tu não é da creche". Eu sei que não é a intenção, mas contribui muito pra eles não se sentirem que fazem parte da família da gente. Pra mim é assim, é como se eles lembrassem que são diferente, porque se eu sou mãe dele, no caso, nós somos mães, aí levassem o filho da gente pequeno, aí ele ia sentir que falta minha mãe, minha irmã...minha família, né? Mas, não, nessa hora os bichinhos dizem assim "mãe porque a C não pode ir?" aí eu digo: "meu filho ela não pode ir", e ele diz ah, é porque eu sou da creche". Aí eu tenho certeza que eles dizem isso, mas isso machuca por causa da diferença que eles vêem. É o passeio deles, é só pra eles. Aí isso é que vai dando dificuldade de voltar a ser como era antes. Porque antes tinha isso, elas, a assistente social permitiam que a gente fosse e levasse o filho menor, e agora não tem essa diferença. Quando tem uma festinha aqui...a minha filha tem só 10 anos, eles conviveram...quando o E foi lá pra casa ela tinha 1 aninho, que dizer é como um irmão, aí ela diz "mãe eu vou

também", e ele diz "oh, C eu vou pedir pra tu ir também, que tu não pode ir, que eles não vão deixar tu entrar".Eu acho que isso precisa ser mudado, não é querendo...é pra que eles se sintam mais uma família de verdade, que não tenha aquela separação, aquela diferença. Ela é da creche pode vir, ela não é, não pode vir. É aí que eu acho que eles criam um bloqueio na cabecinha de uma criança dessas, porque eles vão vendo que por mais que a gente "você agora é meu filho, filho do coração, filho não sei o que", mas eles estão vendo que são diferentes, por essas pequenas coisas que prejudicam sabia? Coisas que quem convive com eles sabe o quanto prejudicam. Enquanto os outros que não convive, não vê o tanto quanto quem conviveu, com certeza. Não acho que é proposital, eu acho que eles querem o melhor pra eles, mas tem falha né? todo trabalho é tem falha né? Como também nós temos a nossa...eles também falham nesse lado aí. Eles deviam rever tudo isso, e que é muito importante o trabalho da gente também. Eles querem que a gente prepare as crianças para adoção, pra saber como...pra viver num outro lar, né? Pra saber como é viver num lar de verdade. É tipo assim, a sociedade lá fora, pra saber como lidar com a sociedade lá fora. Mas fica difícil quando faz essa diferença. "Não pode ir pra um aniversário, não pode ir pra um passeio que é só pros meninos da creche. Aí, os bichinhos...o meu com certeza, ele não quer vir, ele diz eu não sou mais da creche, aí eu digo meu filho, mas, vá pra dar uma força pros outros lá, pra saber que vocês não são diferentes, porque senão os outros lá vão se sentir diferentes, mas deixa que no fundo, no fundo ele sente. Não querem vir, o meu não quer vir. Ele diz: "ah, se pelo menos a mãe fosse, de primeiro a mãe ia, minha irmã ia...mas agora só eu, vou não". É porque ele se sente lá de casa e não mais da creche.

Julia: Aconteceu comigo também, quando minha filha era pequena ela chorava pedindo, "mãe deixa eu ir", aí eu dizia não que você não é da creche, só nós aqui...aí eu me sentia até mal.

Renata: Quando você diz isso a um filho adolescente, a um filho maiorzinho ele já entende, mas como o meu, já pensou uma criança de 10 anos ouvir, não você não pode porque não é da creche. Aí é onde eles prejudicam...o lado ruim, é quando você prejudica o seu. Porque você deixar um filho pequeno da idade do outro chorando, gritando né, até mais novo, e você ir a um passeio podendo levar ele e

levar só o que é da creche, é duro. Ai no caso, eu não venho, eu mando só ele, já que eu não posso levar o meu, eu não vou prejudicar o meu. Eu digo "meu filho então você vá", ai ele diz "eu também não vou não", eu digo "não...vá porque se não elas vão cobrar de mim", ai ele vem, contra vontade, mas vem. E ai o meu fica chorando, porque não entende, ela acha que é irmão, e como ele pode ir e ele não. Ele não entende esse negócio de creche, pra ele tudo é igual.

Regina: Eu também já passei por isso.

Renata: Pra mim o que seria difícil é você mudar o comportamento da criança, a personalidade, o que complica é que você não pode mudar a personalidade de uma pessoa, mas no caso dessas crianças a gente tem que mudar por mil coisas, né? Pais drogados...você tem que mudar a personalidade da criança, e essa é a parte mais difícil do trabalho da gente, pra mim é. Não adianta você deixar a criança pensar que todo mundo é ruim, que o mundo é horrível, que é cheio de maldade. Você tem que mudar, mostrar o contrário, que o mundo pode ser diferente, então essa é a parte mais difícil, principalmente quando ele já vem com a personalidade mais ou menos formada, com 5 ou 6 anos, é mais difícil que quando você pega uma família de 1 ano ou de meses. O meu quando eu peguei ele tinha 1 ano e 9 meses e foi bem facinho, com a convivência já aprende muito da gente, mas com 5 ou 6 anos, é mais difícil do que uma criança de 1 ano e 11 meses, como eu já peguei a K, tinha 1 ano e 11 meses e foi bem facinho, com a convivência já absorvia aquele lado da gente, né? que família é isso...e uma criança de 6 anos que já viu muita coisa, que por mais que ele não queira já deve estar traumatizado ai pra ele tudo é feio, se no caso for o pai que rouba...ah não...roubar tem que roubar...não tão me dando eu tenho que roubar. E ai onde ta a batalha da gente. Eu acho difícil mesmo pra você mostrar que aquilo não é certo. E o outro lado, é assim a gente tentar não condenar os pais, porque a gente não sabe o motivo que levaram a eles também a tanta coisa, assim...talvez eles não tiveram a oportunidade que aquelas crianças estão tendo, e a gente tem que mostrar tudo isso pra que eles não criem aquela imagem ruim, né? Da família passada. Então a gente tem que mostrar tudo isso pra amenizar pra futuramente eles terem uma família e saber que...Não é D. Julia?

Julia: Eu concordo com a Renata. As crianças já vem de uma vida difícil e se a gente ficar comentando...as vezes a pessoa passa lá em casa e pergunta esses são os netos da sra.? Ai eu digo “é não, é do abrigo tia Julia”, ai se eles tiverem perto eu não vou comentar nada perto deles, né? Mas se não eu digo que são as crianças abandonadas que eu cuido, mas é pra adoção. Mas na frente deles eu não vou dizer, né? “Não os pobrezinhos são abandonados, os bichinhos a mãe deles era drogada, o pai era alcoólatra, não pode. É uma coisa difícil. A gente não pode estar conversando essas coisas, eu pelo menos não falo nada disso na frente de nenhum. Agora o pior, o mais difícil é dizer adeus.

Renata: É o pior, é esse lado ai, é quando tiram eles da gente. A gente fala das dificuldades assim, mas essa daí a gente não acha nem difícil não, é o pior. É o mesmo que a gente perder um filho, com certeza. Dependendo do tempo que a criança fica com a gente...vai ficando mais difícil.

Regina: O pior é assim, como ela está dizendo mesmo. A gente tem uma criança, e já ta acostumada com aquela criança, ai a gente leva outra daqui, ai já é outro sistema. Taí, quando eu levei o D daqui...quando ele chegou lá em casa que tirou a blusa tinha um chocolate, ai eu perguntei a ele e ele ficou só calado. Ai eu disse, olha a gente não tira nada de ninguém que isso é muito feio. Aí depois ele disse tia, desculpa, eu não vou mais fazer isso. É porque se você fizer isso você não vem mais aqui comigo não. E ele não fez mais. Agora ele dizia que quando a mãe dele tava com fome mandava ele pegar pipoca com o homem da pipoca. A gente tem que combater, a gente tem que ensinar, tem que educar.

Pesquisadora: Educar é mais difícil que dizer adeus?

Regina: Ave Maria, não gosto nem de falar.

Julia: Ela pegou quase uma depressão quando o menino saiu da casa dela, a D. Regina. A parte pior é essa ai. Eu pelo menos quando ligam dizendo arrume fulaninho que tem um casal aqui, chega é um choque pra mim. A gente fica sabendo que um dia vai, mas a gente, né?

Renata: A gente sempre acha que vai demorar...No fundo,no fundo a gente tem aquela esperança lá dentro. A gente tem noção, como a assistente social fala pra gente que é só uma passagem.

Regina: Que é um amor bandido.

Pesquisadora: O que é isso?

Regina: Que a gente tem amor, mas que sabe que vai sair da gente,

Renata: Esse negócio de amor bandido vem das reuniões que a gente assistiu, que a assistente social disse que a gente tem que ter um amor por essas crianças, um amor bandido. Ai, nós mães, nunca concordamos com isso. Porque é muito fácil você dizer, mas é muito difícil você cuidar de uma criança, de um ser humano, com esse amor, amor bandido.

Pesquisadora: Mas o que ela quis dizer com isso?

Renata: Que a gente não deveria se apegar muito a aquela criança. Só que ela usou essa palavra e foi muito pesado pra gente. Inclusive nós saímos todas em choque. Então houve essa reunião, falaram isso pra gente, só que nenhuma de nós...foi assim um choque pra nós porque a gente não pensa assim. A gente entendeu que ela quis dizer que a gente não deveria se apegar muito, porque a qualquer momento poderiam tirar aquela criança da gente. Só o que chocou a gente na hora, é que a gente não tava esperando aquela expressão “amor bandido”,a gente tomou um susto. Porque é muito fácil, ah você pega uma criança e ter um amor bandido com elas, gostar por gostar, um amor falso, fingir que ta gostando, e esse lado ai não dá. Você estar lidando com uma criança, um ser humano, um inocente que não sabe nada da vida...como é que você vai preparar uma criança dessas com esse amor bandido, com essa falsidade? Como é que essa criança vai crescer, vai ser um homem no futuro? Se eu ensinei desde pequenininho a ser falso? Não dá. Por isso eu digo da importância do nosso papel, a nossa responsabilidade. Ou você ama, e se entrega de alma mesmo, com muita vontade num trabalho desse, ou você não dura. Não dá pra você ser falso. Não dá pra ter

esse amor bandido nem de longe. Porque você vai se machucar com certeza, e vai machucar a criança também, acabar com a criança, né? Porque a criança percebe tudo, ele sabe quando é amado de verdade. Eu acho que o adulto é mais fácil de ser enganado do que uma criança. Se você der um presente pra uma criança, ela sabe se você tá dando aquilo só por dar ou se você tá dando de verdade. Por isso, que eu digo esse amor bandido foi muito pesado, e não tem nada a ver com o nosso trabalho.

Julia: Eu nunca fiz esse amor bandido, ou é amor mesmo ou não é nada. Agora, eu sofro, mas eu entendo, eu tenho saudade, mas eu, na mesma hora vem na minha cabeça...ora vai ser melhor pra eles, vão ter uma família legítima, porque a gente não é a família legítima. Ai quando eu penso assim eu sofro menos, porque eu penso assim que eles agora estão na família deles, porque a minha não é família deles.

Renata: Porque a gente não tem condição financeira pra assumir aquela criança, aí você saber que aquela criança vai ter um futuro é o que a gente espera.

Julia: que vai ter um estudo bom...até ameniza a dor.

Regina: eu acho que por mais que a gente sofra, porque a gente sofre mesmo, mas a gente fica feliz em saber que ele tem uma família, eu sofro até hoje pelo T. Tu já pensou que as vezes eu tinha que ir dormir porque senão ele também não ia, você conviver direto, toda hora, todo instante, na hora da doença que ele tinha asma, ele era muito apegado a mim.

Julia: O I do mesmo jeito, quando eu vejo ele abrindo a boca eu pergunto, I tu tá com sono? Eu to, a mãe não vai dormir agora não? Vou já. Ai daqui a um pedaço ele diz mãe eu acho que eu já vou, eu to com sono e a mãe não vai. Ai eu armo a rede e ele deita, aqui a um pedaço ele já tá no meu pé de novo. Ai eu entro pra ele poder se deitar.

Renata: Se duvidar, devido a gente saber o quanto aquela criança precisa da gente, a gente até se apegar e gosta mais que os próprios filhos. Porque os filhos devido achar...saber que a gente é mãe machuca mais a gente sabia? Em ter a confiança

que a gente não vai abandonar, eles são mais malcriados, já essas crianças não, eles tem o cuidado de não machucar a gente, pelo menos o meu tem mais atenção comigo do que meus próprios filhos, ele se preocupa mais por medo de me perder, eu acho que é isso. Quando eu to doente ele pergunta “a mãe já tomou remédio?” “mãe vá se deitar”. Coisas que os nossos filhos não se ligam muito. Os filhos da gente são mais egoístas, já eles não, eles procuram agradar o máximo que puder. Tudo que depender deles a gente pode contar mais com eles do que com os da gente. A necessidade de uma mãe é tão grande que as vezes eles não vivem a vidinha deles com medo de perder a gente, e da gente jogar eles novamente numa creche. Eu sinto isso no meu. O abandono mexeu demais e mexe até hoje com ele. Ele morre de medo de me perder, eu tenho consciência disso. Quando eu to doente ele pergunta “a mãe já tomou remédio?” aí eu digo eu não vou morrer não, aí ele diz Deus me livre, eu prefiro que a minha mãe morra, a mãe dele de verdade, eu digo menino não é assim não. Ele diz é mãe, a senhora toma conta de mim, a outra me abandonou. Se é da mãe morrer eu prefiro que a outra morra que não cuidou.

Regina: Eu acho assim, que ele tem muito trauma porque a mãe dele deixou ele. Já o meu não é diferente, ele veio pra cá pequeno.

Renata: Tem diferença da criança que já tem uma noção do que passou pra criança que tem a gente como a primeira família. A gente vê a diferença. O que lembra o que passou dá mais valor a gente do que o que vem pequeno e tem a gente como mãe. Eu acho assim, como eu conheço a criança da Regina, eu vejo assim ele veio muito pequeno, e eu acho que como ela foi a primeira família dele ele fica em dúvida, será que outra seria melhor? Fica sempre aquela dúvida. Ele queria ter conhecido a família biológica. Já pensou, quando eles tão bebezinho eles não se preocupam com isso, mas quando ficam adolescente e quando não sabem da história eles querem saber. Já o meu ele sabe da sua história, ele sabe que o começo da história dele foi ruim, agora tá bom pra ele, ele não tem a curiosidade de voltar atrás ele quer seguir sempre a frente procurando as melhoras, esquecendo o passado e procurando coisas boas. No caso do da Regina ele tem dúvida, tem sempre na mente dele o porque, será que teria sido diferente. Eu acho que ele sempre vai viver procurando. Ele guarda ainda um jornal de quando ele foi

abandonado, e ele diz que quando crescer ele vai procurar a família dele. Então tem diferença de cada criança.

Pesquisadora: Então pra concluir por hoje me diga o que é ser mãe substituta com 3 palavras.

Renata: Guerreira, amor ao trabalho, responsabilidade

Julia: Coragem, responsabilidade, amor.

5ª Sessão

A Relação Mãe Acolhedora/Criança Acolhida

Pesquisadora: Nós já falamos sobre a criança abandonada, sobre a mãe substituta e agora eu gostaria de conversar com vocês sobre a relação, como acontece, como é, enfim, sobre a relação que envolve mãe acolhedora e criança acolhida. Para ajudar a pensar nesse tema eu trouxe jornal, onde a partir desse material eu gostaria que vocês construíssem uma escultura de papel que representasse essa relação. Esse trabalho não envolverá nenhum outro tipo de material, portanto vocês podem rasgar, amassar, enfim fazer o que for necessário para construir sua escultura.

Renata: Bem, eu dobrei esse jornal com bem cuidado, pra não amassar, pra não destruir, é tipo assim um documento muito importante pra mim. É tipo assim, pra mim guardar pro resto da minha vida, eu não vou destruir nunca, se possível eu vou sempre guarda com muito carinho pra não amassar, é isso, pra mim eu dobrei esse jornal com muito cuidado pra não amassar, como documento, né? Um documento muito especial que eu não posso destruir, faz parte da minha vida, tipo uma identidade, é mais uma identidade pra mim, pronto. Cada criança é um documento desse, com certeza que cada um tem diferença pra mim. Se você me pedisse dobrar cada papel relacionando a uma criança talvez eu dobraria diferente, com certeza. Esse é a criança que eu cuido hoje, que eu dobrei com todo carinho, bem dobradinho pra deixar comigo. Os outros eu faria do mesmo jeito, mas como eu já falei, eles não demoraram muito, não é que não seja importante não, mas o que fica com a gente, né? É tipo assim, é o documento da gente, ta com a gente, a gente tem que ter o máximo cuidado, carinho porque enquanto tiver...e se possível eu não devolveria esse documento, eu guardaria pra mim.

Pesquisadora: O que aconteceu com os outros?

Renata: Os pais levaram. Um foi adotado, e o outro a família não tinha condições, aí melhorou de vida e vieram pegar as crianças. Foram só temporários, por isso eu não me identifiquei muito, não eram crianças abandonadas. Agora esse não, ele é realmente uma criança abandonada, que depende de mim, por isso eu tava dizendo ele é especial, faz parte da minha vida, é um documento, é uma identidade pra mim.

Os outros documentos já saíram da minha responsabilidade, mas do meu coração e da minha lembrança não. Não sai. É tipo assim, eu tive de devolver a identidade, mas eu devolvi pra mãe, né? Eles foram importantes pra mim. É tipo assim me deram pra mim guardar, certo? Tipo assim pra guardar num arquivo aquele documento, por enquanto... tipo assim ele foi retirado da sua sala pra ser cuidado, né? Até você devolver pra verdadeira sala. E o que eu estou cuidando agora não, ele não tinha sala, não tem canto certo pra ele. Então eu peguei guardei pra mim e vai ser meu enquanto resolverem o problema dele ele vai ficar comigo. Eu espero que fique até o final, que ele não saia da minha vida não.

Julia: eu também penso assim. Aquela relação que a gente teve entre a gente e aquela criança não se acaba nunca da mente da gente, da minha pelo menos não sai não, eu me lembro de todas as crianças que passaram nesses 20 anos na minha casa, e eu guardo essa lembrança, essa relação dentro de mim e com muito amor, muito carinho, nunca esqueci de nenhum lance durante esses 20 anos entre eu e elas. E eu guardo como um documento muito importante, sem dobrar, bem guardado e bem cuidado. Essa é uma relação que tem muitas coisas boas, tem coisas desagradáveis também, mas que a gente passa uma borracha e apaga, né? Mas passa mais boa do que ruim, como o carinho que eles tem com a gente e a gente tem com eles. Muita coisa boa...e a coisa ruim é quando ta grande que desobedece a gente né? A gente não dá muito valor não, né? Mas a gente deixa passar. Eu graças a Deus levo mais é pequeno, ai já vão entrando no meu ritmo, ai já vai...nunca levei menino grande lá pra casa, só menino pequeno ai lá casa fica grande ai já vai no meu ritmo, do mesmo jeito que eu criei os meus eu crio eles. Graças a Deus nunca deu nada errado, nunca fui chamada atenção, graças a Deus até agora. A psicóloga aqui diz que eu obro milagre (risos) eu não sou nem santa.

Renata: É difícil falar, é mais sentimentos que palavras. A gente pode falar a vontade um bocado de coisa bonita, mas não vai expressar realmente o que a gente sente, de dentro da gente mesmo não já pra explicar não.

Pesquisadora: Mas vamos tentar definir essa relação. É um tipo de maternidade substituta, é uma coisa que só vocês podem me explicar.

Renata: Pra mim é muito difícil, mas é gratificante, é difícil, mas vale a pena. Não é um trabalho em vão, é uma coisa que você vê o resultado, em relação às crianças que eu to falando. Infelizmente, o governo não...em relação assim ao governo a gente tem só decepção. Mas em relação às crianças vale a pena, é muito válido, e eu não me arrependo. Continuaria com o mesmo trabalho.

Julia: O ruim é quando vai embora, né? A gente tem aquela criança na casa da gente como a família da gente, né? Eles são a família...ai passa aqueles 3 anos, 4 anos, ficam até hoje como já passou comigo ai vai embora de repente. As vezes mandam até notícia, as vezes não, vai embora. Ai eu acho assim, o ruim da relação é isso a separação.

Renata: É o mais difícil pra gente é a perda. Mesmo que você tenha noção que não está perdendo porque morreu, mas é uma perda. Pra gente é assim, porque você não sabe quando vai ver...se você vai ter notícia. Muitas vezes você não tem notícia. O que foi adotado...o que eu criei e foi adotado...eu não tenho notícia dele, não sei como é que ele tá, não sei pra onde ele foi, se ta bem, ta entendendo? Esse é o lado ruim, como a D. Julia diz. O lado bom é aquele lado que você vê a criança crescer, amadurecer, aprender com você. Você ensinar o certo e o errado, isso é o que tem de bom. Agente também aprende muita coisa com essas crianças, muito mesmo. Agente aprende a valorizar mais as coisas. Assim, pra mim é tipo um exemplo pra mim dar pros meus filhos, assim muita coisa que a gente pensa que é besteira, mas que com essas crianças a gente vai aprendendo, e meu filho vai observando e vai dando mais valor a família, uma criança assim no caso deles, e pras crianças também vai aprendendo a conviver na sociedade, essas são as coisas boas. Não é bom só pras crianças não é pra gente também. Eu aprendi muito, eu mudei muito. Eu já tenho assim uns 9 anos como mãe substituta, mas valeu a pena, eu já aprendi muito com essas crianças, assim muitas coisa que eu achava que era bobagem, que não dava valor...me ajudou muito com meus filhos pra mostrar assim...porque você quando não trabalha assim vê os casos no jornal, vê uma pessoa pedindo esmola, mas você dá porque faz parte da caridade, mas você não tem noção o quanto aquela criança ta precisando daquela esmola, daquele...eu acho assim, antes eu dava esmola não procurava entender o quanto era importante aquela esmola, atender aquela pessoa, a parar... e quando você passa a cuidar dessas crianças que

você vê a necessidade que eles passam, a gente vai aprendendo, vai vendo o quanto é difícil...quando você coloca uma criança dessas com tantos problemas e no dia-a-dia você tem que ajudar, tem que transformar aquela criança a não trazer tanta coisa ruim, você mudar...ai isso vai te mudando, vai mudando a sua personalidade, a sua maneira de ver a vida, as pessoas...nem que você ache que não é ruim, que não faz nada de ruim, mas a vida não é só isso não a gente amadurece muito com esse trabalho, eu amadureci muito, mudei muito com relação a tudo, com relação a sentimento, a gente passa a ser...tipo assim...eu não sou mais aquela pessoa que só lha a minha volta, minha família, meus vizinhos, agora eu procuro olhar mais os problemas dos outros, eu procuro ajudar as pessoas. De primeiro eu via uma criança pedindo esmola eu tinha medo, eu achava que podia ser..."ai esse menino sujo, pode ser um mirim", agora a gente já tenta olhar com outros olhos, agora eu tento assim dar um sorriso...fazer sentir que ele é gente, que apesar dele ta ali pedindo esmola, mas eu vejo ele como gente, como pessoa. Porque ele podia ser a criança que eu cuido hoje, e é isso que faz com a gente mude, e pra melhor com certeza.

Julia: É isso aí, a gente quando ver uma criança deitada no terminal, dormindo no chão com aqueles papelões, a gente imagina que podia ser fulano, podia ser beltrano, podia ser até um filho da gente mesmo. Quando o E foi embora lá de casa, todo mundo que eu via, eu só via o E deitado no chão, ai isso é triste. Então com essas crianças a gente aprende muita coisa. Quer dizer, se eu não cuidasse, se eu não soubesse do problema dessas crianças que a gente tem na casa da gente...

Renata: A gente daria uma esmola e pronto, mas a gente não vai ver que R\$ 1,00 não é tão importante quanto um olhar, um sorriso talvez a criança esteja precisando muito mais disso que R\$ 1,00, uma moeda, uma comida, né? Daquele momento, eles têm necessidade de um abraço. Você vê uma criança sozinha abandonada, deitada no chão, sem identidade praticamente, porque uma criança assim não tem nem noção de identidade dele mesmo. Ele não sabe quem é mãe muitas vezes, não sabe quem é o pai, ai é isso. Ontem eu vi o A empurrando aqueles carrinhos de geladeira, ele foi uma criança que passou por várias mães substitutas, ele não quis, ele foi pra Casa da Criança, ele foi adotado, não quis também, ai hoje vive perambulando pela rua, catando lata, ai ele me viu, e falou comigo, mas me deu uma pena. Ai eu penso onde nós erramos? Porque ele teve todas as oportunidades e não

quis, não aproveitou nenhuma, aqui mesmo fizeram de tudo por ele. Mas ele escolheu viver na rua, talvez foi mais forte esse lado pra ele.

Isabella: Já que esse papel é meus filhos, eu não posso amassar e jogar fora, é meus filhos, se eles tiverem lá fora eu acolho e boto pra dentro, e dou amor, dou carinho, dou tudo. Com esse papel (jornal) eu aliso ele, eu passo a mão, eu tenho dois que são especiais, são umas pessoas muito importante pra mim, muito importante na minha vida. Meus filhos foram normais, agora depois de velha eu formei nova família, eu já todo com mais de 20 anos nesse projeto e continuo com eles e dou o que eu posso...amor e carinho, principalmente pros dois que são especiais, é tudo na minha vida, eu me separando deles é o mesmo que tirar um pedaço de mim, porque foram umas crianças que nunca tiveram amor, carinho, apoio de família, nunca tiveram um ombro amigo e hoje eles tem, vem pro meu ombro eu aliso, faço carinho, faço o que eu posso. Hoje os meus, eu acho que eu não tive o carinho que eu tenho com eles, porque? Porque meus filhos sempre tiveram o apoio de pai e mãe, tiveram família e eles nunca tiveram. Por isso, a razão de eu dar mais apoio a eles e carinho que eles nunca tiveram, e eles são tudo pra mim, pesar de quando tirarem eles a gente sofre um pouco, mas é o jeito que tem, que não são mesmo da gente, mas na hora que quiser levar...a gente sente um bocado, sofre mas é o jeito. Porque esse é um amor bandido...a gente ta com esse hoje, amanhã ta sujeito a estar com esse, a gente não pode fazer nada, não são da gente mesmo tem que levar.

Pesquisadora: Como é que a Sra me explicaria essa relação de amor bandido?

Isabella: O amor bandido é assim, é que a gente tem amor por eles, tem o maior carinho, e na hora que a pessoa quer tirar eles da gente tira e a gente fica só na vontade. Por isso eu acho que é amor bandido, né? Por que não é pra sempre. Na hora que querem tirar, levam e a gente fica só na vontade. Levam e agente fica só na lembrança daquele amor, daquele aconchego, que a gente teve com eles, e eles com a gente.

Julia: É uma relação que a gente nunca esquece, pode passar o tempo que for, eu não esqueço do meu primeiro menino que foi lá pra casa há 19 anos atrás que vai fazer 20. Eu não esqueço de nenhum, quer dizer é uma relação tão forte, que eles

vão embora, mas a lembrança fica, o pior da relação é essa, a falta. A gente tá com aquela criança ali...tem hora que a gente pensa que nunca não vai nem embora, né? Faz de conta que ele é meu, aí quando dá fé chega o dono e leva, quando a gente ainda tem uma notícia a gente fica tão feliz, quando não tem mais notícia de nada como alguns que vai e a gente não tem mais notícia, mas dentro da gente a gente não esquece daquela criança.

Pesquisadora: Então é se apegar, cuidar, dar amor a um filho, que você sabe que vai perder? Vocês não têm medo de se apegar a essa criança? É sem reservas?

Isabella: A gente se apega, né? Mas agente se apega sabendo que eles não são...não vivem com agente para sempre. Se apegar a gente se apega mesmo. Por exemplo, os meus que eu peguei já eram grandes e eu me apeguei demais principalmente o D, acredita que até o velho lá em casa pergunta porque que eu me apego mais ao D do que aos outros. Eu digo que é porque o D é especial, o D merece todo amor, todo carinho, toda atenção, a gente não pode falar alterado com ele que ele se zanga, palavrão, não fala mais isso palavrão, e eu não quero ver ele assim, por isso eu trato ele com muito amor e muito carinho. Eu trato todos direito, principalmente eles dois, mas o M que é normal eu tenho amor, tenho carinho por ele, ele beija meu ombro diz minha mãezinha, mas não é como aqueles que são especiais, né? Porque os bichinhos não falam, e eu vou tratar eles com grosseria? Não...com amor e carinho até o dia que Deus quiser, o dia que quiserem tirar ele, pronto eu fico só com a vontade. Porque eu sei que não é meu mesmo, na hora que quiserem levar pode levar, a gente sente, mas passa.

Renata: Tipo assim, eu tomo o máximo de cuidado porque eu sei que tá comigo, mas não é meu. É como se você tivesse deixado uma...tipo assim como se fosse um documento, é um documento muito importante que você deixa comigo, eu tenho que ter muito cuidado, aí por mais que a gente não queira a gente acaba tendo o máximo cuidado com aquela criança do que com o da gente. Porque eu acho assim, o meu é meu eu não tenho que dar satisfação pra ninguém, se tiver alguma coisa errada eu mesmo posso me questionar. Mas essas crianças que vem assim, como pela creche Tia Julia que a gente cuida, a responsabilidade é dobrada, e a minha relação com eles é um cuidado total, não é que a gente não tenha cuidado com os

da gente, mas é assim...na hora da comida, na hora do banho, é tudo coisa diferente dos da gente...você se sente na obrigação de... os seus você manda “vai tomar banho”, já eles você se sente na obrigação de banhar, de ensinar, a gente acha que tem que ser diferente, porque de repente vem o juiz, né? Pegar a criança, como a D. Julia falou, pra entregar pros futuros pais adotivos, aí essa criança tem que tá banhadinha, limpinha, com tudo certinho, tipo assim você não pode falhar com eles, aí a relação se torna mais complicada, tô falando por mim, nesse lado aí, no lado do afeto não...a criança gosta da gente, mas o que pra mim o que pesa mais é esse lado aí, da educação, das pequenas coisas, dessas coisas assim que tudo você é cobrada, a gente tem medo de ser pego de surpresa...daquela criança não tá...tipo no padrão deles, uma vez eu já levei essa, sabe? Então pra mim é isso, porque no outro lado...Agora tem o medo de perder. Você cuida e pensa “não, eu não vou ter muito amor, não vou me apegar muito porque não é meu, a qualquer momento podem tirar, mas você tenta botar isso no seu subconsciente, mas você acaba assim...tudo por água abaixo. Aquela criança acaba lhe conquistando, você acaba se apegando demais àquela criança, aí é o que vem o lado ruim, porque quando você entra é muito fácil você pegar assim e diz olhe D. Renata a senhora faz assim, assim, não é seu, aí a gente já sabe é só cuidado, não é meu, eu tenho noção, eu vou só ensinar as coisas, o que é família, passar pra ele esse lado, mas quando você tem isso na sua mente você pensa “ah, eu vou tirar isso de letra”, eu já sei tudo o que eu tenho que fazer, não é meu, vou ter que dar carinho, mas não me apegar porque não é meu. Aí vem o dia-a-dia, aí pronto, vai tudo por água abaixo, desmorona tudo, fica tudo desmoronado, aí não dá você confunde mesmo e você sem querer você às vezes se apega mais a eles do que aos próprios filhos, a gente sabe que os da gente é da gente, eles tem noção de pai e mãe de verdade, a gente vai e se apega mais a eles por saber que eles não tem o pai, não tem a mãe, são carentes...eu acho que o lado que complica um pouquinho tanto no lado da gente como do da criança é esse, ele se sente que a gente é mãe, que adotou eles, a criança não tem a noção que a gente tem. A gente que sabe que é um trabalho a gente se apega, e é onde vem a decepção. Eu digo pela K, que foi o bebê que eu cuidei, até hoje...eu passei um bom tempo revoltada com todas as pessoas daqui, me revoltei total, era tipo assim como se eles tivessem tirado a minha filha, como o juiz tivesse roubado o meu filho, e era não. Eu que cuidei, eu que dei remédio quando ela tava doente, eu que ensinei ela a falar, eu fiquei revoltada e até hoje eu

tenho esse bloqueio na minha cabeça, não consegui tirar, se eu disser que passou, que ta tudo bem eu vou ta te mentindo, não passou. E até hoje eu não perdôo porque tiraram a menina de mim, eu não perdôo, apesar de ter ido pra mãe, mas eu achava que era minha e pronto, não perdoei até hoje. Eu culpo e fiquei com raiva de todo mundo da creche Tia Julia, fiquei chateada mesmo e eu pelejo, assim “não, não era minha”, mas não dá, até hoje...meu marido tem esse mesmo sentimento de revolta, tu acredita? fiquei revoltada porque tiraram a menina de mim. E até hoje não consegui tirar isso, eu deixei num cantinho, mas até hoje eu sou revoltada com isso. Eu não perdôo, eu não perdôo.

Julia: É como eu também não esqueço da assistente social que levou duas crianças que eu cuidava pra adoção internacional. Ficou a lembrança na minha cabeça desde aquele dia que ela foi lá em casa conversar com os meninos, ficou marcado.

Renata: A gente fica com mágoa como se eles tivesse tirado um pedacinho da gente. Engraçado aqui tem 3 pessoas que se eu pudesse eu nem olhava pro rosto, porque tiraram a K de mim, se eu pudesse não passava nem por perto, o pior é que tem que dar oi...o pior é isso aí, você tem que fingir. Porque a gente sabe. Mas tem criança que você se apega de um jeito que você não consegue assim...ter essa diferença “não é minha”, ao contrário, você...”ela é minha”. Porque tiraram, não fui eu que cuidei? Muito bonito, depois de grande, a menina já ta falando, já sabe fazer tudo, ai vem a mãe e tira de mim. Que mãe é essa? Ela não tem direito não. Quem tinha direito era eu. Ai pronto, até hoje. Eu tenho que tirar isso da minha cabeça, mas ainda não consegui.

Julia: É difícil mesmo. A gente quando se inscreveu foram logo explicando. “Olha, as crianças não são de vocês, você não podem se apegar muito, porque um dia vão sair da casa de vocês e vocês vão sofrer, as crianças vão sofrer também”. Assim a assistente social que me inscreveu me falou. Ai ta tudo bem, eu levei naquele pensamento “não é meu, não vou me apegar”. Mas o que? Quando passa assim uma semana, ou mesmo 4 ou 5 dias a coisa vira ao contrário, e a gente se apega muito mais do que mesmo que aos da gente mesmo. Porque os da gente a gente tem certeza que nunca vai sair da gente, e aqueles a gente sabe que um dia vão sair, um dia sai. D. Isabella também já passou por isso, já?

Isabella: Já porque já teve vários na minha casa, mas nenhum foi adotado. Foram pra família mesmo. Só foram adotadas as duas meninas que eu adotei. Eu me apeguei mesmo, e a mãe delas não queria mesmo. A mãe da D não tinha onde morar e tinha problema mental, eu ainda dei uma chance, eu disse olhe ela pode ser desligada do projeto, mas eu fico com ela até 9 anos, porque naquele tempo a criança era desligada com 7 anos, quando ela tiver 9 anos ela escolhe a mim ou a você. Ai ela disse, não mãe, ela também me chamava de mãe, eu não quero não, eu não tenho onde morar, eu não tenho nada, onde eu chegar eu durmo, onde eu chegar eu como, a vida que eu tenho eu não quero pra minha filha não, pode ficar com ela. Ai eu adotei ela. Depois veio a I, a I era filha de uma menor que já vivia no ADOC, já vivia na FEBEM, ai ela teve a I e na época ela passou 2 meses amamentando ela, depois ela voltou para o ADOC e a I veio pra mim. Ai quando na idade de 7 anos a assistente social foi procurar ela pra ela receber a I de volta, e ela não quis. Ela disse que também não tinha onde morar, vivia pra cima e pra baixo, na casa de um e de outro. Ela tinha um tio aqui, mas disse que não dava pra esse tio, dava pra mim se eu quisesse. Ai o que é que vai se fazer? A nega era doida pela gente. Uma vez tiraram ela de mim, não sei o que foi que houve lá, confusão da mãe dela. Ai tiraram a I da minha casa e colocaram na casa de outra. A I chorou três dias e três noites, e nem comia e nem dormia chamando mamãe, mamãe, e a mulher colocou ela no braço e trouxe aqui dizendo Dra. a senhora tem que levar essa menina de volta pra D Isabella porque ela ta com 3 dias que nem come e nem dorme só chorando e chamando pela mãe dela. Ai me chamaram e eu levei ela de volta. Enquanto isso eu chorava como uma desesperada, ainda pegava a roupa da menina passava a noite com a roupa dentro da rede chorando. Uma loucura, uma loucura. Uma loucura mesmo. A gente se apega mesmo. Na época eu era mais nova tinha muito amor mesmo. Agora eu já to velha. Ai quando completou 7 anos a mãe dela disse que não queria, que não tinha onde morar, ai eu adotei.

Julia: Ai quer dizer, uma relação dessa a gente não pode amassar, nem rasgar, nem queimar, nem jogar fora.

Isabella: Porque que a gente vai jogar fora uma relação dessa, a gente tem é que ficar com a gente. Pois é, ai eu adotei ela, e até hoje, ela tem 17 anos. A outra vai fazer 20, já é mãe. A bebêzinha dela tem 2 anos, e é tudo na minha vida. É vovó pra

aqui, é vovó pra cola, você não sabe como a gente se apegar. Se apegar mesmo, tem 2 aninhos. É tudo. Não tem mais criança, é tudo adulto. É a coisa mais linda, é tudo na vida da gente. Por mais que não seja...mas é de coração, é de amor, é de tudo. É tudo na vida da gente esse povo. A gente se apegar mesmo, se apegar mesmo porque as vezes, as vezes não, nem com os filho da gente a gente se apegar tanto. Por exemplo, eu nunca tive uma filha mulher, só tive 5 homens. Ai eu adotei uma e casou-se, foi uma pessoa do interior que deu pra gente. Ai eu peguei essas duas e adotei as duas.

Renata: Eles cativam mais a gente, sabia? Eles têm mais necessidade de estarem assim...tipo assim pra gente retribuir também, mas eles cativam mais a gente, eu sinto isso. Ai a gente vai se envolvendo. Às vezes tem um pouquinho de ciúme do filho da gente, mas só que a gente vai e explica pra eles e eles acabam entendendo.

Isabella: Um dos meus filhos tem ciúme delas, ele diz que eu nunca fiz por eles o que eu faço por elas. Eu digo que é “porque na época de vocês era uma época mais difícil, e agora as coisas se tornam mais fáceis. Mas toda vida eu fiz por vocês também, porque tiveram o que eu pude dar, dei estudo, dei amor, dei carinho, dei tudo também ” se não estudaram até terminarem foi porque não quiseram, abandonaram os estudos por que quiseram, mas eles estudaram em colégio particular, não foi em escola pública. Mas eu não criei elas para o mundo, criei para serem umas pessoas decentes, e graças a Deus até hoje não me decepcionaram, essa teve um filho porque hoje até os ricos tem né? Imagine a gente, né? Isso é da vida. Mas ela vive com um rapaz, que ele é uma pessoa muito boa, ele é da aeronáutica, ele é gente fina, quero que vá até o fim, se Deus quiser. Tenho mais nada pra dizer, já falei tudo.

Pesquisadora: É doloroso falar sobre isso?

Isabella: Não é doloroso falar sobre isso, eu tenho orgulho de falar sobre isso, foi umas pessoas que eu criei, não foram minhas filhas, mas eu criei com todo amor e carinho, do jeito que eu pude, e eu quero que elas sejam umas pessoas importantes na vida. Quero que elas sejam mais do que elas querem, porque eu dei estudo, dei tudo que elas precisaram pra ser gente mesmo.

Julia: Ela não acha doloroso porque elas continuam com ela, mas eu já acho, eu já acho doloroso falar dos meus que foram, eu acho, não vou mentir, eu acho doloroso falar.

Renata: Eu também acho. Depois que eu perdi, eu acho doloroso e muito.

Isabella: Ora às vezes ela diz que não vê a hora de arranjar um emprego melhor e arranjar uma casa pra sair lá de casa. Ai eu já fico assim pensando, valha-me meu Deus do Céu, e se ela sair daqui como é que vai ser de mim? Por causa da bebê, por causa dela não que ela já ta criada, porque sem mim a bebê vai sofrer um bocado, porque ela tem mais amor a mim do que a própria mãe, porque a mãe trabalha, e eu to ali pro banho, pra alimentação, pro remédio, pra dormir, às vezes ela ta dormindo com a mãe dela e se acorda de madrugada chamando vovó, vovó. Ai a D diz mamãe pega a Vitória que ela não me quer não, ai dorme comigo, e quando dorme eu boto pra mãe dela. Ai eu não penso nem nela, eu penso é na bichinha ai vai ser um pedaço que vão tirar de mim. Ai vai ser doloroso, se acontecer vai ser mesmo.

ANEXOS

Anexo I – Panfleto de Programa de Família Acolhedora do Rio de Janeiro

FAMÍLIA ACOLHEDORA

**TODOS OS DIAS DEZENAS DE CRIANÇAS
SÃO VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.**

VOCÊ PODE AJUDAR A ACABAR COM ISSO

O QUE É O PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA?

É uma nova proposta de trabalho com crianças de 0 a 14 anos, vítimas de violência doméstica no Rio de Janeiro. O projeto promove ações de proteção a fim de interromper o processo de violência, trabalhando junto às famílias de origem destas crianças. Ou então oferecendo a possibilidade de convivência familiar às crianças vítimas da violência através da colocação temporária em famílias substitutas, daí o nome família acolhedora. No projeto, tanto a família de origem quanto a família acolhedora são acompanhadas pelos técnicos para garantir a proteção, o acolhimento e a reintegração familiar da criança.

QUEM É RESPONSÁVEL PELO PROJETO?

O projeto é realizado em parceria e é conduzido por um grupo gestor formado por representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, da ONG Associação Brasileira Terra dos Homens — ABTH — e da Pastoral do Menor.

O grupo gestor é o responsável pela supervisão técnica, capacitação, divulgação, acesso à rede de serviços, avaliação, captação de recursos e acompanhamento do projeto.

DE ONDE VEM O DINHEIRO PARA O PROJETO?

A Prefeitura do Rio de Janeiro financia o projeto. A ONG Associação Brasileira Terra dos Homens — ABTH — e a Pastoral do Menor, participam disponibilizando recursos como prédios, profissionais, carros etc. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social também colabora oferecendo a infraestrutura para realizar o trabalho com as famílias.

COMO FUNCIONA O PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA?

Todos os casos são cuidadosamente analisados e a equipe do projeto trabalha sempre com duas possibilidades: manter a criança na família de origem, quando a situação assim o permite; ou afastá-la temporariamente da família de origem, colocando-a numa família acolhedora por um prazo mínimo de 6

meses.

A decisão sobre o afastamento da criança de sua família de origem é do Conselho Tutelar e do Juizado de Infância e da Juventude. Os profissionais do projeto começam a trabalhar a partir desta decisão, objetivando sempre a reintegração familiar da criança.



POSSO SER UM ACOLHEDOR? O QUE É NECESSÁRIO?

Casais, mulheres e/ou homens solteiros podem ser acolhedores. Basta que para isso tenham:

- disponibilidade de tempo e afeto para cuidar da criança;
- boas condições de saúde;
- idade entre 24 e 65 anos;
- residência fixa no Município do Rio de Janeiro.

PARA SE CADASTRAR COMO ACOLHEDOR(A) LIGUE PARA O



TELEFONE (21) 2503.2667 ou 2503.2382

ACOLHIMENTO E ADOÇÃO SÃO IGUAIS?

Não. O acolhimento é uma convivência temporária, quando se cuida de uma criança, até que sua família de origem esteja capacitada para recebê-la de volta. Durante o período de acolhida a criança mantém contato com a família de origem através de visitas periódicas.

O ACOLHIMENTO NÃO PREJUDICA A CRIANÇA, QUE ACABA SE ACOSTUMANDO COM OUTRA FAMÍLIA E DEPOIS TEM QUE VOLTAR AO SEU LAR ORIGINAL?

Não. Inúmeras pesquisas e estudos comprovam que este método é eficiente. Além disso, a equipe do projeto trabalha todo o tempo com a criança e as duas famílias envolvidas no processo. As pessoas se encontram periodicamente e os vínculos não são quebrados.

NÃO QUERO SER UM ACOLHEDOR, MAS QUERO COLABORAR COM O PROJETO. COMO POSSO FAZER ISSO?

Toda colaboração é bem-vinda e há várias formas de ajudar. Através de doação financeira — dedutível no IR — doação de leite em pó, fraldas descartáveis, remédios, brinquedos ou ainda com o trabalho voluntário de psicólogos, fonoaudiólogos, médicos, dentistas, jornalistas ou profissionais com outras qualificações que podem doar horas de serviço para tratar ou ajudar no atendimento das famílias e das crianças.

AS COLABORAÇÕES PODEM SER ENCAMINHADAS ATRAVÉS DOS TELEFONES (21) 2275.3168 ou 2262.0638

COMO OBTER MAIS INFORMAÇÕES?

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, as ONGs Associação Brasileira Terra dos Homens — ABTH — e a Pastoral do Menor podem fornecer mais informações e esclarecer todas as dúvidas sobre o projeto Família Acolhedora.

rioemfamilia@pcrj.rj.gov.br • pasmenor@ccard.com.br
terradoshomens@terradoshomens.org.br

 **Prefeitura da Cidade RIO**
Secretaria de Desenvolvimento Social

Estatuto da Criança e do
Adolescente
Lei Federal Nº 8069/90
Art. 19 - cap 3 - seção 1

"Toda criança ou adolescente
tem direito a ser criado e
educado no seio da família e,
excepcionalmente, em família
substituta, assegurada a
convivência familiar e
comunitária, em ambiente livre
da presença de pessoas
dependentes de substâncias
entorpecentes."



Grupo Gestor
CMDCA
LAR FABIANO DE CRISTO
FAMURJ
PASTORAL DO MENOR
SMDS

TERRA DOS HOMENS
Este Projeto foi instituído pela Deliberação 032/96 do CMDCA
Financiado pelo Fundo Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente



Entre em contato conosco:
Rua: Afonso Cavalcanti 455/529
Tel: 503- 2667

Apoios:



CURSO/COLÉGIO
Princesa Isabel
A DEDICAÇÃO QUE APROVA

renart
FOTOLITO DIGITAL



Projeto Gráfico:
Red Design Comunicação Ltda
Tel (021) 285-2767

PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA



"ATÉ QUE A VIDA
NOS SEPRE"

"ATÉ QUE A VIDA NOS SEPRE"

COMO FUNCIONA

O Projeto se destina às famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade, em situação de risco, vítimas de maus tratos, encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Ele apresenta uma nova proposta de intervenção junto a sociedade civil, favorecendo espaço reflexivo quanto a situação da família e da criança vítima de abandono social.

Se confirmada a situação, a Equipe Técnica indicará uma Família Acolhedora previamente cadastrada e capacitada, que acolherá a criança por um período mínimo de 6 meses, quando irão desenvolver ações conjuntas entre Família Acolhedora e Família de Origem, através de orientações e apoio psicossocial, com encontros semanais entre os mesmos e também com a construção de uma rede de serviços.

Acolher a criança não significa integrá-la como "filho" no sentido formal, mas dar a ela afeto e convivência familiar até que possa ser reintegrada à sua família de origem, ou adotada por uma família em condições.

COMO SER UM ACOLEDOR

Crêrios:

- Disponibilidade de tempo e afeto para cuidar da criança
- Condições favoráveis de saúde
- Ter entre 24 e 65 anos de idade
- Relação familiar harmônica em concordância quanto ao acolhimento
- Casais, mulheres e/ou homens, que residam no município do Rio de Janeiro

NÃO PODERÃO:

- As pessoas que tiverem demandas judiciais.
- Histórias recentes de falecimento de membros da família
- Casos de comprometimento psiquiátrico.

O QUE O PROJETO OFERECE

O Acolhedor recebe:

- Capacitação - subsídio para cuidar da criança
- Acompanhamento psicossocial necessário para o acolhimento.
- Inserção na Rede de Serviços de Proteção à Família
- Bolsa Auxílio de R\$ 120,00/criança

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação: Benilce B. B. Chaves

CR 1

Anadia Carvalho - Psicóloga
Marcia Mello - Assistente Social

CR 2.1

Patrícia Madruga - Psicóloga
Isabel Lula - Assistente Social

CR 2.2

Vera Lúcia - Psicóloga
Marcia Fonseca - Assistente Social

CR 3.1

Maria Tereza - Psicóloga
Cláudia Macedo - Assistente Social

CR 3.2

Elsa Peixoto - Psicóloga
M. do Socorro Machado - Assistente Social

CR 3.3

Juaceli Souza - Psicóloga
Jardicência Madeira - Assistente Social

CR 4

Nancy Nascimento - Psicóloga
Penha C. Azevedo - Assistente Social

CR 5.1

Marcos Ladeira - Psicóloga
Elizabeth Costa - Assistente Social

CR 5.2

Carmem A. Correa - Psicóloga
Vera Maria Santos - Assistente Social

CR 5.3

Marcy Maria E. Gomes - Psicóloga
Rosângela Rocha - Assistente Social



Universidade Estadual do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa
Av. Paranjana, 1700 Campus do Itaperi CEP. 60.740-
000 Fortaleza-Ce Fone: 299-2790. E-mail:
cep@uece.br



Parecer

Fortaleza, 24 de abril de 2006.

I. IDENTIFICAÇÃO

Título: Relações interpessoais na atenção à saúde mental de crianças residentes em lares substitutos

Nome: Cinthia Mendonça Cavalcante

ORIENTADORA: Maria Salete Bessa Jorge

FR: 86940

II. OBJETIVO: Compreender as relações interpessoais dos profissionais e em especial das mães substitutas com as crianças na produção do vínculo das mesmas, e como essa produção se dá na prevenção e promoção da saúde mental dessas crianças.

III. Parecer

Projeto elaborado como exigência do Curso de Mestrado em Saúde Pública da Universidade Estadual do Ceará. O estudo propõe enfatizar a análise das relações que estão produzindo de forma especial a saúde mental daqueles que utilizam os serviços de lar substituto/família acolhedora, destacando aspectos relacionados ao cuidado e ao vínculo. Será dado enfoque a tecnologia do trabalho em saúde do tipo leve que é a que considera a produção do vínculo, acolhimento e gestão.

A temática do projeto e sua questão central são relevantes e a metodologia proposta é adequada. Quanto aos demais aspectos, atende às exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e será aprovado.


Profa. Dra. Maria Salete Bessa Jorge

Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará